



# ***“Elaboração da Agenda 21 Local para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte”***



## **Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho de Miranda do Corvo**

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1 O Conceito da Agenda 21 Local	9
1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	16
1.2.1 Âmbito Nacional	16
1.2.2 Âmbito Regional	20
<b>2. A AGENDA 21 LOCAL DE MIRANDA DO CORVO</b>	<b>24</b>
2.1 Objectivos	24
2.2 Metodologia	25
2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local	28
<b>3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO</b>	<b>32</b>
3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais	32
3.2 Enquadramento do Concelho nas Estratégias de Desenvolvimento de Diferentes Escalas Territoriais	34
3.2.1 Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para a Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA)	34
3.2.2 Estratégia definida para o território da CIMPIN – Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007-2013 (PEA-PIN)	36
3.2.3 Programa Estratégico – Rede Urbana “Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”	38
3.2.4 Programa Director de Inovação, Competitividade e Inovação (PD-ICE) para o Município de Miranda do Corvo	39
3.2.5 Enquadramento Estratégico para as Parcerias para a Regeneração Urbana da Vila de Miranda do Corvo (2008)	41
3.2.6 Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade dos serviços da Câmara Municipal de Miranda do Corvo	42
3.2.7 Projectos desenvolvidos pelo Município a nível social e ambiental	42
<b>4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL</b>	<b>46</b>
4.1 Suporte Físico / Sistemas Naturais	46
4.1.1 Caracterização geomorfológica	46
4.1.2 Caracterização biológica	47
4.1.3 Conservação e gestão activa da natureza	48
4.1.4 Suporte físico / sistemas naturais – síntese	50
4.2 Ocupação Humana	51
4.2.1 Modelo territorial	51
4.2.2 Vias de comunicação e transporte	52
4.2.3 Ocupação e uso do solo	55
4.2.4 Ocupação humana – síntese	56
<b>5. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE EM MIRANDA DO CORVO</b>	<b>57</b>

<b>5.1</b>	<b>Qualidade do ar</b>	<b>57</b>
5.1.1	Gases com Efeito Estufa	58
5.1.2	Partículas e metais pesados	61
5.1.3	Gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono	63
5.1.4	Ozono ( O <sub>3</sub> )	69
5.1.5	Qualidade do ar - síntese	69
<b>5.2</b>	<b>Energia</b>	<b>70</b>
5.2.1	Consumo energético	71
5.2.2	Geração de energia no Concelho de Miranda do Corvo	77
5.2.3	Energia – síntese	78
<b>5.3</b>	<b>Ruído</b>	<b>79</b>
5.3.1	Ruído - síntese	82
<b>5.4</b>	<b>Água</b>	<b>83</b>
5.4.1	Água para consumo humano	83
5.4.2	Evolução dos consumos	84
5.4.3	Águas residuais	86
5.4.4	Águas superficiais e subterrâneas	89
5.4.5	Água – síntese	89
<b>5.5</b>	<b>Resíduos</b>	<b>90</b>
5.5.1	Produção de resíduos	91
5.5.2	Recicláveis	92
5.5.3	Outros resíduos - óleos alimentares usados e orgânicos.	93
5.5.4	Resíduos industriais	94
5.5.5	Resíduos - síntese	94
<b>6.</b>	<b>DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL</b>	<b>95</b>
<b>6.1</b>	<b>Dinâmica Populacional</b>	<b>95</b>
6.1.1	Evolução demográfica global	95
6.1.2	Taxas de mortalidade e natalidade	96
6.1.3	Índice de Envelhecimento	97
6.1.4	Densidade populacional	98
6.1.5	Dinâmica populacional - síntese	99
<b>6.2</b>	<b>Educação e Recursos Humanos</b>	<b>99</b>
6.2.1	Equipamentos de educação e formação	100
6.2.2	Analfabetismo	101
6.2.3	Níveis de escolaridade	101
6.2.4	Insucesso e abandono escolar	102
6.2.5	Educação e recursos humanos - síntese	103
<b>6.3</b>	<b>Coesão Social</b>	<b>104</b>
6.3.1	Problemáticas sociais	104
6.3.2	Equipamentos de apoio social	108
6.3.3	Coesão social - síntese	109
<b>6.4</b>	<b>Saúde e Bem-Estar</b>	<b>109</b>
6.4.1	Cuidados de saúde	109
6.4.2	Bem-estar	110
6.4.3	Saúde e bem-estar - síntese	112
<b>6.5</b>	<b>Justiça, Prevenção e Segurança</b>	<b>112</b>
<b>6.6</b>	<b>Cultura e Criatividade Local</b>	<b>113</b>
6.6.1	Origens e património histórico	113

6.6.2	Dinâmica cultural e criatividade	114
6.6.3	Cultura e criatividade local - síntese	114
<b>7.</b>	<b>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</b>	<b>115</b>
7.1	Dados Gerais	115
7.2	Emprego	116
7.2.1	Taxa de actividade	116
7.2.2	Desemprego	118
7.2.3	População empregada por sector de actividade	120
7.2.4	Emprego – síntese	122
7.3	Dinâmica Empresarial	122
7.3.1	Dinâmica empresarial – síntese	126
7.4	Localização industrial	126
<b>8.</b>	<b>GOVERNAÇÃO</b>	<b>128</b>
8.1	Finanças locais	128
8.2	Orçamento	132
8.2.1	Orçamento - síntese	134
8.3	Financiamentos Comunitários	134
8.4	Dinâmica Associativa	135
8.5	Participação Cívica	136
8.5.1	Participação cívica - síntese	138
<b>9.</b>	<b>ANÁLISE SWOT</b>	<b>139</b>

## Índice das Tabelas:

Figura 1. Enquadramento Histórico .....	9
Figura 2. Flor da sustentabilidade.....	10
Figura 3. Implementação da ENDS - Principais Instrumentos.....	14
Figura 4. Dimensões e objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. ....	16
Figura 5. O Corredor do MIT e o Território “CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atractividade e rejuvenescimento.” .....	22
Figura 6. Objectivos Específicos da Agenda 21 Local.....	24
Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.....	25
Figura 8. Localização da NUTS III Pinhal Interior Norte (esq.) e do Concelho de Miranda do Corvo (dir.)	33
Figura 9. Freguesias do Concelho de Miranda do Corvo.....	33
Figura 10. Projectos Mobilizadores.....	35
Figura 11. Projectos definidos para o Concelho de Miranda do Corvo no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.....	37
Figura 12. Hipsometria do Concelho de Miranda do Corvo.....	46
Figura 13. Paisagem no Concelho (Serra da Lousã).....	47
Figura 14. Quinta Biológica (Quinta da Paiva).....	49
Figura 15. Gondramaz - Aldeia de Xisto.....	50
Figura 16. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.....	51
Figura 17. Estrutura viária principal na envolvente a Miranda do Corvo.....	53
Figura 18. Rede viária interna do Concelho de Miranda do Corvo – situação de 2007.....	54
Figura 19. Secção do serviço suburbano do “Metro de Superfície do Mondego”.....	55
Figura 20. Carta de Ocupação do Solo.....	55
Figura 21. Uso do solo nas áreas construídas.....	56
Figura 22. Emissão de Gases com Efeito Estufa – evolução 1995-2006.....	58
Figura 23. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010.....	59
Figura 24. Emissões de CO <sub>2</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	60
Figura 25. Zonas de monitorização da qualidade do ar – Região Centro.....	61
Figura 26. Emissões de partículas PM <sub>10</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	63
Figura 27. Emissões de SO <sub>x</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	65
Figura 28. Emissões de NO <sub>x</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	66
Figura 29. Emissões de NMVOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	67
Figura 30. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.....	68
Figura 31. Incêndios florestais – área ardida (ha) 2000-2006 .....	68
Figura 32. Índice de qualidade do ar para a Região Centro em 2007.....	69
Figura 33. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.....	70
Figura 34. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.....	70
Figura 35. Consumo Final Energia – por sector de actividade.....	72
Figura 36. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh .....	74
Figura 37. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor industrial) - milhares de kWh.....	74
Figura 38. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo.....	76
Figura 39. Carta de Ruído do Concelho de Miranda do Corvo – Indicador L <sub>den</sub> (diurno-entardecer-nocturno).....	80
Figura 40. Carta de Ruído do Concelho de Miranda do Corvo– Indicador L <sub>n</sub> (nocturno).....	81
Figura 41. Consumo de água <i>per capita</i> por sector - m <sup>3</sup> .ano .....	85
Figura 42. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município de Miranda do Corvo, PIN, Região Centro e Portugal.....	88
Figura 43. Subsistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada - Concelho de Miranda do Corvo .....	89
Figura 44. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008.....	91
Figura 45. Produção <i>per capita</i> de Recicláveis em 2007.....	92
Figura 46. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2006, 2007 e 2008.....	93
Figura 47. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.....	95

Figura 48. Evolução da população residente no Concelho de Miranda do Corvo e estimativa para o ano 2015.....	96
Figura 49. Evolução do Saldo Efectivo, Natural e Migratório do PIN (à esq.) e de Miranda do Corvo (à dir.).....	96
Figura 50. Densidade populacional dos concelhos do PIN. O Município de Miranda do Corvo encontra-se assinalado a tracejado.....	98
Figura 51. Taxa de analfabetismo em Miranda do Corvo, na Região Centro e em Portugal.....	101
Figura 52. População residente por nível de ensino.....	102
Figura 53. Taxa de retenção e desistência.....	103
Figura 54. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.....	104
Figura 55. Número de pensionistas - total, por velhice, por sobrevivência.....	106
Figura 56. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro.....	107
Figura 57. Índice de Desenvolvimento Social - Municípios do PIN e média Nacional.....	107
Figura 58. Rede portuguesa de cidades saudáveis.....	112
Figura 59. Vista da Igreja Matriz e da Torre do Relógio.....	113
Figura 60. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Miranda do Corvo entre 1995 e 2005.....	116
Figura 61. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 - 2001.....	117
Figura 62. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 - 2001.....	119
Figura 63. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho de Miranda do Corvo segundo o género.....	119
Figura 64. População activa por nível de instrução.....	121
Figura 65. Densidade de empresas (nº/km²).....	122
Figura 66. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas( % ) , 2006.....	125
Figura 67. Distribuição da receita municipal na área do ambiente.....	130
Figura 68. Distribuição da despesa municipal na área do ambiente.....	131
Figura 69. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa.....	131
Figura 70. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano 2006.....	132

## Índice das Tabelas:

Tabela 1. Processos de Participação Pública.....	29
Tabela 2. Processos de Participação Pública.....	31
Tabela 3. Carteira de Projectos para o Município de Miranda do Corvo. ....	39
Tabela 4. Carteira de Projectos Mobilizadores. ....	40
Tabela 5. Emissões totais* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km <sup>2</sup> ).....	59
Tabela 6. Emissões totais* de Partículas (de diâmetro < 10µm) e Metais Pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km <sup>2</sup> ).....	62
Tabela 7. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril). ....	63
Tabela 8. Emissões totais* de Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precusores de Ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km <sup>2</sup> ).....	64
Tabela 9. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO <sub>2</sub> ) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril). ....	65
Tabela 10. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO <sub>2</sub> ) e.....	65
Tabela 11. Valores limiar para o ozono (O <sub>3</sub> ) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro. ....	69
Tabela 12. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh .....	73
Tabela 13. Energia: Edifícios do Estado de utilidade pública e iluminação da via Pública.....	75
Tabela 14. Consumo de combustível automóvel por habitante - tep.....	76
Tabela 15. Percentagem de população exposta a classes de ruído, por Concelho e período de referência. ....	82
Tabela 16. Evolução da qualidade da água para abastecimento público.....	84
Tabela 17. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m <sup>3</sup> ). ....	85
Tabela 18. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m <sup>3</sup> ). ....	87
Tabela 19. Produção de Resíduos Sólidos Urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período. ....	92
Tabela 20. População residente por ciclo de vida .....	97
Tabela 21. População e densidade populacional nas freguesias do Concelho de Miranda do Corvo.....	99
Tabela 22. Equipamentos escolares no Concelho de Miranda do Corvo. ....	100
Tabela 23. Parque escolar do Concelho de Miranda do Corvo. ....	100
Tabela 24. Taxa de abandono escolar nos concelhos PIN.....	102
Tabela 25. Problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de Miranda do Corvo. ....	105
Tabela 26. Indicadores de cuidados de saúde. ....	110
Tabela 27. Indicadores de saúde.....	110
Tabela 28. Parque desportivo de Miranda do Corvo. ....	111
Tabela 29. Taxa de criminalidade por categoria de crimes (permilagem). ....	112
Tabela 30. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Miranda do Corvo entre 2002 e 2005. ....	115
Tabela 31. Taxa de actividade entre 1991 e 2001.....	117
Tabela 32. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001.....	118
Tabela 33. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro. ....	119
Tabela 34. População empregada por sector de actividade.....	120
Tabela 35. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de ensino, 2006.....	121
Tabela 37. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE rev.2.....	123
Tabela 38. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sediadas no Concelho segundo a CAE rev.2. ....	124
Tabela 39. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Miranda do Corvo.....	129
Tabela 40. Orçamento das Receitas e das Despesas da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.....	133
Tabela 41. Distribuição das associações do Concelho de Miranda do Corvo, por freguesia. ....	135
Tabela 42. Participação eleitoral dos cidadãos de Miranda do Corvo. ....	136

Tabela 43. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho de Miranda do Corvo. ....	139
Tabela 44. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho. ....	143
Tabela 45. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho..	143
Tabela 46. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho. ....	145
Tabela 47. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho..	147



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O Conceito da Agenda 21 Local

A crescente degradação dos ecossistemas e as ameaças que afectam o equilíbrio ambiental e o tecido económico e social, têm determinado a procura de modelos mais sustentáveis, que visam o desenvolvimento em diferentes vertentes (económica, social, cultural e ambiental) sem comprometer as gerações futuras. É neste contexto que surge a Agenda 21 Local, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável.

Foi em 1991, com a **Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento** – mais conhecida como “**Cimeira da Terra**” – realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que nasceu a Agenda 21, um compromisso assumido por quase todos os governos mundiais. Em 1994 foi realizada a **Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis**, da qual resultou um documento estratégico importante: a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias, também conhecida como Carta de Aalborg. Estabeleceram-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria.

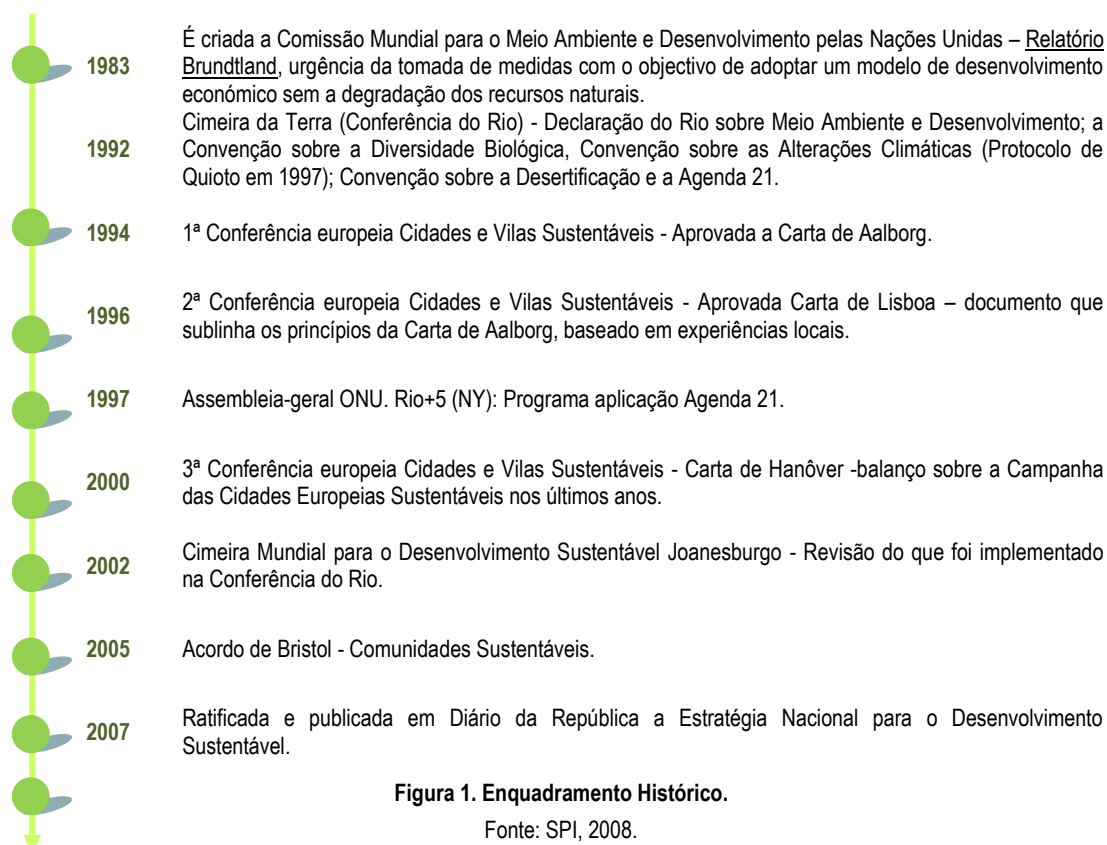


Figura 1. Enquadramento Histórico.

Fonte: SPI, 2008.

Estabelecem-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria.

O conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “(...)o desenvolvimento que **satisfaz as necessidades recentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades**” (ONU, Relatório Brundtland, 1987), o que implica agir de forma a que o crescimento de hoje não ponha em perigo as possibilidades de crescimento das gerações futuras. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável encerra três componentes – económica, social e ambiental – que é necessário equilibrar.

Alcançar o desenvolvimento sustentável significa alcançar o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais (sítio onde vivemos), o desenvolvimento económico (actividades que exercemos) e a qualidade de vida e justiça social (oportunidades para todos).

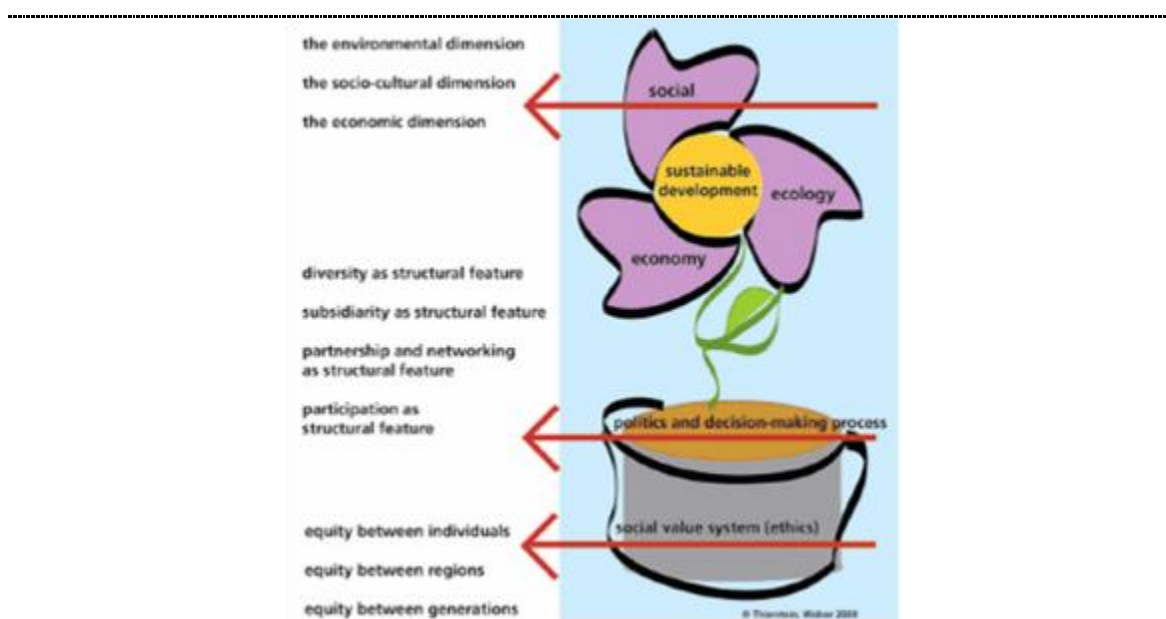


Figura 2. Flor da sustentabilidade.

Fonte: Thierstein and Walser, 1997

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, através da mobilização das políticas económicas, sociais e ambientais, surge como um dos principais objectivos a alcançar pela União Europeia para o período 2007-2013 (definido na comunicação *Building Our Common Future*, em 2004) e, por consequência, por Portugal.

Em termos legais, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece subjacente a uma vasta diversidade de legislação, fundamentalmente associada ao ambiente e ordenamento do território. **De seguida fazemos um breve roteiro pelas principais directrizes legais que abordam a temática.**

A **Lei de Bases do Ambiente** (LBA) (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) sintetiza as opções político-legislativas fundamentais. A política estabelecida na LBA, estabelece que *“Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva”*, e que *“A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativa, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado”*. A LBA estabelece, ainda, princípios específicos que fundamentam toda a estratégia nacional em termos de desenvolvimento sustentável e, mais precisamente, a Agenda 21 Local:

- Princípio da **Prevenção**;
- Princípio do **Equilíbrio** (com a finalidade do desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável);
- Princípio da **Participação** dos diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do ambiente;
- Princípio da **Unidade** de gestão e acção a nível das entidades públicas com responsabilidade em matérias ambientais;
- Princípio da **Cooperação** internacional;
- Princípio da **Procura** do nível mais adequado de acção, seja de âmbito internacional, nacional, regional, local ou sectorial;
- Princípio da **Recuperação**, através da tomada de medidas urgentes, para limitar processos de degradação;
- Princípio da **Responsabilização** dos agentes atendendo à afectação sobre os recursos naturais.

A LBA prevê a elaboração de uma estratégia de conservação da Natureza. Por outro lado, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estipula, também, a necessidade da existência de uma estratégia para a conservação da diversidade biológica. Em conformidade, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)**, em articulação com os compromissos internacionais assumidos no quadro da CDB e com a estratégia europeia neste âmbito.

A ENCNB, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, assume três objectivos gerais:

1. Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
2. Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;

3. Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Para a concretização destes objectivos, a **ENCNB** formula 10 opções estratégicas:

1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

A **Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, Lei nº48/98)**, documento de suporte para o planeamento e gestão do território nacional, define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT,

publicado na Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2006 de 27 de Abril), é um dos resultados da LBOTU e reforça a actuação territorial baseada nos seus princípios gerais:

**“Art.5º:**

- a. Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados;*
- b. Economia, assegurando a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais;*
- c. Coordenação, articulando e compatibilizando o ordenamento com as políticas de desenvolvimento económico e social, bem como as políticas sectoriais com incidência na organização do território, no respeito por uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados em causa;*
- d. Subsidiariedade, coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;*
- e. Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial;*
- f. Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;*
- g. Responsabilidade, garantindo a prévia ponderação das intervenções com impacte relevante no território e estabelecendo o dever de reposição ou compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental;*
- h. Contratualização, incentivando modelos de actuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;*
- i. Segurança jurídica, garantindo a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas.”*

Em 2004, foi criada a **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)**, que institui as orientações estratégicas para a preparação da Agenda 21 Local. Esta é uma estratégia global de desenvolvimento, que abrange um longo período (2005-2015) e que “(...) consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente”.

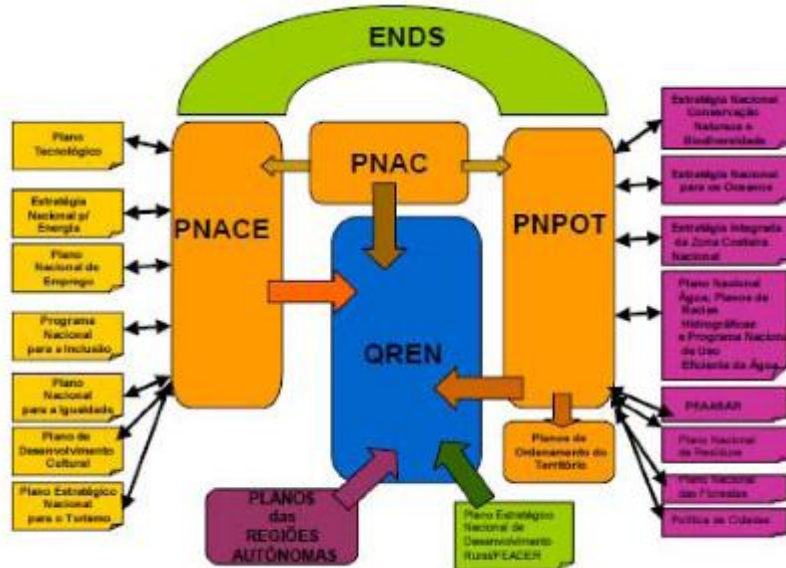


Figura 3. Implementação da ENDS - Principais Instrumentos.

Fonte: PROT-C, 2009 (PIENDS, 2007).

O grande desígnio que fundamenta a ENDS é o de “(...) fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”. Este documento de referência partilha com a Agenda 21 Local a mesma visão e define os princípios a partir dos quais a A21L se rege, designadamente:

- **Qualificação dos Portugueses em Direção à Sociedade do Conhecimento:** “(...) alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”;
- **Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Actividades do Futuro:** “(...) assegurar um crescimento mais rápido à economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, tal objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de actividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências”;
- **Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural:** “(...) assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a



*protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo”;*

- **Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida:** *“(...) contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional”;*
- **Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual:** *“(...) assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do “amadurecimento” etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos”;*
- **Papel Activo de Portugal na Cooperação Global:** *“(...) cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da sustentabilidade dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental do planeta no seu todo”.*

As principais metas definidas na ENDS incluem adoptar e implementar, até 2010, uma Estratégia Nacional para as Cidades que coloque em vigor os princípios referidos. Neste âmbito, a Agenda 21 Local constitui um documento estruturante de uma abordagem sustentável ao desenvolvimento e marca um importante compromisso político e social, ao qual o Concelho se pretende aliar.



Figura 4. Dimensões e objetivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: ENDS.

## 1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

### 1.2.1 Âmbito Nacional

#### Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) português estabelece as linhas gerais que nortearão a forma como Portugal utilizará os 21 500 milhões de euros de recursos financeiros da UE, ao longo dos próximos sete anos, com o objectivo de desenvolver as competências em Portugal, fomentar um crescimento sustentável, garantir a coesão social, assegurar o desenvolvimento do território e das cidades e melhorar a governança.

Segundo o próprio texto do QREN: *“Assumindo o referencial político que responsabiliza a política de coesão económica e social pela redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões, a política regional comunitária para 2007-2013 privilegia os seus contributos para o crescimento, para a competitividade e para o emprego.*

*Esta renovação da política regional traduz-se no aumento das exigências e das responsabilidades que assim são conferidas à intervenção estrutural comunitária que, não sendo mais assumida como apenas promotora da equidade regional, é chamada a intervir proactivamente no desenvolvimento económico das regiões.”*



O reajustamento estratégico das políticas comunitárias, influenciando significativamente a coesão económica e social, é inteiramente assumido por Portugal que associa à prossecução dos desígnios da Agenda de Lisboa a superação dos desafios explicitados pela implementação do Plano Tecnológico.

As responsabilidades da política regional portuguesa são, neste contexto, mais complexas, determinando a abordagem estratégica agora adoptada pelo QREN e as prioridades de desenvolvimento dos respectivos Programas Operacionais.

Também em Portugal a política regional é renovada, com consequências significativas na valorização do território e das suas potencialidades diversificadas que, superando as restrições decorrentes de uma concepção baseada na referência regional, assume a crescente complexidade das dinâmicas territoriais em que as cidades e as áreas metropolitanas desempenham funções centrais na promoção da competitividade e da coesão.

Afasta-se assim a dicotomia entre políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento, em que as primeiras assumem os objectivos da competitividade e as segundas da coesão – para consagrar a partilha das responsabilidades pelo crescimento e pela solidariedade, prossequindo coerentemente os objectivos da competitividade e da coesão do País e das regiões. Este posicionamento e esta abordagem determinam a atribuição de inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções públicas e privadas de investimento de base territorial, para criar condições favoráveis à emergência de economias de aglomeração, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos, e assim sustentar a respectiva capacidade endógena de captação de investimento produtivo e de geração de riqueza – e, consequentemente, de correcção das desigualdades sociais.

Para o período 2007-2013, Portugal conta com três programas operacionais temáticos:

- O Programa **Factores de Competitividade** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Portugal pretende aumentar a percentagem de empresas de média e alta tecnologia no sector da indústria para 6,2 % em 2010, em contraste com a actual percentagem de 3,4%.
- O Programa **Potencial Humano** financiado essencialmente pelo Fundo Social Europeu (FSE) abrange todas as regiões do continente. Todos os jovens com 18 anos, ou com menos de 18 anos, terão acesso a formação. O objectivo do programa é aumentar os cursos profissionais a nível do ensino secundário, a fim de reduzir a percentagem elevada de abandono escolar (38% em 2005).
- O Programa **Valorização Territorial** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão. A ideia é dar continuidade a projectos no sector dos transportes e do ambiente já financiados no decurso do período de programação anterior.

### **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território**

Com base na LBOTU, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, constituindo-se o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, visto que enquadra os restantes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). O PNPOT tem como principais objectivos:

- Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
- Garantir a coesão territorial do País, atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
- Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
- Articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território.

Este instrumento territorial está organizado num conjunto de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que definem um caminho para Portugal no horizonte 2025.

### **Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE)**

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego visa responder aos requisitos da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e constitui uma referência de enquadramento para as diversas políticas governamentais de âmbito macroeconómico, microeconómico e de qualificação e emprego. O PNACE pretende atingir quatro Objectivos Estratégicos, os quais constituem uma agenda para a modernização em Portugal:

- *“Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas;*
- *Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial.*
- *Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação (...);*

- *Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável.(...)*” Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo, PNACE 2005/2008.

O PNACE tem por base a implementação das seguintes políticas - Reforma do Regime de Segurança Social, Simplificação e Modernização da Administração Pública, Redes de Conhecimento e Inovação, Ligar Portugal, Portugal Logístico, Estratégia Nacional para a Energia, Valorização do Ensino Básico, Novas Oportunidades e Rede de Serviços Comunitários de Proximidade.

### **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)**

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) apresenta-se como o instrumento de política que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades no seio da UE, bem como antecipa os impactes das alterações climáticas e propõe medidas de adaptação que visem reduzir os aspectos negativos desses impactes.

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, o PNAC 2006, actualmente em vigor, pretende:

- Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão;
- Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;
- Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

Este programa, enquanto primeiro programa nacional desenvolvido com o objectivo específico de controlar e reduzir as emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa), deve constituir o instrumento privilegiado de combate às alterações climáticas e a primeira etapa dum longo processo, que envolve a sua regular revisão e adaptação às evoluções internacionais, comunitárias e nacionais.

### **Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)**

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS), para o período 2008-2013, segue os princípios orientadores preconizados no âmbito da Organização Mundial de Saúde e de vários Planos e Programas comunitários, nomeadamente o Sexto Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente (2002-2012), o Programa de Acção Comunitário no Domínio da Saúde Pública (2003-2008) e o Plano de Acção Europeu Ambiente e Saúde 2004-2010.

O PNAAS define como principais objectivos:

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Para responder aos desafios estratégicos enunciados, o PNAAS estabelece os seguintes nove domínios prioritários: (1) água, (2) ar, (3) solo e sedimentos, (4) químicos, (5) alimentos, (6) ruído, (7) espaços construídos, (8) radiações e (9) fenómenos meteorológicos.

O PNAAS pretende ser um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão, contendo acções concretas com vista à redução dos impactos ambientais adversos na saúde da população.

### 1.2.2 Âmbito Regional

#### **Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)**

Ainda em elaboração, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) constitui a principal referência para o planeamento do desenvolvimento territorial da Região Centro, apresentando uma análise e diagnóstico que sustenta o modelo territorial delineado.

*“O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro incorpora o conjunto de orientações estabelecidas em estratégias, políticas, programas e planos de âmbito nacional nomeadamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), bem como nos planos e nas estratégias sectoriais com incidência territorial.” PROT-C.*

A estratégia do PROT-C corporiza na sua estratégia os objectivos, com implicações territoriais, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

*“O PROT-C é elaborado segundo o objectivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um território portador de um contributo activo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável*

*do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objectivos de competitividade e de coesão territoriais. Esta opção corresponde a estruturar um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto. Corresponde também a afirmar-se como um território pertinente de políticas públicas de base territorial e a um espaço de integração de diferentes políticas sectoriais.” PROT-C.*

### **Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)**

Regionalmente, o Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro) assume seis eixos de desenvolvimento para o período 2007-2013:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais;
- Eixo 4: Protecção e Valorização Ambiental;
- Eixo 5: Governação e Capacitação Institucional;
- Eixo 6: Assistência Técnica.

A filosofia da Agenda 21 Local responde aos desafios preconizados no **Eixo 4 do Mais Centro**, designadamente, a “**Protecção e Valorização Ambiental**”, cujas áreas de intervenção passam, entre outras, pela protecção de zonas ambientalmente sensíveis, valorização de recursos específicos da Região e apoio do desenvolvimento sustentável, através de mecanismos de intervenção que incidam na sensibilização e educação do público relativamente à preservação do meio físico.

### **Projecto Mobilidade, Inovação e Território (MIT)**

O Projecto MIT tem como objectivo “(...) *promover a valorização de uma realidade territorial com relevância estratégica à escala ibérica e europeia construindo uma estratégia e um plano de acção para o desenvolvimento de uma plataforma pragmática de cooperação transfronteiriça e transnacional envolvendo a Região Centro de Portugal e a Região de Castilla y León (CenCyL) de Espanha, alicerçada em diferentes modelos de colaboração público-público e público-privado e visando “colocar no mapa”, como espaço regional emergente com dinamismo internacional, a ideia de uma comunidade de sinergias.*” Road Book do Projecto MIT.

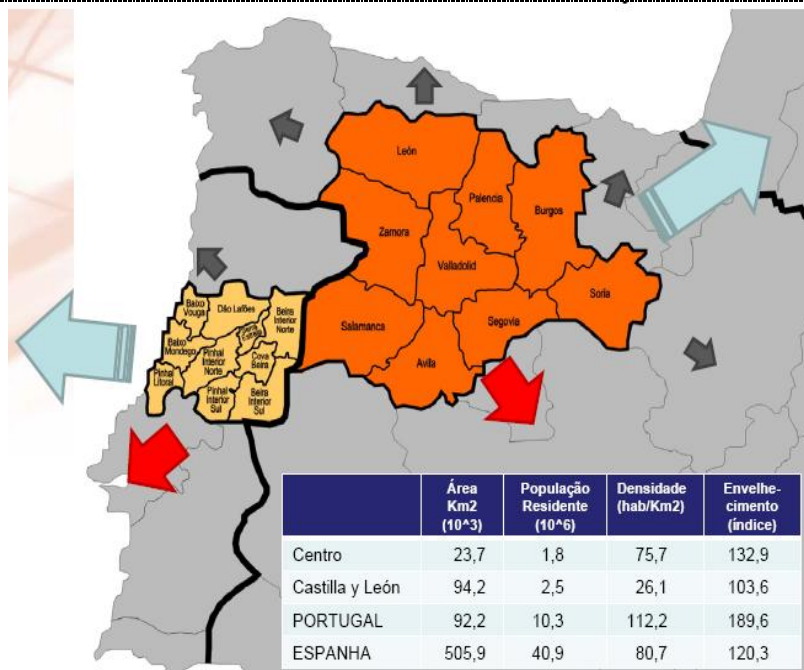


Figura 5. O Corredor do MIT e o Território “CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atratividade e rejuvenescimento.”

Fonte: CCDRC, 2009.

O MIT visa promover a valorização desta realidade territorial através do desenvolvimento da cadeia de valor das infra-estruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção, com vista a:

- Atrair novas actividades económicas;
- Potenciar novas polarizações industriais;
- Criar serviços com maior valor acrescentado;
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico associado a toda a problemática da mobilidade, dos transportes e das comunicações.

A aposta central do projecto MIT é “Conceber e executar um “cluster” restrito de **“projectos-âncora”** de cooperação territorial dinâmica partilhado pelas duas regiões organizado com base na ideia-chave de uma **conectividade facilitada, ordenada e qualificada**” (Road Book do Projecto MIT).

O projecto incidirá nas seguintes temáticas: transportes e logística; ordenamento do território; indústria, comércio e serviços; inovação e desenvolvimento tecnológico; turismo; **ambiente e desenvolvimento sustentável**. O Road Book do Projecto MIT define um objectivo nuclear ao nível do desenvolvimento sustentável – **criar uma rede de cidades sustentáveis ao longo do corredor do MIT**, com os seguintes objectivos específicos:

- Promover uma gestão integrada do ambiente urbano;
- Aumentar a sensibilidade dos cidadãos para o meio ambiente;

- Melhorar as condições de vida das cidades neste corredor, com o fim de as tornar mais atractivas e favorecer o seu desenvolvimento económico.

## 2. A AGENDA 21 LOCAL DE MIRANDA DO CORVO

A Agenda 21 Local de Miranda do Corvo corresponde a um processo participativo, dinâmico e multi-sectorial que consiste na gestão partilhada do futuro do Município de Miranda do Corvo em termos sustentáveis. A preparação e implementação da Agenda 21 Local pressupõe a integração do conceito de sustentabilidade na política e actividade do Município e a consciencialização da comunidade local, para que se possa envolver activamente.

Através de processos de partilha e de parceria, os vários agentes locais elaboraram em conjunto um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Plano de Acção resulta assim da discussão e definição de uma visão comum para o futuro do Município.

Este programa assenta nos objectivos estipulados pela ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – e que respondem às vertentes do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, o desenvolvimento económico, a coesão social, a valorização cultural e a protecção ambiental.

### 2.1 Objectivos



Figura 6. Objectivos Específicos da Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.



O objectivo geral da elaboração da Agenda 21 Local (A21L) consiste na gestão partilhada do futuro sustentável do território, com base num processo de parceria, através do qual os diferentes agentes locais trabalham com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A concretização deste objectivo envolve, o cumprimento dos seguintes objectivos específicos:

- Promover o desenho do futuro pretendido e a responsabilização de todos os cidadãos para que este seja alcançado;
- Ter como prioridades estratégicas a prossecução, a nível local, dos 7 objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e que, de forma equilibrada, respondem às três vertentes do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental.

## 2.2 Metodologia

A preparação e implementação da Agenda 21 Local de Miranda do Corvo tem por base uma metodologia estruturada em quatro fases (figura seguinte) que a seguir se descrevem:

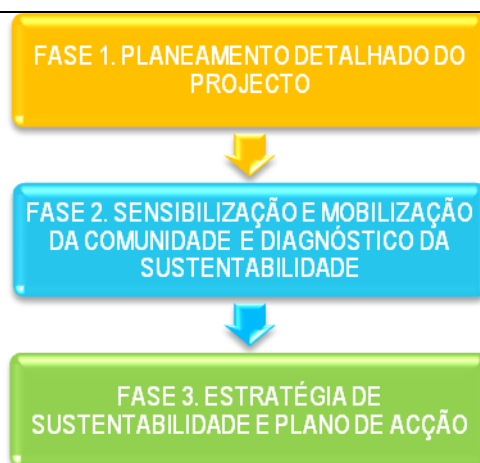


Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.

### Fase 1. Planeamento detalhado do projecto

**Esta primeira fase corresponde ao arranque do projecto e planeamento fino das actividades a desenvolver.** Nesta fase terá lugar o lançamento oficial do projecto, a assinatura da Carta de Aalborg, a criação do Grupo Coordenador (GC), o processo de sensibilização/informação dos técnicos da autarquia e a sistematização das políticas, planos, projectos e actividades que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável deste território (a nível regional e local).

Nesta fase, a SPI identifica as necessidades de informação dos quadros da autarquia e recolhe toda a informação relativa à acção intermunicipal e municipal nos domínios económico, social e ambiental. Este trabalho permitirá definir o conteúdo das sessões de sensibilização/formação a desenvolver e definir, em parceria com a CIMPIN e a Câmara Municipal, a constituição do Grupo Coordenador Regional e do Grupo Coordenador Municipal, fazendo parte destes, enquanto equipa técnica de suporte, com estatuto de observador.

A realização desta primeira Fase de trabalho compreende as seguintes etapas:

- Etapa 1.1. Reunião de arranque e planeamento detalhado;
- Etapa 1.2. Reunião de auscultação interna com as equipas técnicas para levantamento de toda a informação sobre a actividade municipal e auscultação das necessidades de informação sobre desenvolvimento sustentável;
- Etapa 1.3. Apoio na criação da imagem e estruturação de sítio *web* do projecto;
- Etapa 1.4. Formalização da constituição do grupo coordenador;
- Etapa 1.5. Mergulho no território;
- Etapa 1.6. Acção de sensibilização e informação interna e sistematização da informação.

#### Fase 2. Sensibilização e mobilização da comunidade e diagnóstico da sustentabilidade

**Nesta fase inicia-se a sensibilização da comunidade e a estratégia de comunicação.** Será elaborado o plano de participação (actividades, seu calendário e meios necessários, no sentido de fomentar a colaboração e participação da população) e o plano de comunicação (estratégia de divulgação da informação e de sensibilização da população). Nesta fase serão lançados questionários à população no sentido de elaborar o perfil da comunidade, destacando-se também a criação do Fórum Participativo.

Para se atingirem todos os grupos e faixas etárias da comunidade é fundamental adaptar as actividades aos receptores pretendidos, sobretudo quando se pretende atingir pessoas com menor acesso à informação. A elaboração do Perfil da Comunidade a nível municipal permitirá obter um conhecimento detalhado da população e efectuar uma adaptação adequada das acções a desenvolver.

Nesta fase, tornar-se-á também fundamental o estabelecimento de parcerias com a imprensa e com outros actores locais para que o sucesso das A21L seja assegurado pela implementação de processos participativos eficazes e por uma efectiva disseminação de informação.

A SPI pretende efectivar um correcto sistema de participação de toda a comunidade, colaborando na definição e animação do Fórum Participativo (FP) e eventuais Grupos de Trabalho Temático (GTT) e na identificação e apoio à concretização das parcerias com diferentes agentes locais.

Em termos globais, nesta fase, a SPI actuará como elemento técnico na promoção e animação dos diferentes momentos de participação a nível regional e local, na elaboração dos *deliverables* documentais (entre eles os perfis das comunidades e diagnósticos da sustentabilidade) e como catalisadora na constituição de parcerias.

A realização da Fase 2 do trabalho compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 2.1. Constituição do Fórum Participativo;
- Etapa 2.2. Questionários à população e instituições de carácter regional;
- Etapa 2.3. Elaboração do perfil da comunidade;
- Etapa 2.4. Elaboração do plano de comunicação e divulgação;
- Etapa 2.5. Elaboração de guias de boas práticas e apoio no estabelecimento da rede de parceiros locais;
- Etapa 2.6. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 2ª sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal de Diagnóstico;
- Etapa 2.7. Elaboração do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade.

### Fase 3. Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção

**Esta fase consiste na preparação da Estratégia de Sustentabilidade e do Plano de Acção concelhio.** Estes documentos serão sucintos, claros e estruturados, facilitando a sua compreensão por toda a população. Propõe-se que em termos estratégicos seja dada especial ênfase à escala multimunicipal no sentido de fortalecer a coesão e a capacidade de alcançar as metas de sucesso estabelecidas.

Esta fase iniciar-se-á com os *inputs* recolhidos na sessão de diagnóstico da Etapa 2.6, sendo definida uma visão de sustentabilidade para o Concelho de Miranda do Corvo com a identificação da missão do Concelho na implementação da estratégia regional/local de sustentabilidade. Esta estratégia será aprovada pelo GCR e GCM e apresentada no FP.

Com base nas áreas de actuação prioritária e no trabalho elaborado pelos Grupos de Trabalho Temático (GTT) será elaborado o Plano de Acção. O Plano de Acção será construído com base nos resultados da participação pública e deve possuir um sentido eminentemente prático, destinado a combater os problemas prioritários de uma forma coerente e integrada. Serão apresentadas medidas a tomar, identificados os responsáveis pela sua concretização, objectivos, metas, indicadores de sucesso e recursos financeiros a alocar. O Plano de Acção será apresentado e aprovado pelo GCM e GCR e debatidos nas reuniões do FP.

A realização da Fase 3 compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 3.1. Elaboração da Estratégia de Sustentabilidade Local;
- Etapa 3.2. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 3ª Sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal para apresentação de propostas de acção;
- Etapa 3.3. Elaboração do Plano de Acção do Concelho;
- Etapa 3.4. Realização de sessão de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção.

## 2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local

### Importância da Participação Pública

A dificuldade de envolvimento da comunidade em assuntos de índole política é, actualmente, uma fragilidade a combater pelo poder local e central, uma vez que constitui um obstáculo à eficácia de planos e programas a implementar no território. Por outro lado, os agentes de desenvolvimento têm uma grande dificuldade de acesso a informação, o que motiva o seu desinteresse e actuação pouco coerente, que se poderão tornar graves ameaças para o equilíbrio ambiental e socioeconómico.

É neste sentido que a Agenda 21 Local de Miranda do Corvo se revela fundamental para o desenvolvimento sustentável do Município, uma vez que possui uma **forte vertente de mobilização colectiva e de participação da comunidade local**, regendo-se por princípios fundamentais para a preservação ambiental, valorização cultural, coesão social e desenvolvimento económico. O apelo à participação e cooperação constituem, portanto, as principais particularidades do processo, tratando-se de um instrumento inovador devido ao seu carácter dinâmico, flexível e abrangente.

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo encontra na Agenda 21 Local um instrumento de desenvolvimento que não está exclusivamente subordinado à lógica economicista do mercado e que valoriza os princípios de índole ambiental, social e cultural, favorecendo a participação e, consequentemente, a **democracia**, num exercício de **cidadania livre e responsável**.

A participação da comunidade local é fundamental durante o desenrolar de todo o processo e está presente nas seguintes formas:

**Tabela 1. Processos de Participação Pública.**

FASES	TIPOS DE PARTICIPAÇÃO
Fase 1	<b>Identificação de forças vivas locais</b> a envolver: 2 Técnicos do Município; 5-6 elementos para o Grupo Coordenador; 15-20 elementos para o Fórum Participativo
	<b>Realização de 2 reuniões de auscultação</b> interna com a equipa técnica municipal e regional;
	<b>Estruturação de sítio web</b> do projecto
	<b>Realização de Reunião</b> de formalização da constituição do Grupo Coordenador
	<b>Mergulho no território</b>
Fase 2	<b>Realização de 2 acções de sensibilização</b> e informação interna e sistematização da informação
	<b>Realização de Reunião</b> de constituição e 1.ª sessão do Fórum Participativo
	<b>Realização de 50 questionários</b>
	<b>Realização de 5 entrevistas</b>
	<b>Realização de 1 reunião</b> com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do plano de comunicação e divulgação
	<b>Realização de Reunião</b> de diagnóstico (Fórum Participativo)
Fase 3	<b>Realização de 1 reunião</b> com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade
	<b>Realização de 1 reunião</b> do Fórum Participativo para apresentação das reflexões e propostas elaboradas
	<b>Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação</b> do Plano de Acção (Fórum Participativo)
	<b>Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação</b> do Plano de Acção (Grupo Coordenador)
	<b>Realização de 1 reunião</b> com o Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal

Fonte: SPI, 2009.

A sensibilização e discussão de ideias constituem a base de todo o processo, uma vez que facultam informações pertinentes para a construção do Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho. Trata-se de familiarizar a população com o processo, o que facilitará a sua participação, despertando-a para a responsabilização colectiva e para a troca de ideias relativamente ao desenvolvimento sustentável no Município.

**Espera-se, portanto, que a implementação da Agenda 21 Local de Miranda do Corvo possibilite à população repensar as relações estabelecidas entre si e o meio (físico, económico, social e cultural), no sentido de alcançar uma mudança de atitudes e comportamentos.**

#### Processos de Participação na elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade

O processo de participação pública da Agenda 21 Local de Miranda do Corvo implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, através da realização de reuniões de trabalho, de entrevistas, acções de in (formação) e sensibilização, de questionários, do estudo de boas práticas a nível nacional e internacional, bem como da pesquisa bibliográfica e estatística. Até ao momento realizaram-se os seguintes momentos de participação pública:

1. **Reuniões/sessões de sensibilização e discussão:** As sessões de sensibilização corresponderam ao arranque do processo de sensibilização/formação dos técnicos da autarquia e a sistematização das políticas, planos e actividades da autarquia que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável do Concelho. Foram realizadas **duas sessões de sensibilização e informação com os técnicos autárquicos**, propondo-se que possam ser realizadas reuniões ao longo das três fases do Projecto.
2. **Questionários:** A realização de questionários teve em vista a aquisição de conhecimento respeitante aos hábitos de participação e as percepções/noções existentes *à priori* em matéria de desenvolvimento sustentável. A informação resultante contribui-o para a elaboração das acções de comunicação e participação e em particular do Perfil da Comunidade. Foram realizados cerca de 50 questionários à população do Município, com especial enfoque nas escolas (alunos e professores), na administração local (Juntas de Freguesia), nas associações culturais e desportivas e no tecido empresarial.
3. **Entrevistas:** O objectivo da realização de entrevistas é análogo à realização de questionários. Estando contemplada na metodologia proposta a realização de 5 entrevistas, após o trabalho com a equipa técnica foram elencadas várias entidades com base na sua representatividade regional e no potencial contributo que podem dar para a análise da sustentabilidade regional. Até ao momento realizaram-se as seguintes entrevistas:
  - **Administração da Região Hidrográfica do Centro**, I. P;
  - **ABAE**- Associação Bandeira Azul da Europa;
  - **ACES Pinhal Interior Norte I** (CS Arganil, CS Góis, CS Lousã, CS Miranda do Corvo, CS Oliveira do Hospital, CS Pampilhosa da Serra, Tábua, CS Vila Nova de Poiares) — Dr. António Sequeira;
  - **ACES Pinhal Interior Norte II** (CS Alvaiázere, CS Ansião, CS Castanheira de Pera, CS Figueiró dos Vinhos, CS Pedrógão Grande, CS Penela) — Dra. Aida Grilo;
  - **Banco Alimentar contra a Fome** – Coimbra.
4. **Fórum Participativo:** O Fórum Participativo é a estrutura por excelência de discussão, reflexão e participação cívica. No dia 2 de Dezembro de 2009 realizou-se a primeira reunião do Fórum Participativo com a explicação do projecto e com a definição do calendário de trabalhos destes órgãos até ao final do processo de elaboração das A21L. Nesta 1ª sessão do Fórum Participativo foi eleita a respectiva lista gestora que assumirá, em parceria com a SPI sempre que tal se justifique, a animação das sessões de trabalho. Realizou-se ainda uma sessão de diagnóstico e de identificação das temáticas chave a abordar na estratégia de desenvolvimento sustentável a desenvolver para o Concelho. Foi proposta a constituição de Grupos de Trabalho

Temático que reflectam e esboçam propostas de acção a implementar à escala municipal e sub-regional.

5. **Reuniões do Grupo Coordenador Municipal:** Esta é a estrutura a quem compete a operacionalização e acompanhamento da **A21L**. No que se refere à estratégia de participação, é a este grupo que compete a apreciação dos resultados dos momentos de participação bem como, se achar necessário, a sua adequação/reorientação. No dia 2 de Dezembro de 2009 realizou-se a reunião de constituição do Grupo Coordenador Municipal e de aprovação dos documentos entregues até ao momento (Maqueta de Logótipo do Projecto, Modelo desdobrável para divulgação, Maqueta de Website, Plano de Participação e Comunicação, Guias de boas práticas).

O cronograma apresentado mostra os diferentes momentos de participação da população no que se refere à fase de preparação da Agenda 21 Local.

**Tabela 2. Processos de Participação Pública.**

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
<b>Fase 1: Planeamento Detalhado do Projecto</b>							
Etapa 1.1	●						
Etapa 1.2		●	●				
Etapa 1.4					●		
Etapa 1.6			●	●			
<b>Fase 2: Sensibilização da Comunidade e Diagnóstico da Sustentabilidade</b>							
Etapa 2.1					●		
Etapa 2.2				●			
Etapa 2.4					●		
Etapa 2.6					●		
Etapa 2.7					●		
<b>Fase 3: Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção</b>							
Etapa 3.2						●	
Etapa 3.4							●

**LEGENDA:**

● RI – Reuniões Internas / Sessões de sensibilização  
● RGC - Reuniões Grupo Coordenador Municipais/Regional

● Q – Questionários / Entrevistas  
● SFP - Sessões Fórum Participativo

Após o período de preparação da **Agenda 21 Local**, e uma vez aprovado o Plano de Acção, prevê-se a continuação das reuniões mensais do Grupo Coordenador Municipal e do Fórum Participativo.

### 3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO

#### 3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais

Miranda do Corvo desenvolveu-se em redor do antigo castelo (actualmente apenas resta do Castelo a Torre do Relógio no alto do Monte do Calvário). Com o tempo e a influência (relacionada com a defesa militar), seria o centro que ligaria a sul com Penela, e se estenderia para nascente até Arouca quase à margem esquerda do Alva, exercendo na região uma hegemonia que se foi mantendo.

Teve foral<sup>1</sup> em 1136, atribuído por D. Afonso Henriques, que assim quis reorganizar o castelo e a povoação arrasados pelos árabes em 1116.

O Concelho abrangia uma vasta área, que ia quase do Ceira, perto de Coimbra, até à ribeira de Alge, a sul das serras, compreendendo aproximadamente as actuais freguesias de Miranda, Lamas, Vila Nova e Campelo. Actualmente o Concelho é constituído por cinco freguesias tendo deixando de pertencer a Freguesia de Campelo que nos começos do regime liberal passou para o Concelho de Figueiró dos Vinhos.

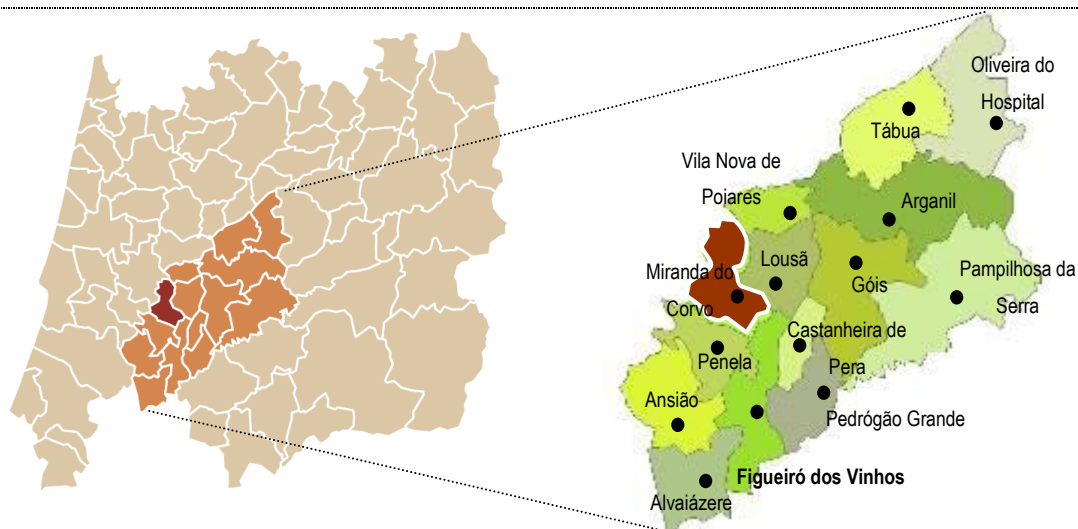
Em termos administrativos e estatísticos, o Concelho de Miranda do Corvo, situa-se na Região Centro (NUTS II), na sub-Região do Pinhal Interior Norte (NUTS III), fazendo fronteira com a sub-Região do Baixo Mondego (ver figura seguinte). Na gestão dos apoios do período de programação financeira 2007-2013, destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) como entidades da administração pública descentralizadas.

O Concelho de Miranda do Corvo localiza-se a cerca de 2h30m de Lisboa e 2h do Porto, sendo delimitado a norte pelos Concelhos de Vila Nova de Poiares e Coimbra, a este pelo Concelho da Lousã, a sul pelo Concelho de Figueiró dos Vinhos e Penela e a oeste pelo Concelho de Condeixa-a-Nova.

---

<sup>1</sup> Documento real de foro jurídico próprio dos habitantes medievais de uma povoação (ou de qualquer nova localidade fundada no Império Português) que se queria libertar ou manter livre do poder senhorial ou feudal, erigindo-se em município (ou concelho), com autonomia municipal.  
Fonte: <http://www.shapesofportugal.com/sop/milenio/>

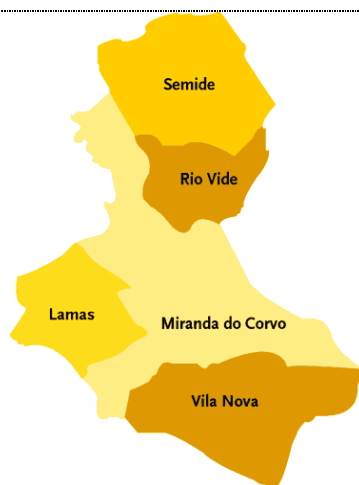




**Figura 8. Localização da NUTS III Pinhal Interior Norte (esq.) e do Concelho de Miranda do Corvo (dir.)**

Fonte: SPI.

O Concelho de Miranda do Corvo ocupa uma superfície de 127 km<sup>2</sup> e registava em 2001 uma população de 13 069 habitantes. O Concelho integra as freguesias de Lamas, Miranda do Corvo, Rio de Vide, Semide e Vila Nova.



**Figura 9. Freguesias do Concelho de Miranda do Corvo.**

Fonte: Município de Miranda do Corvo.

## 3.2 Enquadramento do Concelho nas Estratégias de Desenvolvimento de Diferentes Escalas Territoriais

Face ao desafio da sustentabilidade que, de forma integrado, é agora assumido pelo Município, torna-se fundamental identificar os instrumentos que sustentam diferentes políticas e opções de desenvolvimento local. Os instrumentos estratégicos existentes, com diferentes escalas temáticas serão veículos privilegiados para a integração deste novo conceito (sustentabilidade) na gestão “corrente” do desenvolvimento do Concelho.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável tem de ser articulada com as estratégias de desenvolvimento integrado a diferentes escalas de análise (regional, municipal e sectorial) garantindo a coerência da programação proposta. No ponto que se segue pretende-se analisar instrumentos de suporte existentes no Concelho de Miranda do Corvo.

### 3.2.1 Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para a Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA)

Reconhecida a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, criando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a DUECEIRA tomou a iniciativa de elaborar o **Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE)**. O território da Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA), localizado na NUT III Pinhal Interior Norte, abrange quatro concelhos, incluindo Penela. O objectivo geral da elaboração do PD-ICE da DUECEIRA consistiu, através de um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), na identificação e envolvimento dos agentes locais na concepção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e carteiras de projectos estruturantes a desenvolver ao nível do território em análise, nas áreas da **Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (ICE)**.

A estratégia de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo que se propõe para o território da DUECEIRA assumiu a seguinte visão:

**“DUECEIRA – CRIAR E ACOLHER: PONTES DE APROXIMAÇÃO SUPRAMUNICIPAL, CRUZANDO SERRAS E VALES.”**

Esta visão assumiu a diversidade local como vantagem competitiva para o futuro desenvolvimento intermunicipal. Pretendeu-se portanto enfatizar as mais-valias associadas aos contextos socioeconómicos dos quatro concelhos, tirando partido destas para gerar e potenciar factores diferenciadores e dinamizar a

base económica, aproximando-os dentro de lógicas de verdadeira parceria. A visão estratégica para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo do território da DUECEIRA desdobrou-se em três linhas de orientação estratégica:

- I. **Reforçar o capital social, investindo na educação e qualificação como factores de competitividade**, considerando as prioridades de abrir a “escola” ao meio envolvente, fomentar o fluxo de informação sobre as novas necessidades do tecido empresarial e as novas tecnologias de acesso à informação e fomentar a cooperação institucional;
- II. **Consolidar funções diferenciadas e diferenciadoras que valorizem a floresta enquanto sector económico de interesse estratégico**, considerando dois grandes domínios de intervenção: a sensibilização e educação ambiental e a investigação e desenvolvimento ligados à produção, prevenção e combate de riscos e à transformação de produtos derivados;
- III. **Planear o desenvolvimento sustentado dos sectores estratégicos com base nos recursos e na identidade local**, promovendo a cooperação e as parcerias entre agentes de desenvolvimento local e instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D), considerando como sectores estratégicos e prioritários as indústrias associadas aos produtos endógenos e ao turismo.

Para os quatro concelhos são elencados os seguintes projectos mobilizadores:

**Figura 10. Projectos Mobilizadores.**

N.º	Designação do Projecto	Sigla
P1	Gestão e Acompanhamento de Programas Educativos para a Promoção de uma Cultura de Valores Estratégicos;	EDUCAR
P2	Formação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo;	For-ICE
P3	Programa de Intervenção para a Prevenção da Exclusão e Abandono Escolar;	INTEGRAR
P4	Promoção da Cidadania – Sistema de Recolha de Ideias;	IDEIAS
P5	Estratégia Intermunicipal para as Energias Renováveis;	EMERG
P6	Programa Intermunicipal para o Turismo;	PIMT
P7	Rede de Competências do Sector Florestal;	Ciclo da Árvore
P8	Rede de Competências para a Valorização dos Produtos Endógenos	VALOR
P10	Apoio à Qualificação e Inovação – Rede de Espaços e Actividades para a Divulgação e Comercialização dos Produtos Endógenos;	AQUI
P11	Rede de Acessibilidades Urbanas;	RUA
P12	Portal de Apoio à Dinamização da Base Económica Local;	BEL
P13	Barómetro de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo.	BICE

### 3.2.2 Estratégia definida para o território da CIMPIN – Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007-2013 (PEA-PIN)

Reconhecida a importância de definir uma estratégia regional sustentada, criando e/ou valorizando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) tomou a iniciativa de elaborar o Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte (2007-2013).

A definição da visão e linhas de orientação estratégica do Plano enfatizou as possibilidades de cooperação e parcerias com instituições de IDI e com outras instituições, numa perspectiva de fortalecimento do capital intelectual e incremento de uma economia baseada no conhecimento.

Ancorado à escala regional o Plano Estratégico e de Acção reiterou que a Região do Pinhal Interior Norte (PIN) deveria ser distinguida pelo seu carácter alternativo, como espaço de excelência para residir, trabalhar e repousar, valorizando o seu posicionamento estratégico em relação a eixos fundamentais do sistema urbano nacional e a qualidade ambiental como factores diferenciadores e potenciadores de um território atractivo e competitivo. A estas duas características intrínsecas à região associou-se uma estratégia de atracção e valorização do capital humano, como forma de promover a qualidade na educação e formação das suas gentes, de modo a criar uma nova geração que invista e valorize a sua terra. A estratégia regional delineada apontava como prioritária a consolidação da base económica local, apostando na inovação enquanto dinâmica de desenvolvimento de um tecido empresarial forte, **assente em padrões de sustentabilidade** e gerador de mais-valias capazes de, progressivamente, colocar a região no mapa da economia do conhecimento.

O carácter central deste território e a qualidade do ambiente urbano e natural são considerados neste Plano elementos fundamentais para a captação de pessoas e investimentos que procurem um espaço de excelência alternativo aos grandes centros urbanos, e a sustentabilidade, como pilar de desenvolvimento.

Em termos do quadro estratégico foi proposta a visão:

**PINHAL INTERIOR NORTE: UM CENTRO ALTERNATIVO E SUSTENTÁVEL**

E as seguintes três linhas estratégicas:

- **Linha Estratégica 1. Apostar na educação e na qualificação – Investir nas pessoas e criar uma região empreendedora**, orientada para a valorização do potencial humano regional como pilar estratégico do desenvolvimento integrado e sustentado da região;

- **Linha Estratégica 2. Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades – Criar uma Região coesa e competitiva**, alinhada com os novos desafios de valorização territorial com vista à criação de um espaço de qualidade, e organizada de modo a garantir e estimular o sucesso dos projectos a implementar;
- **Linha Estratégica 3. Valorizar a base económica regional – Apostar numa Região inovadora que ousa ser diferente**, através do estímulo à capacidade de inovar, de criar valor e do fomento da progressão na cadeia de valor dos produtos e sectores económicos existentes ou que se revelam com forte potencial regional.

De seguida apresenta-se o Programa Territorial de Desenvolvimento, documento que serviu de base à negociação dos fundos comunitários regionais entre a CCDRC, a Comunidade Intermunicipal da Região do Pinhal Interior Norte e as autarquias.

Em termos de carteira de projectos apontam-se projectos de escala regional e local. No caso do Concelho de Miranda do Corvo foram definidos os seguintes:

**Figura 11. Projectos definidos para o Concelho de Miranda do Corvo no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.**

<b>Operação Integrada I. Redes de Suporte à Economia Regional</b>
POR-C. Eixo 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento
Regulamento Específico. Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
<b>P.10.20. Áreas de Acolhimento Empresarial</b>
<b>P.10.22. Centro Multiserviços de Semide</b>
<b>Operação Integrada II. Programa de Valorização da Rede Urbana e Qualidade de Vida</b>
Eixo 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Rede de Equipamentos Culturais
<b>P.21.04. Casa das Artes (com arquivo municipal)</b>
Regulamento Específico. Equipamentos para a Coesão Local
<b>P.14.02. Equipamento de saúde e bem-estar</b>
<b>Operação Integrada III. Rede Intermunicipal de Mobilidade e Acessibilidades</b>
Eixo 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Mobilidade Territorial
<b>P.12.32. Rede Viária Municipal</b>
<b>Operação Integrada IV. Programa Estratégico de Valorização Ambiental</b>
<b>Eixo 4. Protecção e Valorização Ambiental</b>
<b>Acções de Valorização Ambiental</b>
<b>P.20.13. Quinta da Paiva</b>

Fonte: Programa Territorial de Desenvolvimento para a região do Pinhal Interior Norte.

Ao nível do desenvolvimento dos projectos, o Centro Multiserviços de Semide (criação de espaços multiserviços, nos quais possam ser desenvolvidas actividades económicas que gerem a requalificação e perpetuam a identidade local) é, segundo a Câmara Municipal de Miranda do Corvo, uma das obras de grande importância que se encontra em curso. Quanto ao projecto da Quinta da Paiva, o Parque de Lazer

encontra-se em desenvolvimento sendo também considerado uma das obras de grande importância para o Município.

### 3.2.3 Programa Estratégico – Rede Urbana “Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”

A Rede Urbana de Competitividade e Inovação dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (RCM) foi composta pelos centros urbanos de Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, Lousã, **Miranda do Corvo**, Montemor-o-Velho, Penela e Soure e resultou da assumpção de elementos patrimoniais identitários como veículos de desenvolvimento socio-económico através da criação de sinergias que permitiram angariar escala e massa crítica e, por outro lado, complementaridades baseadas nos seus factores distintivos.

De acordo com o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI), a RCM é uma “Cooperação inter-urbana para exploração das potencialidades e vocações temáticas das cidades, reforçando os seus factores de diferenciação, atractividade e competitividade e as suas dinâmicas de internacionalização”.

Desta forma foi assumida para esta rede a seguinte visão:

*Em 2012 a Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego deverá possuir uma marca turística de reconhecimento nacional e internacional, sendo um exemplo de cooperação entre centros urbanos marcados pelo dinamismo cultural e criativo. Aproveitando a sua localização estratégica, saberá afirmar as suas 3 cidades como porta de entrada e motor de desenvolvimento, e reinventar a sua ligação ancestral à Cidade e Universidade de Coimbra agora em defesa da uma estratégia competitiva, onde o conhecimento se converte em novas abordagens à valorização patrimonial, à cultura, à história e ao turismo.*

Esta visão foi ainda resumida no seguinte mote:

**Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego: Uma Rede de Comunidades Acolhedoras e Criativas, onde o Património é o palco para a Inovação.**

O cumprimento da visão implicou a existência de um contexto favorável, incluindo a afirmação de uma cultura regional integradora de desenvolvimento estratégico, estendendo-se a todos os sectores da sociedade.

**A visão estratégica foi suportada e afirmada em torno de três linhas estratégicas:**

- **Linha 1.** Reconhecer o património e os núcleos tradicionais como espaços privilegiados de atracção de actividades económicas e criação de valor.

- **Linha 2.** Assumir o turismo cultural como âncora de desenvolvimento económico, conferindo-lhe um carácter diferenciador pela ligação ao conhecimento e aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação.
  - **Linha 3.** Ganhar massa crítica e dimensão cultural, captando e trabalhando o capital humano.
- Neste Programa Estratégico foi proposta uma carteira de dez projectos, numa lógica de complementaridade e de aposta transversal na prossecução da visão e linhas de orientação estratégica. Para o Município de Miranda do Corvo foram propostos os seguintes projectos âncora/complementares:

**Tabela 3. Carteira de Projectos para o Município de Miranda do Corvo.**

PROJECTOS			
ID	NOME	PROMOTOR	Tipo de projecto
2.	Programa Estratégico para Valorização da Economia da Criatividade		Âncora
2.2.	Programa de Incentivo à Captação de Criadores e Artistas de Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	
2.8.	Casa do Design	CM Miranda do Corvo	
7.	Rede de Mobilidade		Complementares
7.3.	Acessibilidade Zona Histórica Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	
9.	Programa de Recuperação dos Castelos e Muralhas		
9.1.	Programa de Recuperação do Património de Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	
10	Requalificação e Valorização dos Núcleos Tradicionais		
10.1.	Requalificação e Valorização do Núcleo Tradicional de Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	

Fonte: Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Relativamente ao desenvolvimento deste Programa Estratégico, até ao momento ainda se encontra em processo de avaliação da respectiva candidatura.

### 3.2.4 Programa Director de Inovação, Competitividade e Inovação (PD-ICE) para o Município de Miranda do Corvo

Reconhecida a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, criando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do Concelho e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a Câmara Municipal de Miranda do Corvo tomou a iniciativa de elaborar o **Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE)**.

A visão proposta para o Município de Miranda do Corvo, no que respeita à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, foi definida do seguinte modo:

**“MIRANDA DO CORVO: UMA COMUNIDADE SAUDÁVEL E SOLIDÁRIA”**



A visão estratégica para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo do Município foi escorada nas seguintes três linhas de orientação estratégica:

**Linha 1.** Promover o “bem-estar” como sector estratégico de desenvolvimento, assumindo os serviços de apoio social e de saúde, os elementos naturais e os elementos patrimoniais como suportes da estratégia e âncoras para que esta seja visível fora do Município.

**Linha 2.** Fomentar a inovação nas artes e ofícios locais, tirando partido do *know-how* existente e da investigação produzida por diversas entidades, para incitar a renovação essencial deste sector.

**Linha 3.** Estimular a utilização das energias renováveis, garantindo a aplicação prática da investigação produzida pelas entidades sediadas em Miranda – AREAC<sup>2</sup> e CBE<sup>3</sup> – e reforçando uma postura saudável e de respeito para com o meio ambiente.

**Tabela 4. Carteira de Projectos Mobilizadores.**

Designação do Projecto		ID
P1	Programa Educativo para a Promoção de uma Cultura de Valores Estratégicos;	PECVE
P2	Formação e Qualificação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo;	QICE
P3	Promoção da Cidadania – Sistema de Participação Contínua e Recolha de Ideias;	Incluir
P4	Rede de Competências para a Inovação nas Artes e Ofícios Locais;	InovARTE
P5	Estratégia para a Saúde, Turismo, “Bem-Estar” e Longevidade;	ESTAR
P6	Estratégia Municipal para as Energias Renováveis;	EMERG
P7	Evento Anual;	Festival da Longevidade
P8	Gabinete de Apoio à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo;	GAICE
P9	Rede de Parques Industriais de Miranda do Corvo;	PIMC
P10	Centro de Experiências – Artesanato, Cerâmica, Energia e Construção Civil;	Oficina
P11	Rede de Espaços para a Cultura, Requalificação, Educação, Identidade e Ócio;	RECREIO
P12	Portal de Apoio à Dinamização da Base Económica Local;	BEL
P13	Barómetro de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo.	BICE

O projecto da candidatura ao “Programa Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” para o Centro da Vila de Miranda do Corvo, foi aprovado no presente ano de 2009. Este projecto incluiu o P3. Promoção da Cidadania – criação de um espaço na página da *internet* da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, onde qualquer cidadão pode deixar ideias sobre diferentes temas. No âmbito do Projecto Estratégia para a Saúde, Turismo, “Bem-estar” e Longevidade (P5), o Município tem vindo a desenvolver um programa de intervenção claramente direccionado para o bem-estar social e qualidade de vida. No final de 2007 viu a parceria existente entre a Câmara Municipal e a ADFP (Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional) no projecto da Quinta da Paiva receber o 1.º prémio de investimento humano dos *European Enterprise Awards*. Mais recentemente o mesmo projecto foi seleccionado para a “*short-list*” do prémio Boas Práticas no sector público, na categoria de Capital

<sup>2</sup> Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro.

<sup>3</sup> Centro da Biomassa para a Energia.



Humano, prémio este promovido pela Deloitte e pelo Diário Económico. A criação de um Evento Anual (P7), ligado ao bem-estar e à longevidade insere-se nesta estratégia constituindo-se como um cartão-de-visita do Município, oferecendo ao longo de 4 dias um programa inovador, arrojado e original, com o intuito de colocar Miranda do Corvo na agenda e rotas turísticas de referência.

### 3.2.5 Enquadramento Estratégico para as Parcerias para a Regeneração Urbana da Vila de Miranda do Corvo (2008)

Consciente das suas realidades próprias e das oportunidades geradas pelo instrumento de Política Parcerias para a Regeneração Urbana – “Qualificação de pequenos centros com potencial estruturante do território regional”, a Câmara Municipal de Miranda do Corvo decidiu apresentar uma candidatura ao Programa Política de Cidades orientada para o centro da Vila de Miranda do Corvo.

O processo de regeneração urbana foi um impulso para assumir estes desafios. A Vila assumiu-se como:

- **Espaço acessível**, promovendo a ligação entre diferentes espaços da Vila imprescindíveis ao equilíbrio territorial, maximizando a proximidade a elementos de referência urbana, dos quais se destaca a Quinta da Paiva, apostando-se no “bem-estar” da população;
- **Espaço dinâmico**, com uma economia local forte através da dotação de infra-estruturas multiserviços de qualidade nos principais pólos da Vila, melhorando a qualidade de vida dos que residem e dos que visitam este território;
- **Espaço participativo**, onde se promova a cidadania e a participação de todos no desenho do futuro da Vila.

Para a afirmação da visão “**Miranda do Corvo – um espaço de qualidade e igualdade**” tornou-se necessário prosseguir com as seguintes prioridades estratégicas, organizadas em 3 Eixos:

- EIXO 1: Promover a requalificação das acessibilidades a pontos vitais da Vila, valorizando a componente ambiental dos espaços;
- EIXO 2: Promover o dinamismo económico da Vila tendo em linha de conta a identidade local;
- EIXO 3: Estimular a cidadania no Centro da Vila de Miranda do Corvo.

A Operação Individual para a Regeneração Urbana do centro da Vila de Miranda do Corvo foi constituída pelos seguintes projectos:

#### – Projectos de cariz material:

- Projecto 1 – Requalificação da Rua Dr. Carlos Mota Pinto incluindo a construção de uma praça;

- Projecto 2 – Requalificação do Mercado Municipal de Miranda do Corvo e Área Envolvente;
- Projecto 3 – Passeios na Rua Porto de Mourisco com ligação à Rua Dr. Carlos Mota Pinto;
- Projecto 4 – Arranjo Urbanístico em Porto Mourisco;
- Projecto 5 – Bar Quinta da Paiva;

– **Projectos de cariz imaterial:**

- Projecto 6 – Promoção da cidadania – sistema de participação contínua e recolha de ideias.

### 3.2.6 Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade dos serviços da Câmara Municipal de Miranda do Corvo

A certificação do Município de Miranda do Corvo tem como base a NP EN ISO 9001 – sistemas de gestão da qualidade abrangendo os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente, o atendimento aos munícipes, o sector águas, saneamento, captação e distribuição e qualidade da água, as obras particulares, as taxas e licenças, os recursos humanos, o património, o aprovisionamento, o expediente geral e o arquivo.

O principal objectivo do Município com o processo de certificação é a **satisfação das necessidades e expectativas dos munícipes, servindo/atendendo-o com qualidade e no menor espaço de tempo possível.**

A certificação ISO 9001:2000 é válida por um período de três anos, exigindo que os serviços mantenham a qualidade, dado que anualmente são realizadas diversas auditorias, quer internas quer externas.

### 3.2.7 Projectos desenvolvidos pelo Município a nível social e ambiental

O Município de Miranda do Corvo tem vindo a desenvolver um programa de intervenção claramente direccionado para o bem-estar social e qualidade de vida.



No âmbito do lema “Miranda do Corvo, uma terra solidária”, alguns dos projectos de destaque são a **Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão**, onde se podem tratar, entre outros, assuntos de saúde e sociais, e o **Cartão do Idoso**, que oferece vantagens numa vasta rede de serviços. Recentemente foi criado o **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)** da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, no âmbito da racionalização e sistematização por parte do Governo das medidas que visam promover a coesão social através do emprego e da

qualificação profissional. A criação deste Gabinete em Miranda do Corvo tem como objectivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição/desenvolvimento do seu percurso de inserção/reinserção no mercado de trabalho, em estreita colaboração com o Centro de Emprego. Ainda no âmbito do lema “Miranda do Corvo, uma terra solidária” a Câmara Municipal através do Gabinete de Acção Social dinamiza a **Bolsa de Voluntariado de Miranda do Corvo**. Este projecto tem como objectivo aproximar os interessados em trabalho voluntário nas áreas de acção social, saúde, educação, cultura e turismo, defesa do património e ambiente, protecção civil, desporto e cooperação para o desenvolvimento social.

O apoio ao cidadão não se esgota nas iniciativas acima mencionadas, sendo de sublinhar a abertura do **PAC – Posto de Atendimento ao Cidadão** e do **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento**, este último, incluindo uma UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa), e do SALE (Serviço de Apoio Local ao Empresário).

**Sendo um Município que aposta na inclusão social, na educação para a diferença e para o respeito pelo Homem e pelo seu habitat**, em Miranda do Corvo têm-se desenvolvido vários projectos relacionados com a educação e a qualificação ambiental, tirando partido de estruturas e organismos existentes no Concelho. A parceria com a AREAC (Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro) para a produção de **biodiesel** é o projecto mais recente, devendo ainda referir-se o projecto da **Quinta da Paiva** como uma âncora na educação e sensibilização para o ambiente e identidade local, através de valências como a quinta pedagógica, o centro de artesanato, o museu da chanfana e o ecomuseu.

Atendendo aos instrumentos elencados, pretende-se de seguida identificar e caracterizar os actores chave, potenciais parceiros estratégicos para a operacionalização da Agenda 21 Local de Miranda do Corvo. A nível sub-regional, como actores chave para o desenvolvimento concelhio, destacam-se as seguintes entidades:



- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C):**  
A CCDR-C é um organismo desconcentrado do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que tem por missão interpretar e aplicar no território as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável da Região Centro<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> <http://www.ccdrc.pt/ccdr/missao-e-competencias>.



- A **Turismo Centro de Portugal** surge recentemente como o organismo público com a responsabilidade da promoção e valorização turística da marca Centro de Portugal. Esta entidade compreende o território correspondente às unidades territoriais de Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Dão -Lafões, Beira Interior Sul.



- **Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte:** constituída em 2007, esta comunidade, que congrega todos os municípios da NUT III com o mesmo nome, surge do interesse que os 14 concelhos demonstraram em se unir para mais facilmente articularem investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projectos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013.
- A **Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça – Dueceira** – que integra os Concelhos da Miranda do Corvo, Lousã, Penela e Vila Nova de Poiares e que, apesar da fragilidade identitária, pode desempenhar um papel relevante no período 2007/2013, enquanto sub-espaco da NUT III Pinhal Interior Norte.



- A **Entre Lousã e Zêzere – ELOZ** – da qual fazem parte os Concelhos da Miranda do Corvo, Lousã, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares, traduz um acordo de cooperação entre as associações Dueceira e Pinhais do Zêzere. A ELOZ surgiu em 1994 visando a organização conjunta de uma candidatura à Iniciativa Comunitária LEADER +, instrumento indispensável na promoção do potencial endógeno destes concelhos.



- **Lousitânia – Liga dos Amigos da Serra da Lousã** é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2004, com o objectivo de preservar a natureza e valorizar o património e a cultura da Serra da Lousã. O território da Serra da Lousã abrange o concelho de Góis, Lousã, Castanheira de Pera, **Miranda do Corvo** e Figueiró dos Vinhos.



- **Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP):** é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Miranda do Corvo a ADFP (Instituição Privada de Solidariedade Social) que estende o seu raio de acção a vários concelhos do Distrito de Coimbra, como o caso dos Concelhos de Coimbra, Penela, Lousã, Góis e

Penacova. Tem como objectivos, apoiar deficientes, doentes crónicos e inadaptados, crianças, jovens e idosos, apostar na lógica de desenvolvimento regional, tendente à criação de riqueza, postos de trabalho e combate à pobreza e por último promover a qualidade de vida (física, psíquica, económica e social) de vários grupos sociais - crianças, jovens, adultos desfavorecidos, deficientes, doentes e idosos.



- **Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC)** – é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 2003 por vários municípios da Região Centro. A AREAC desenvolve as suas actividades focalizada nas questões da energia e do ambiente. Tem como objectivo promover boas práticas de utilização da energia e a valorização dos recursos energéticos endógenos. Tem como associados os municípios de Cantanhede, Castanheira de Pera, Coimbra, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, **Miranda do Corvo**, Montermor-o-Velho, Pedrógão Grande, Penela, Vila Nova de Poiares e EDP Distribuição.

Sugere-se, portanto, um modelo de posicionamento geoestratégico para o Concelho de Miranda do Corvo que potencie a diversidade de interações eficazes, consolidando o seu posicionamento dentro de uma lógica de especialização.

## 4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

### 4.1 Suporte Físico / Sistemas Naturais

#### 4.1.1 Caracterização geomorfológica

O Concelho de Miranda do Corvo integra-se na unidade biofísica do Sistema do Maciço Central<sup>5</sup>, que compreende as Serras da Lousã, Açor e Estrela, à semelhança da maior parte dos concelhos da NUTS III do PIN.

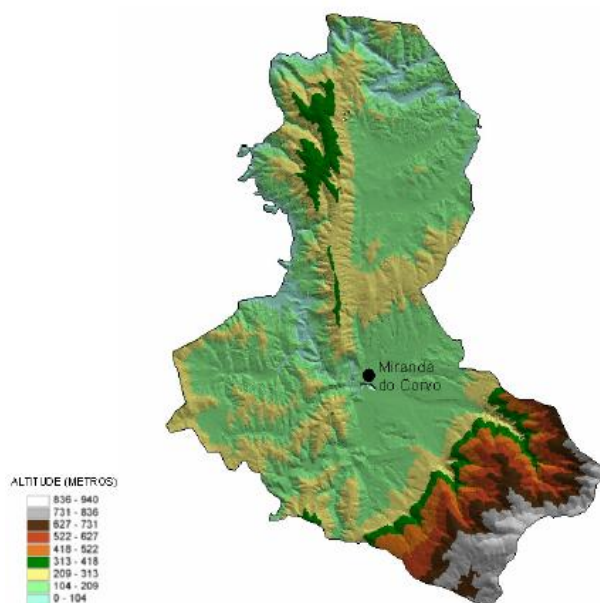


Figura 12. Hipsometria do Concelho de Miranda do Corvo.

Fonte: Município de Miranda do Corvo, "Revisão do PDM".

A superfície do Concelho é caracterizada por um relevo diversificado, sendo possível identificar três áreas relativamente homogêneas. A primeira constitui a vertente noroeste da Serra da Lousã, que sobressai de todo o conjunto morfológico concelhio, atingindo os 900 m de altitude na fronteira com o Município de Figueiró dos Vinhos. Esta parte sul caracteriza-se por declives acentuados cobertos **de pinheiro e eucalipto**, em que o substrato rochoso pertence ao complexo xisto-grauváquico presente em todo o Maciço Central. A segunda área, no oeste do Concelho, tem como elemento distintivo as colinas dolomíticas, de baixa altitude, compostas por rochas calcárias, que fazem antever o Maciço de Sicó-Alvaiázere, a sul. A terceira área distintiva localiza-se no sopé destas montanhas, apresentando uma depressão composta por rochas detriticas, e onde se encontram as **terras mais povoadas** do Concelho, caracterizadas por um conjunto heterogêneo de explorações agrícolas de pequena dimensão.

<sup>5</sup> Segundo a denominação do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C)

O Concelho é intersectado por duas linhas de água: o Rio Ceira, que cruza o Concelho num sentido E-O, na freguesia de Semide, de pouca expressão no conjunto do território; e o Rio Dueça, com traçado sul-norte, que percorre o Concelho pelo seu centro, incluindo a Vila, indo desaguar depois no Rio Ceira a Norte.

#### 4.1.2 Caracterização biológica

O coberto vegetal caracteriza-se pela predominância do pinheiro e eucalipto que ocupa **vastas manchas do território**, tanto na Serra da Lousã como nas outras elevações do Concelho. Estas manchas encontram-se contudo bastante degradadas em virtude de anos consecutivos de incêndios devastadores<sup>6</sup>, no que resultou o empobrecimento e erosão dos solos. Este coberto arbóreo apenas é interrompido por trechos de vales apertados e depressões onde se acumularam depósitos detríticos no vale do Dueça e na freguesia de Lamas. Nestas bacias os solos sedimentares férteis são utilizados para aproveitamento agrícola, predominantemente em torno dos aglomerados populacionais.



Figura 13. Paisagem no Concelho (Serra da Lousã).

Fonte: SPI

O coberto vegetal original, constituído pelo carvalho negral ou alvarinho, o castanheiro, o sobreiro e o medronheiro, encontra-se confinado a algumas vertentes de média altitude da Serra da Lousã. As explorações comerciais de eucalipto e especialmente de pinheiro no Concelho de Miranda do Corvo, têm marginalizado de forma crescente estas espécies nas últimas décadas.

O ritmo da expansão do eucalipto deve-se às inúmeras vantagens que possui em termos económicos. Esta espécie é capaz de crescer extremamente depressa, representando um rendimento seguro ao fim de 8 anos, em contraste com os 20 anos do pinheiro bravo ou os 30 a 40 anos das espécies tradicionais. Para além disso, é a principal matéria-prima para a indústria da pasta de papel, importante no panorama económico português. Finalmente, como espécie importada o eucalipto tem poucos inimigos naturais, traduzindo-se em baixos custos de manutenção.

<sup>6</sup> O Sítio Rede Natura 2000 "Serra da Lousã" exposto a incêndios soma 31% da sua área. Fonte: ICNB.



No entanto, a introdução desta espécie exótica constituiu uma diferença dramática para a biodiversidade da floresta do Concelho. Em primeiro lugar, poucas espécies conseguem habitar no ambiente inóspito de um eucaliptal. Em segundo lugar, é uma espécie extremamente eficiente em termos de utilização de água, podendo alterar profundamente o equilíbrio hídrico de pequenas bacias, secando fontes e expulsando outras espécies menos eficientes na utilização de água<sup>7</sup>.

A expansão florestal unicamente baseada em espécies de crescimento rápido como o eucalipto representa assim uma **ameaça para a variedade da floresta**, em especial da Serra da Lousã historicamente composta por **dezenas de espécies de árvore**, colocando-as em risco de extinção.

#### 4.1.3 Conservação e gestão activa da natureza

A Rede Natura 2000 constitui um instrumento fundamental de conservação da natureza, consubstanciado em áreas seleccionadas pela sua importância em termos de ecossistema biológico e/ou presença de espécies de fauna ou de flora. Estas áreas constituem **zonas especiais de protecção** e visam a conservação de habitats através da definição de critérios de gestão que conciliem os valores ecológicos com o desenvolvimento económico, social e cultural local.

O Concelho possui parte (9%) do Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, equivalente a (11%) da superfície concelhia. Segundo o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)<sup>8</sup>, a Serra constitui uma **“área de apreciável interesse paisagístico (...) e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético”**. A mesma fonte destaca também a importância das linhas de água para a biodiversidade do Sítio, destacando a presença de galerias ripícolas, habitats de **“carácter quase reliquial”**, compostas por comunidades de amiais, azereiros e azevinhos. Nestes lugares podem observar-se lontras, lagartos-da-água e a salamandra-lusitânica.

---

<sup>7</sup> Ver Fernandes, J. M., “Serras de Portugal” (1995).

<sup>8</sup> ICNB, “Ficha do Sítio da Serra da Lousã”. Disponível para consulta em: [http://www.icn.pt/psrn2000/fichas\\_sitios/Sitio\\_SERRA%20LOUSA.pdf](http://www.icn.pt/psrn2000/fichas_sitios/Sitio_SERRA%20LOUSA.pdf)



Figura 14. Quinta Biológica (Quinta da Paiva).

Fonte: Dueceira, “Trilhos da Serra”.

Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho e da Serra da Lousã. Em 2007 foi criado por uma organização sem fins lucrativos o Parque Biológico da Serra da Lousã (Quinta da Paiva). Este projecto associa a valorização económica do património natural da Serra da Lousã (turismo) com a educação ambiental e o “enaltecimento de valores e tradições culturais da região”<sup>9</sup>. Este Parque integra um centro de informação ambiental, um pequeno parque de vida selvagem, composto por espécies características da região bem como algumas infra-estruturas de lazer.

A associação Lousitanea – liga de amigos da Serra da Lousã – constitui uma das mais activas em defesa do património natural da Serra, desempenhando um papel importante ao nível da **sensibilização e promoção de valores ambientais**. As iniciativas desenvolvidas envolvem designadamente a substituição do coberto vegetal actual por espécies autóctones que se encontram a ser reproduzidas na “Maternidade de Árvores Autóctones”. Esta maternidade possui outras valências para além de espaço de reprodução, constituindo-se também como um centro para a sensibilização ambiental nomeadamente no que se refere à problemática da biodiversidade e das espécies ameaçadas no território como o carvalho negral e alvarinho, entre outros.

Assinale-se também a **(re)introdução, nos anos 90, de cervídeos na Serra da Lousã**, nomeadamente de veados e corços aproveitando a diversidade e riqueza da flora em alguns locais da Serra. Esta iniciativa tem em vista a recuperação da biodiversidade na área bem como a estruturação de dinâmicas de ecoturismo e de turismo científico numa lógica sustentável<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> [www.quintadapaiva.pt](http://www.quintadapaiva.pt)

<sup>10</sup> Fonte: Dueceira.



**Figura 15. Gondramaz - Aldeia de Xisto.**

Fonte: Dueceira, “Trilhos da Serra”.

A rede de Aldeias de Xisto também se encontra presente de forma marcante no Concelho de Miranda do Corvo através da aldeia de Gondramaz. A rede tem como objectivo a promoção dos recursos endógenos de uma forma integrada, articulada e sustentável, de forma a combater a tendência generalizada de êxodo e desertificação destes territórios. A valorização económica e social parte da preservação do património natural e cultural, material e imaterial, de um conjunto de aldeias históricas cujo denominador comum é a construção em xisto.

#### **4.1.4 Suporte físico / sistemas naturais – síntese**

A superfície do Concelho é caracterizada por um relevo diversificado em diferentes secções do Concelho: Serra da Lousã a sudeste, colinas dolomíticas a oeste e uma depressão fluvial no centro-este.

O coberto vegetal caracteriza-se pela predominância do pinheiro e eucalipto que ocupa vastas manchas do território. A expansão florestal unicamente baseada em espécies de crescimento rápido como o eucalipto representa uma ameaça para a variedade da floresta, em especial, da Serra da Lousã, historicamente composta por dezenas de espécies de árvore, colocando-as em risco de extinção. Não obstante, o Concelho possui parte do Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, composto por áreas de apreciável interesse paisagístico e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético, destacando-se a presença de habitats de “carácter quase reliquial”.

Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho, destacando-se o recente Parque Biológico da Serra da Lousã e a rede de Aldeias de Xisto. A Lousitanea constitui uma das associações mais activas de defesa do património natural, desempenhando um papel importante ao nível da sensibilização e promoção de valores ambientais.

## 4.2 Ocupação Humana

### 4.2.1 Modelo territorial

A análise ao modelo territorial da Região Centro, do âmbito da elaboração do PROT-C, integra o Concelho de Miranda do Corvo no sub-sistema urbano de Coimbra-Figueira da Foz (A2)<sup>11</sup>, com base na função polarizadora que esta cidade exerce sobre um conjunto de núcleos urbanos na sua envolvente como Soure, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo. Esta polarização é consubstanciada pelo **elevado número de relações funcionais de dependência**, nomeadamente em torno da oferta formativa da universidade, de funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços. Por seu turno Miranda do Corvo complementa esta relação através do desempenho da **função habitacional** de suporte. Em termos territoriais, não obstante a descontinuidade relativamente à mancha urbana da aglomeração de Coimbra seja uma realidade, as aglomerações no Concelho situam-se primordialmente em torno de antigos e presentes eixos rodoviários e ferroviários de ligação à sede de distrito.

No Concelho de Miranda do Corvo localiza-se o limite sudeste do sistema urbano de Coimbra - o Maciço Central, incluindo a serra da Lousã – traduzindo o seu forte papel na geração de descontinuidades físicas e funcionais relativamente ao resto do Pinhal Interior.

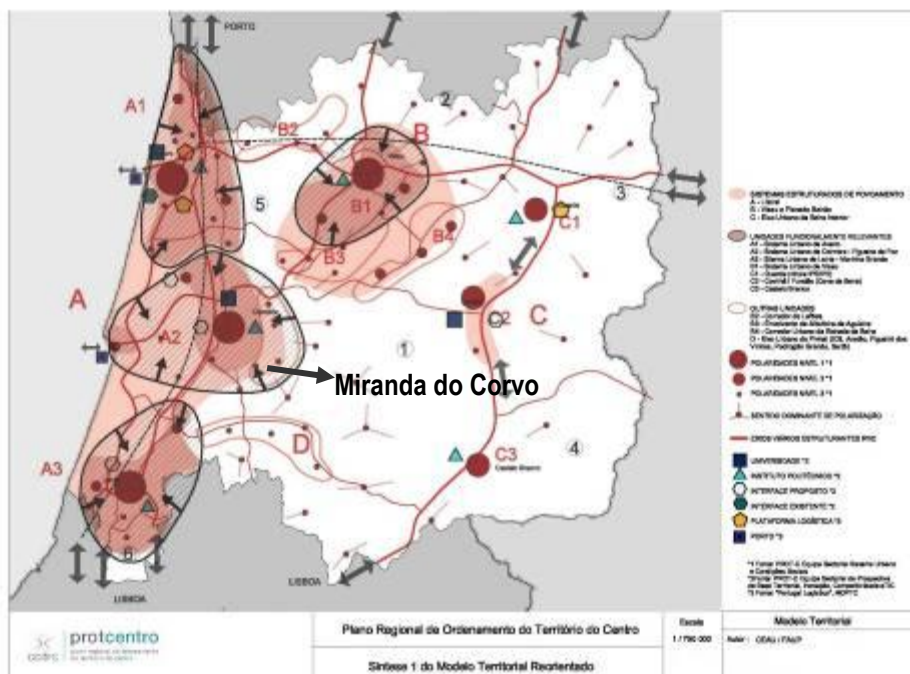


Figura 16. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.

<sup>11</sup> Ver Figura 16 – Modelo Territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro.

Fonte: PROT-C.

#### 4.2.2 Vias de comunicação e transporte

A análise à rede viária na região de Miranda do Corvo (Figura 17) permite constatar (i) **a proximidade do Concelho de Miranda do Corvo relativamente às vias distribuidoras de âmbito regional e Nacional**, e (ii) **a relativa insuficiência de ligações para norte e para sul e para o interior da Região Centro**. De facto, o Município apresenta-se relativamente próximo dos principais eixos da rede viária nacional, nomeadamente a A1 (Lisboa-Porto) e o IP3 (Figueira da Foz-Viseu). No entanto uma análise mais fina da realidade municipal faz sobressair **a carência de ligações secundárias eficazes** (entre o Município e a rede viária principal). A **ligação à sede distrital**, Coimbra, constitui um exemplo dessa insuficiência: a ligação é efectuada através de uma via (N17-1/N17) desadequada para essa função, nomeadamente por um perfil insuficiente face ao volume de tráfego. No entanto, a construção projectada da variante da N342 constituirá uma excepção aos problemas mencionados, uma vez que estabelece uma ligação rápida ao IP3/A1 no Concelho de Condeixa.

No que se refere às ligações no cerne do Pinhal Interior Norte (PIN), a estrutura viária não contém qualquer via que possa desempenhar com eficácia o seu papel potencial de via distribuidora entre Miranda do Corvo e outros municípios do PIN como Góis, Arganil, Tábua, Oliveira do Hospital, etc. Esta estrutura encontra-se no entanto em redefinição, existindo em projecto (Concessão Pinhal Interior) um conjunto de soluções rodoviárias que poderão resolver os problemas enunciados. Dentro dessas soluções afigura-se especialmente relevante a construção do troço do IC3 e o troço remanescente da variante à N 342, que permitirá ligar Arganil e Góis à A1, passando por Miranda do Corvo. Estas novas soluções viárias constituirão contudo um **desafio para a preservação de valores ambientes e o património cultural**, que definem no presente o território do PIN e de Miranda do Corvo (esp. a Serra da Lousã).



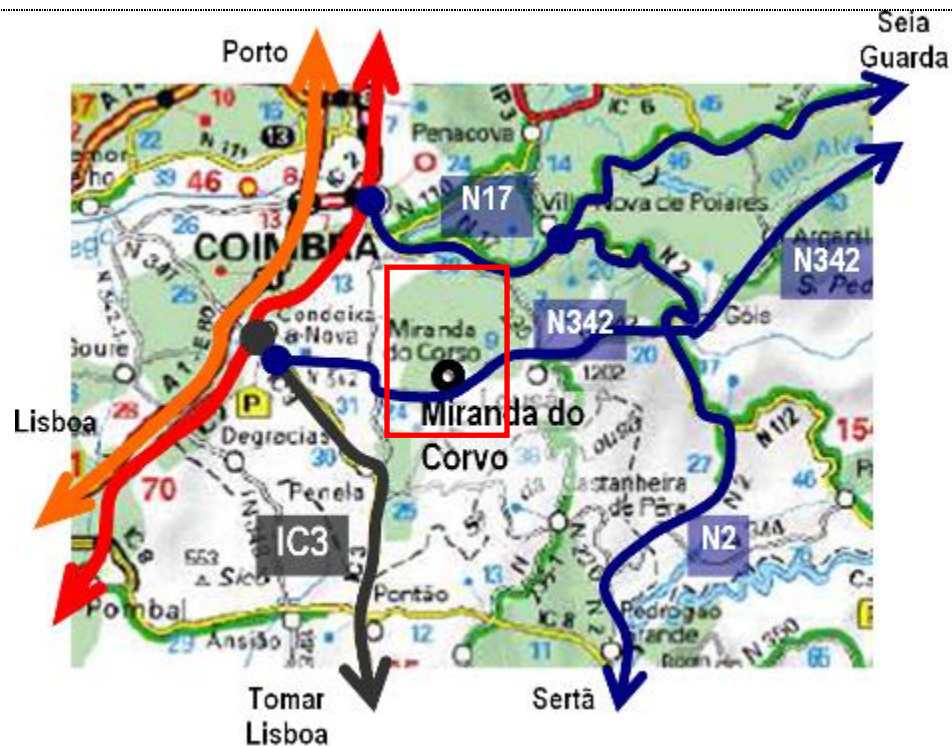
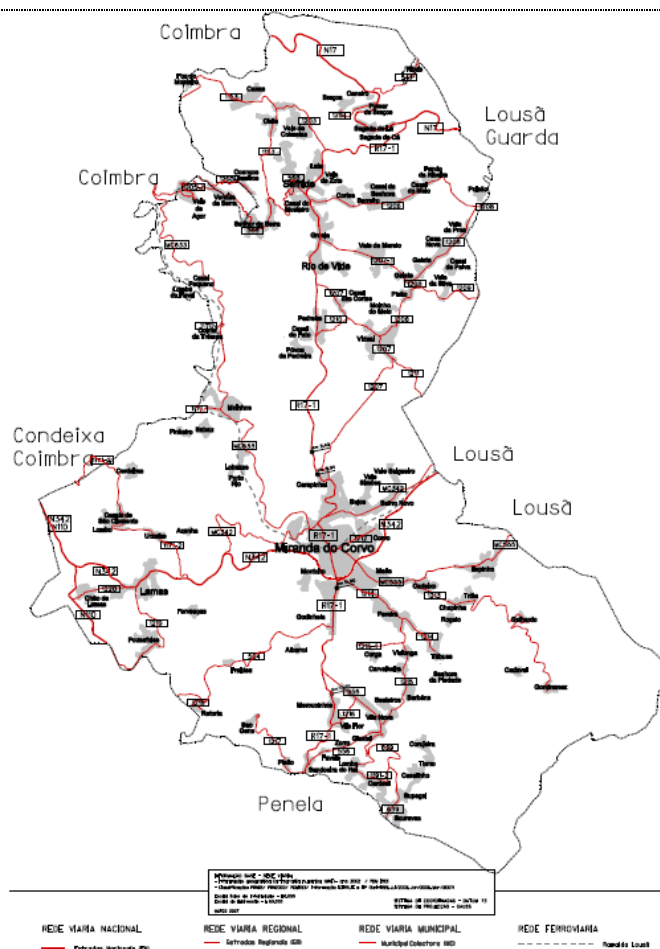


Figura 17. Estrutura viária principal na envolvente a Miranda do Corvo.

Fonte: SPI, adaptado de Viamichelin.

Face à importância da relação funcional com Coimbra é a N17-1 (reclassificada recentemente em R17-1) que exerce o papel estruturante na rede viária interna do Concelho, constituindo a principal via de acesso sul-norte, em função da qual se cruzam as restantes vias. Mais recentemente, face às melhorias que sofreu, a N342 constitui outro eixo relevante, exercendo a função de distribuição oeste-este.



**Figura 18. Rede viária interna do Concelho de Miranda do Corvo – situação de 2007.**

Fonte: Revisão PDM (2007).

A população local é servida por carreiras diárias de transportes de passageiros (a cargo da Transdev). Este operador possibilita a ligação directa em transporte colectivo com os concelhos de Castanheira de Pera, Arganil, Góis, Lousã e Vila Nova de Poiares, bem como as ligações internas a todas as freguesias do Concelho. A população local atribui claras insuficiências à cobertura e ao serviço da rede de transportes fornecido pelos operadores. Também, o tipo de desenvolvimento urbanístico, caracterizado por uma grande dispersão de povoações, coloca dificuldades acrescidas à optimização da rede. O facto da maior parte do trânsito intermunicipal atravessar zonas urbanas representa também um risco elevado para os peões.

O transporte ferroviário constitui um meio de transporte importante no Concelho, sendo servido pelo Ramal da Lousã que permite a ligação a Coimbra e à Linha do Norte. Está prevista a médio prazo a substituição da actual locomotiva por um “metro de superfície” que fará a mesma ligação Serpins-Coimbra. Esta substituição será acompanhada pelo melhoramento das condições da linha e pela remodelação das estações e apeadeiros do percurso.





Figura 19. Secção do serviço suburbano do "Metro de Superfície do Mondego".

Fonte: Metro Mondego.

#### 4.2.3 Ocupação e uso do solo

As elevações do Concelho, incluindo a Serra da Lousã, são ocupadas maioritariamente **por floresta e matos arbustivos**, havendo alguma extensão de vinha no oeste do Concelho. Na depressão de Miranda do Corvo, na freguesia de Lamas e no vale do Ceira, a norte, **a ocupação agrícola** predomina, reflectindo a fertilidade dos solos sedimentares, constituindo fundamentalmente sistemas de policultura intensiva de regadio nas proximidades das linhas de água ou culturas de sequeiro (oliveira e pomares) na meia encosta.

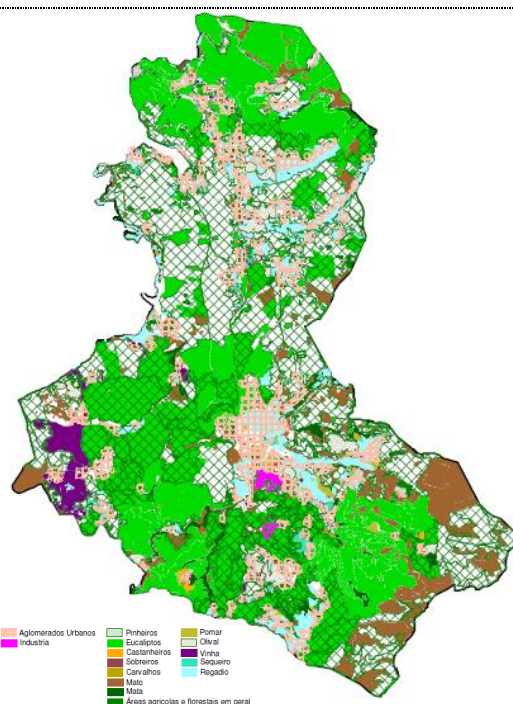
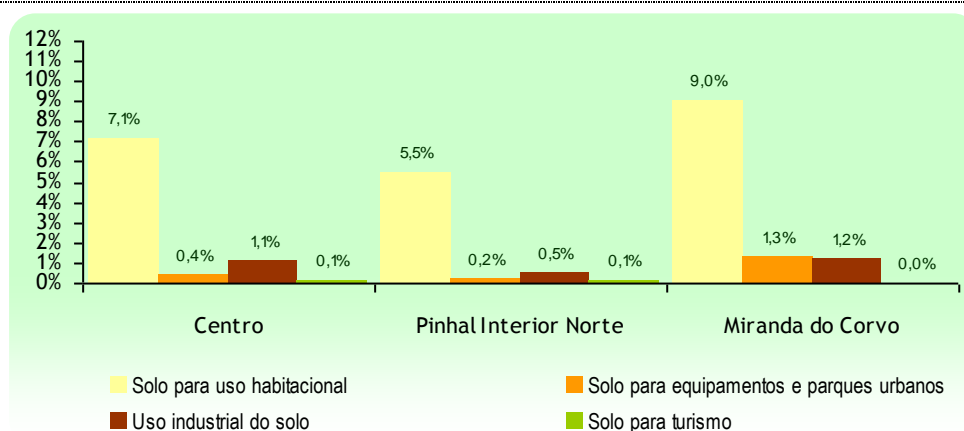


Figura 20. Carta de Ocupação do Solo.

Fonte: Revisão PDM (2007).

Como se pode constatar na figura anterior, a floresta e os matos e, em menor grau, a exploração agrícola e pastoril ocupam a maior parte da superfície concelhia (cerca de 88%). O restante uso do solo refere-se a áreas construídas, maioritariamente concentradas no centro do Concelho, onde se localiza a área

urbana de Miranda do Corvo, e ao longo dos principais eixos viários. No que se refere a áreas construídas, o gráfico seguinte ilustra a distribuição dos diversos tipos de uso do solo.



**Figura 21. Uso do solo nas áreas construídas.**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

A leitura do gráfico permite inferir da elevada superfície construída no Município de Miranda do Corvo, em que os usos residenciais são predominantes (9%), seguidos dos usos do solo para equipamentos e parques urbanos. Refira-se que os usos industriais e para equipamentos ocupam uma área máxima (em termos percentuais) relativamente aos outros municípios do PIN.

#### 4.2.4 Ocupação humana – síntese

O Concelho de Miranda do Corvo no sub-sistema urbano de Coimbra-Figueira da Foz, com base na função polarizadora da cidade de Coimbra, consubstanciada pelo elevado número de relações funcionais de dependência mútuas, em que Miranda do Corvo desempenha a função habitacional de suporte.

A superfície concelhia é ocupada maioritariamente por floresta e matos arbustivos, excepto na depressão de Miranda do Corvo, na freguesia de Lamas e no vale do Ceira, a norte, onde a ocupação agrícola predomina. O Município de Miranda do Corvo apresenta uma elevada superfície construída, em que os usos residenciais são predominantes.

O Concelho é próximo relativamente às vias distribuidoras de âmbito regional e Nacional, mas apresenta uma carência de ligações secundárias eficazes em que ligação à sede distrital, Coimbra, constitui um exemplo. O transporte ferroviário constitui um meio de transporte importante no Concelho, sendo servido pelo Ramal da Lousã que permite a ligação a Coimbra e à Linha do Norte.

## 5. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE EM MIRANDA DO CORVO

### 5.1 Qualidade do ar

Uma boa qualidade do ar constitui um aspecto essencial na manutenção da saúde do ser humano, do ambiente e do património construído. As causas da sua deterioração estão nas alterações da composição química natural da atmosfera resultantes das actividades humanas, nomeadamente a industrial e a utilização de transportes automóveis, mas também de fenómenos naturais, tais como e.g. os incêndios. Estas alterações produzem efeitos em grande escala como o aquecimento global e consequentes mudanças climáticas, a deterioração da camada de ozono na alta atmosfera que protege da incidência de raios nocivos, mas também de uma forma mais localizada, a degradação do ar respirável.

Como tal, a melhoria e preservação da qualidade do ar tem sido nas últimas décadas uma preocupação prioritária da União Europeia. A introdução da Directiva-Quadro da qualidade do ar, Directiva 96/62/CE de 27 de Setembro, que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar, tem-se traduzido num dos mais relevantes esforços das políticas comunitárias em matéria de ambiente.

Em Portugal, os princípios, objectivos e normas gerais de avaliação e gestão da qualidade do ar constam do Decreto-Lei n.º 276/99 de 23 de Julho que transpõe a Directiva-Quadro da qualidade do ar para a ordem jurídica nacional. A operacionalização deste normativo tem conseguido mostrar que o desenvolvimento económico não tem que acarretar uma correspondente e contínua degradação do ambiente, nomeadamente da qualidade do ar. Não obstante, e apesar das acções empreendidas, persistem problemas a que urge dar resposta.

É neste sentido que a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), em consonância com a estratégia para a qualidade do ar da União Europeia, criou um Plano de Acção, que visa estabelecer as metodologias, medidas e acções que garantam que a qualidade do ar seja mantida dentro dos níveis recomendáveis.

Na prossecução dos objectivos inerentes ao Plano de Acção para a qualidade do ar, foi conjuntamente instituído o Programa dos Tectos de Emissão Nacional (PTEN) traduzindo uma melhoria e actualização contínua dos instrumentos que conduzam à redução das emissões. Este Programa resulta da transposição para o direito nacional, na figura do Decreto Lei 193/2003, de 22 de Agosto, da Directiva 2001/81/CE de 23 de Outubro relativa aos Tectos de Emissão Nacionais. Também o Plano Nacional de Redução das Emissões das Grandes Instalações de Combustão (PNRE-GIC) resulta da transposição de legislação comunitária, a Directiva 2001/80/CE, no Decreto Lei 178/2003 de 5 de Agosto.

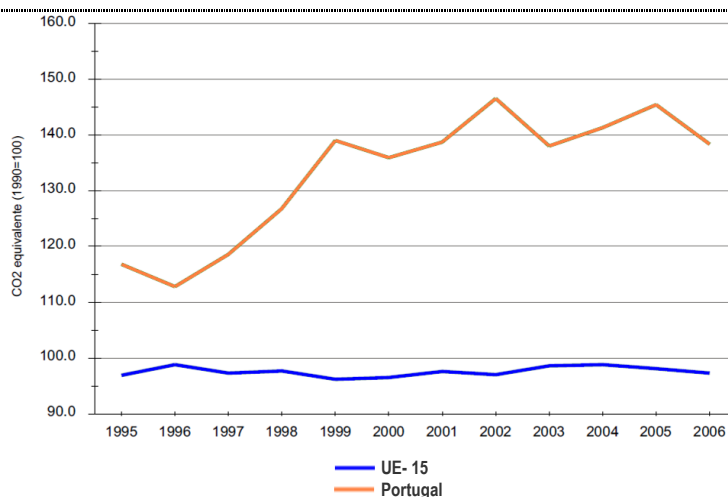
Estes planos e programas, para além da avaliação da situação existente, contemplam a análise de vários cenários e equacionam, quando necessário, medidas adicionais e respectivas relações custo-eficácia e custo-benefício, de forma a atingir os níveis de qualidade do ar estipulados. Afiguram-se como

instrumentos de combate à acidificação, eutrofização e ozono a nível do solo, promovendo a adopção de soluções sustentáveis, de forma integrada, e em harmonia com o desenvolvimento socio-económico.

Quanto à emissão de gases com efeito de estufa, Portugal, é juntamente com os restantes Estados Membros da União Europeia, signatário do Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC). Os estados membros estabeleceram assim um Acordo de Partilha de Responsabilidades para a redução colectiva de 8 % dos Gases com Efeito de Estufa no período 2008-2012, relativamente às emissões verificadas em 1990.

### 5.1.1 Gases com Efeito Estufa

Tendo por base uma análise às emissões de Portugal de Gases com Efeito Estufa (GEE) nos últimos anos, verifica-se que o seu posicionamento no contexto internacional não tem sido favorável. No ano de 2006, Portugal emitia ainda valores significativamente superiores de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), comparativamente à meta 2008-2012<sup>12</sup>. No entanto, desde 2005 que se tem verificado uma ligeira e contínua descida do valor destas emissões, facto também corroborado pelos dados preliminares do ano de 2007 da Agência Portuguesa de Ambiente (APA)<sup>13</sup>.



**Figura 22. Emissão de Gases com Efeito Estufa – evolução 1995-2006.**

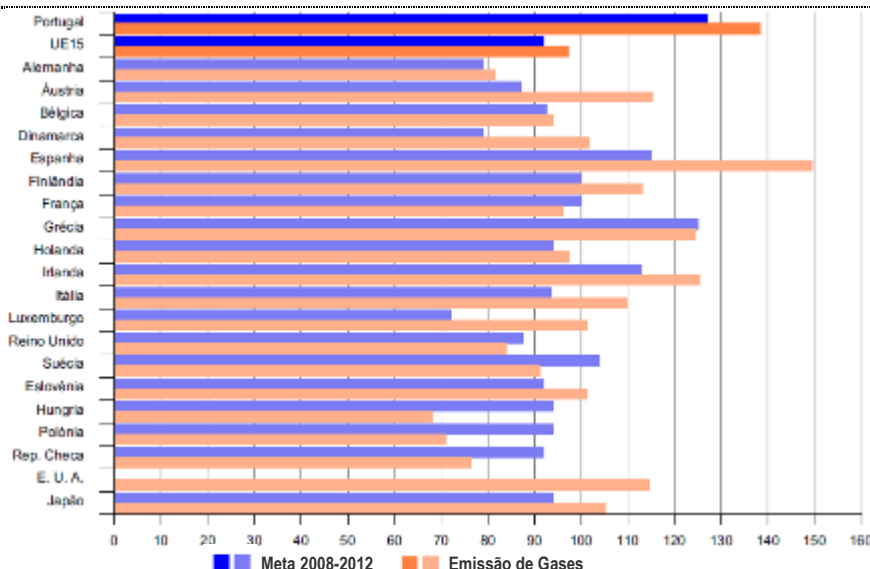
Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009 ).

Comparativamente aos valores apresentados pela UE15, apenas a Espanha apresentava em 2006 emissões de CO<sub>2</sub> superiores às portuguesas e significativamente acima da sua meta nacional. Por parte de Portugal, esta situação induz a um diagnóstico que revela debilidades em termos de sustentabilidade

<sup>12</sup> Protocolo de Quioto - Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC).

<sup>13</sup> Alocação Espacial de Emissões em 2007 (Emissões Totais por Concelho - Versão de 13.07.2009), APA

ambiental e uma deficiente convergência para as metas de Quioto. Constatam-se também que ao nível da União Europeia as metas estipuladas não têm sido cumpridas.



**Figura 23. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010**

Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009)

Face ao contexto internacional e nacional, importa conhecer a realidade da Região (NUTS III) - Pinhal Interior Norte e do Concelho de Miranda do Corvo em matéria de qualidade do ar. Atendendo aos dados da APA e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), é possível quantificar ao nível das referidas subdivisões administrativas e estatísticas, as emissões atmosféricas de gases com efeito de estufa, gases acidificantes, precursores de ozono, partículas em suspensão e metais pesados.

**Tabela 5. Emissões totais\* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²)**

	Area (km²)	CO <sub>2</sub>		CH <sub>4</sub>		N <sub>2</sub> O	
Anos:		2005	2007	2005	2007	2005	2007
<b>Portugal (cont.)</b>	<b>92160,31</b>	<b>739,485</b>	<b>678,531</b>	<b>4,837</b>	<b>5,037</b>	<b>0,222</b>	<b>0,210</b>
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>2616,66</b>	<b>222,536</b>	<b>139,401</b>	<b>2,949</b>	<b>2,187</b>	<b>0,064</b>	<b>0,057</b>
Alvaiázere	160,39	340	159	2,205	2,444	0,088	0,086
Ansião	176,17	396	213	3,756	3,982	0,144	0,142
Arganil	332,84	155	106	2,362	1,615	0,046	0,040
Castanheira de Pera	66,78	345	165	1,937	2,122	0,035	0,035
Figueiró dos Vinhos	173,57	322	139	1,780	1,943	0,041	0,040
Góis	263,31	106	59	1,032	0,884	0,025	0,023
Lousã	138,42	303	263	4,348	4,175	0,063	0,059
Miranda do Corvo	126,37	290	244	5,984	4,046	0,086	0,069
Oliveira do Hospital	234,53	257	215	3,859	3,643	0,114	0,108
Pampilhosa da Serra	396,48	95	47	3,472	0,524	0,034	0,013
Pedrogão Grande	128,75	306	122	2,312	1,433	0,048	0,040

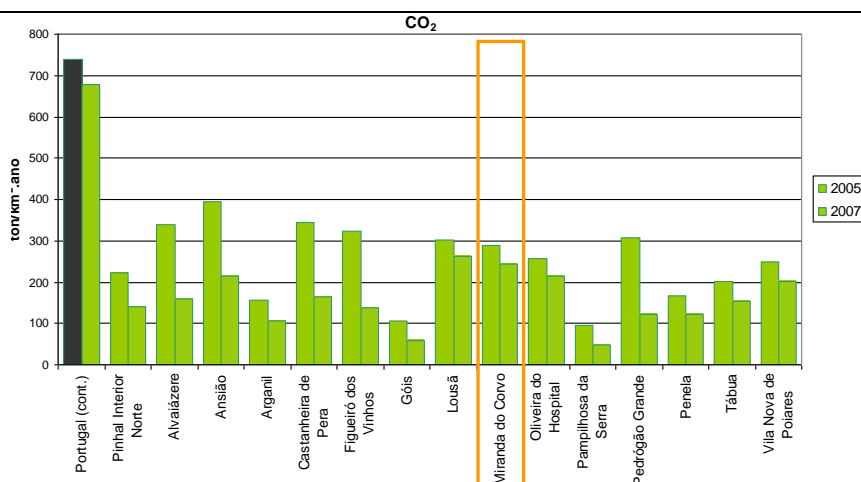
Penela	134,79	166	121	2,809	2,069	0,073	0,064
Tábua	199,79	201	153	2,583	2,500	0,077	0,074
Vila Nova de Poiares	84,46	250	201	4,409	3,144	0,064	0,053

**Legenda:** Monóxido de carbono (CO); Metano (CH<sub>4</sub>); Dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

\* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa

O inventário de emissões de poluentes atmosféricos, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), permite constatar que de 2005 a 2007 os valores dos gases com efeito de estufa apresentam, de forma geral, tendência a diminuir. Com excepção do metano, que registou neste espaço temporal, uma ligeira subida, tanto a nível nacional, regional e concelhio. Os valores das emissões deste gás são em 2007, no Concelho de Miranda do Corvo, mais baixos quando comparados com os valores médios de Portugal Continental mas significativamente mais elevados que os da Região do Pinhal Interior Norte. De acordo com a APA (2005), os principais sectores responsáveis pelas emissões nacionais de metano (CH<sub>4</sub>) e protóxido de azoto (N<sub>2</sub>O) são a deposição de resíduos no solo (47,0% de CH<sub>4</sub>); as águas residuais (25,2% CH<sub>4</sub> e 9,2% N<sub>2</sub>O); e as actividades agrícolas (44,7% N<sub>2</sub>O) e pecuárias (12,4% CH<sub>4</sub> e 20,1% N<sub>2</sub>O).



**Figura 24. Emissões de CO<sub>2</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.**

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quanto ao dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), a tendência, tanto a nível nacional como regional, é a de descida dos valores de emissão. Os sectores de actividade que mais contribuem para as emissões de CO<sub>2</sub>, em Portugal, são a Produção de Energia (32,6%), os Transportes Rodo/Ferrovíarios (27,7%) e Combustão Industrial (24,1%) (APA, 2005). O Concelho de Miranda do Corvo estava em 2005 e 2007 a emitir acima da média sub-regional mas significativamente abaixo da média nacional, embora apresente uma tendência favorável de redução das emissões. **As razões explicativas para este facto poderão encontrar-se nas actualizações tecnológicas adoptadas pelas unidades industriais transformadoras, a diminuição do número destas unidades a laborar no Concelho face a anos anteriores, e/ou em alterações das condições climáticas ocorridas no período em análise.**

### 5.1.2 Partículas e metais pesados

A rede de monitorização da qualidade do ar da Região Centro é constituída por três zonas e duas aglomerações. O Concelho de Miranda do Corvo encontra-se inserido na Zona Centro Litoral, que para efeitos de quantificação dos parâmetros relevantes se considera como sendo uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. A monitorização das emissões de partículas em suspensão (PM10), assim como os óxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), e ozono (O<sub>3</sub>), é assegurada por uma estação do tipo regional de fundo, localizada em Ervedeira - Leiria, e que está muito distanciada de fontes pontuais (e.g. grandes unidades industriais) para ser representativa de uma vasta área. (<http://www.ccdrc.pt/ambiente>).



Figura 25. Zonas de monitorização da qualidade do ar – Região Centro

Fonte: CCDRC

No Concelho de Miranda do Corvo, as emissões de metais pesados para a atmosfera, mais concretamente de chumbo (Pb), não revelam ser elevadas comparativamente às médias nacional e regional. Este elemento (Pb) provém essencialmente do sector dos transportes motorizados (59,0% em 2005) (APA). Saliente-se que a “gasolina sem chumbo” não é totalmente isenta desse metal pesado. De



acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2000, que estabelece especificações das gasolinas e do gasóleo, o teor máximo de chumbo da gasolina comercializada em Portugal é de 0,005 g/l. Contribuem ainda para a emissão deste metal pesado para a atmosfera, as combustões associadas ao tratamento de resíduos e processos industriais. Este é um elemento de elevada toxicidade, muito nefasto para a saúde humana e dos ecossistemas, pelo que devem ser envidados todos os esforços no sentido de baixar as quantidades deste elemento libertadas para a atmosfera.

Os restantes metais pesados monitorizados, o cádmio (Cd) e o mercúrio (Hg) apresentam valores residuais.

**Tabela 6. Emissões totais\* de Partículas (de diâmetro < 10µm) e Metais Pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²)**

	Área (km²)	PM10		Pb		Cd	Hg
Anos:		2005	2007	2005	2007	2005	2007
<b>Portugal (cont.)</b>	<b>92160,31</b>	1,362	<b>1,537</b>	0,002	<b>0,002</b>	0,000	0,000
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>2616,66</b>	0,926	<b>0,977</b>	0,002	<b>0,002</b>	0,000	0,000
Alvaiázere	160,39	1,540	<b>1,653</b>	0,0040	<b>0,0037</b>	0,000	<b>0,000</b>
Ansião	176,17	1,696	<b>1,805</b>	0,0040	<b>0,0040</b>	0,000	0,000
Arganil	332,84	0,633	<b>0,663</b>	0,0010	<b>0,0013</b>	0,000	0,000
Castanheira de Pera	66,78	1,532	<b>1,644</b>	0,0040	<b>0,0037</b>	0,000	0,000
Figueiró dos Vinhos	173,57	1,468	<b>1,582</b>	0,0030	<b>0,0036</b>	0,000	0,000
Góis	263,31	0,505	<b>0,539</b>	0,0010	<b>0,0010</b>	0,000	0,000
Lousã	138,42	1,013	<b>1,028</b>	0,0020	<b>0,0021</b>	0,000	0,000
Miranda do Corvo	126,37	0,978	0,994	0,0020	0,0020	0,000	0,000
Oliveira do Hospital	234,53	0,941	<b>0,963</b>	0,0020	<b>0,0018</b>	0,000	0,000
Pampilhosa da Serra	396,48	0,472	<b>0,508</b>	0,0010	<b>0,0009</b>	0,000	0,000
Pedrógão Grande	128,75	1,431	<b>1,546</b>	0,0030	<b>0,0035</b>	0,000	0,000
Penela	134,79	0,688	<b>0,718</b>	0,0010	<b>0,0013</b>	0,000	0,000
Tábua	199,79	0,771	<b>0,798</b>	0,0020	<b>0,0015</b>	0,000	0,000
Vila Nova de Poiares	84,46	0,865	<b>0,886</b>	0,0020	<b>0,0017</b>	0,000	0,000

**Legenda:** Partículas de diâmetro < 10µm (PM10); Chumbo(Pb); Cádmio(Cd), Mercúrio(Hg).

\* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa

As partículas PM10 podem ser definidas de maneira simplificada como aquelas cujo diâmetro aerodinâmico é menor que 10 µm. São partículas inaláveis, a cuja exposição prolongada o corpo humano pode ficar susceptível, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de patologias do foro respiratório.

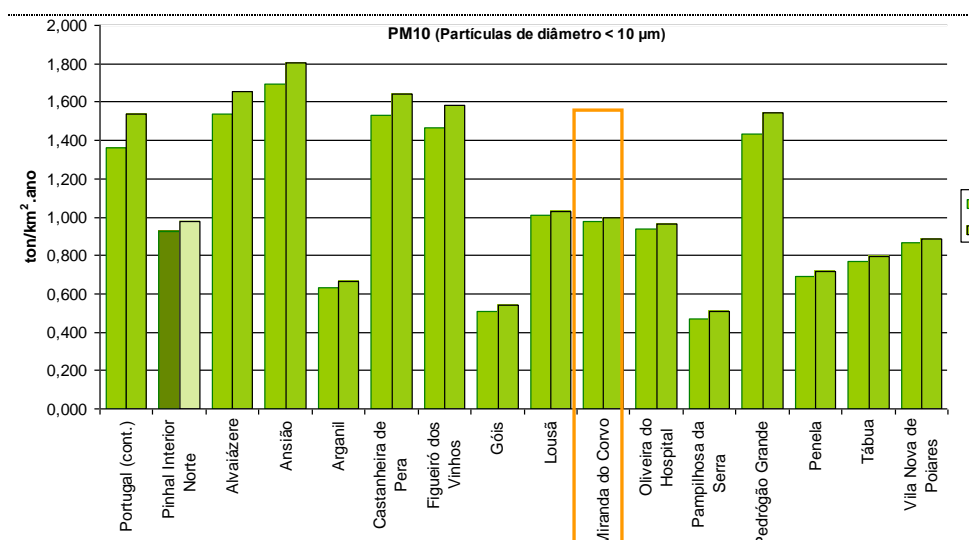


Figura 26. Emissões de partículas PM10 em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Analisando a Figura 26 verifica-se que no Concelho de Miranda do Corvo são detectadas quantidades de partículas superiores relativamente à média sub Regional e que estas sofreram um ligeiro aumento no período 2005-2007. No entanto, não é no conjunto do Pinhal Interior Norte onde este problema é mais premente. Os valores observados terão múltiplas causas como a existência de estradas com circulação razoavelmente intensa (EN 17/EN 17-1, EN 110, EN 342), e a laboração de empresas de movimentação, extracção e transformação de materiais geológicos (saibro, areia, pedras, argilas). A indústria extractiva contribui, de forma local, muito significativamente para a libertação de partículas para atmosfera. O mesmo se verifica para as indústrias de transformação de madeiras, existentes também no Concelho.

Tabela 7. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

PM10 Estação da Ervedeira – ano: 2008				
Média anual* (µg/m³) (VL = 40 µg/m³)	Valor máximo (µg/m³)		Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana	
	Por hora	Por dia	n.º casos > 50µg/m³** (Máx=35 ex.)	Média Anual* (VL=40 µg/m³)
15	251	68	4	15

\* Médias Horárias.

\*\* Médias Diárias.

Fonte: CCDRC – Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

O relatório da qualidade do ar de 2008 da CCDRC destaca o registo de 4 episódios de incumprimento dos valores limite diário e anual, legalmente previstos para as partículas em suspensão (PM10) (Tabela 7).

### 5.1.3 Gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono

**SO<sub>x</sub>** Os óxidos de enxofre (SO<sub>x</sub>), em particular, o dióxido de enxofre(SO<sub>2</sub>), ocorrem naturalmente quando emitidos por acção vulcânica. Nas sociedades industriais, estes são produzidos em grande escala por processos fabris. O enxofre é um composto abundante nos combustíveis fósseis como carvão e petróleo, sendo que a combustão dos mesmos emite quantidades consideráveis de SO<sub>2</sub>. Quando

libertado para a atmosfera, o SO<sub>2</sub> dissolve-se no vapor de água, formando um ácido que interage com outros gases e partículas, originando sulfatos e outros compostos secundários nocivos. São estes compostos de enxofre os maiores responsáveis pela formação das chuvas ácidas.

As emissões de SO<sub>x</sub> provenientes dos sectores da produção de energia, das combustões e processos industriais contribuíram em 92,6% do total de emissões nacionais destes compostos em 2005(APA).

**Tabela 8. Emissões totais\* de Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km<sup>2</sup>)**

Unidade Territorial	Área (km <sup>2</sup> )	SO <sub>x</sub>		NO <sub>x</sub>		NH <sub>3</sub>		NMVOC		CO	
		2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
<b>Portugal (cont.)</b>	<b>92160,31</b>	2,330	<b>2,005</b>	3,089	<b>2,769</b>	0,745	<b>0,612</b>	7,869	<b>7,629</b>	9,459	<b>6,843</b>
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>2616,66</b>	0,429	<b>0,408</b>	1,592	<b>1,213</b>	0,196	<b>0,164</b>	2,594	<b>2,053</b>	9,967	<b>2,020</b>
Alvaiázere	160,39	0,838	<b>0,828</b>	1,990	<b>1,894</b>	0,328	<b>0,285</b>	1,901	<b>3,216</b>	2,428	<b>2,293</b>
Ansião	176,17	0,873	<b>0,844</b>	2,338	<b>2,145</b>	0,702	<b>0,639</b>	4,304	<b>4,168</b>	4,617	<b>3,130</b>
Arganil	332,84	0,275	<b>0,251</b>	1,183	<b>0,838</b>	0,122	<b>0,099</b>	1,996	<b>1,391</b>	9,898	<b>1,527</b>
Castanheira de Pera	66,78	0,837	<b>0,827</b>	2,006	<b>1,911</b>	0,061	<b>0,041</b>	1,847	<b>1,973</b>	2,422	<b>2,350</b>
Figueiró dos Vinhos	173,57	0,832	<b>0,826</b>	1,875	<b>1,797</b>	0,116	<b>0,094</b>	1,704	<b>2,105</b>	2,002	<b>1,889</b>
Góis	263,31	0,244	<b>0,236</b>	0,746	<b>0,627</b>	0,087	<b>0,076</b>	0,995	<b>0,839</b>	2,923	<b>0,818</b>
Lousã	138,42	0,307	<b>0,266</b>	1,967	<b>1,553</b>	0,158	<b>0,114</b>	2,573	<b>2,170</b>	8,818	<b>3,674</b>
Miranda do Corvo	126,37	0,326	<b>0,276</b>	2,330	<b>1,465</b>	0,213	<b>0,162</b>	4,037	<b>2,493</b>	2,486	<b>3,459</b>
Oliveira do Hospital	234,53	0,301	<b>0,261</b>	1,710	<b>1,344</b>	0,385	<b>0,319</b>	3,949	<b>3,506</b>	8,922	<b>3,276</b>
Pampilhosa da Serra	396,48	0,241	<b>0,235</b>	1,414	<b>0,579</b>	0,024	<b>0,017</b>	2,588	<b>0,645</b>	28,355	<b>0,729</b>
Pedrógão Grande	128,75	0,829	<b>0,825</b>	2,055	<b>1,725</b>	0,099	<b>0,077</b>	2,776	<b>2,111</b>	11,089	<b>1,674</b>
Penela	134,79	0,263	<b>0,244</b>	1,295	<b>0,921</b>	0,211	<b>0,167</b>	3,088	<b>2,432</b>	10,765	<b>1,818</b>
Tábua	199,79	0,301	<b>0,263</b>	1,297	<b>1,052</b>	0,238	<b>0,195</b>	2,655	<b>2,398</b>	5,495	<b>2,281</b>
Vila Nova de Poiares	84,46	0,324	<b>0,275</b>	1,888	<b>1,266</b>	0,15	<b>0,111</b>	3,045	<b>2,000</b>	17,251	<b>2,831</b>

**Legenda:** Óxidos de enxofre (SO<sub>x</sub>); Óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>); Amónia (NH<sub>3</sub>); Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM); Monóxido de carbono (CO);

\* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa.

O Concelho de Miranda do Corvo não é no contexto da região do Pinhal Interior Norte um dos maiores contribuintes para as emissões deste poluente. Os dados da APA revelam que estava a emitir em 2007 quantidades significativamente inferiores à média regional, e muito abaixo da média nacional, apresentando ainda uma tendência decrescente.

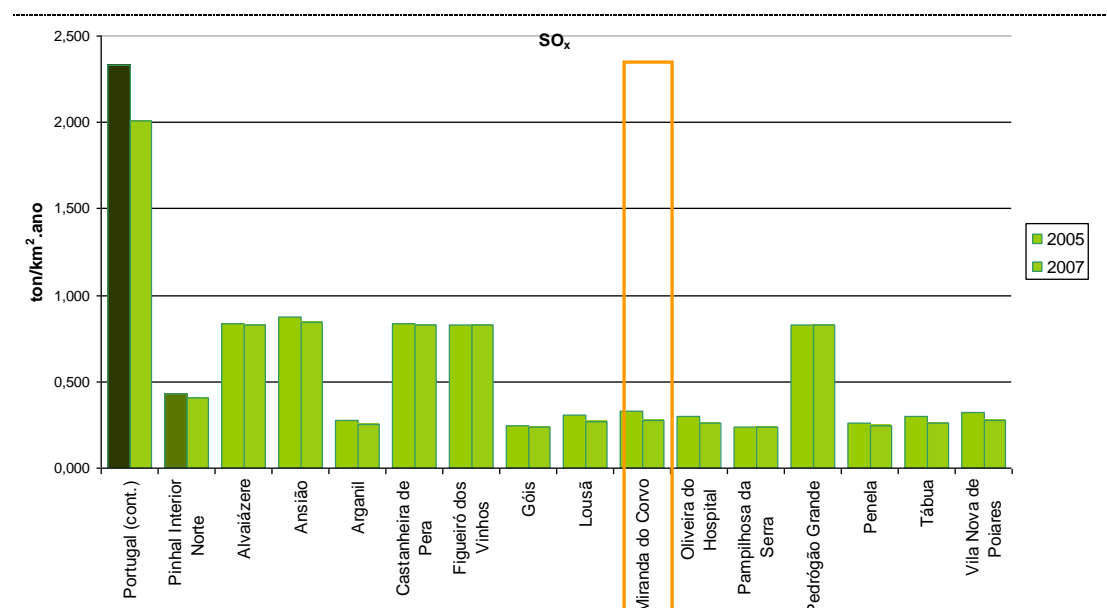


Figura 27. Emissões de SOx em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Os dados registados na zona de monitorização da qualidade do ar a que o Concelho de Miranda do Corvo está afecto (Zona Centro Litoral), não revelaram em 2008, excedências nas emissões de SO<sub>2</sub>, de acordo com os limiares legais estipulados. (Tabela 9)

Tabela 9. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

SO <sub>2</sub> Estação da Ervedeira – ano: 2008					
Média anual* (µg/m³)	Valor Limiar de Alerta VLA = 500 µg/m³* (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana		Valores Limite para a Protecção dos Ecossistemas	Valor Máximo* (µg/m³)
		n.º casos > 350 µg/m³* (Máx=24 ex..)	n.º casos > 125 µg/m³** (Máx=3 ex..)	Média ano civil* (Média=20 µg/m³)	
4	0	0	0	4	18

\* Médias Horárias.

\*\* Médias Diárias.

Fonte: CCDRC – Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2008.

**NOx** - Em Portugal, os óxidos de azoto (NOx), entre os quais o dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>) provêm em larga escala dos sectores dos transportes rodó/ferroviários, da produção de energia e da Indústria por via de processos de combustão. São compostos que reagem na atmosfera para formar ácido nítrico, bem como nitratos orgânicos tóxicos. É também considerado um gás precursor de ozono na medida em que desempenha um papel importante na formação de ozono ao nível do solo. Uma vez que o dióxido de azoto é um poluente relacionados com o tráfego, as emissões são geralmente mais elevadas nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego densamente utilizadas.

Na tabela seguinte é possível observar os valores registados no ano 2008, na estação de Ervedeira-Leiria. Verifica-se que os valores estiveram sempre dentro dos parâmetros legais.

Tabela 10. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>) e óxidos de azoto (NOx) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

NO <sub>2</sub> Estação da Ervedeira – ano: 2008					NO <sub>x</sub>
Média anual* (µg/m³)	Valor Limiar de Alerta* VLA = 400 µg/m³* (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana*		Valor Máximo* (µg/m³)	Valor Limite para a Protecção da Vegetação (NO <sub>x</sub> ) Média Anual * (VL= 30µg/m³)
		n.º casos> VL+MT (220µg/m³) (Máx=18 ex...)	Média anual (VL+MT=44µg/m³)		
12	0	0	12	86	9

\* Médias Horárias.

\*\* Médias Diárias.

Fonte: CCDRC – Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2008.

Analisando os valores das emissões dos óxidos de Azoto para o Pinhal Interior Norte e estabelecendo a comparação com o Concelho de Miranda do Corvo, constata-se que estes últimos são mais elevados do que a média regional. **De 2005 a 2007, verificou-se no entanto uma diminuição, o que aqui também pressupõe uma tendência positiva em matéria de preservação da qualidade do ar.** Estes compostos de azoto quando depositados em excesso nos ecossistemas, conduzem à eutrofização, provocando alterações na composição de comunidades de flora, e a sua consequente redução da biodiversidade.

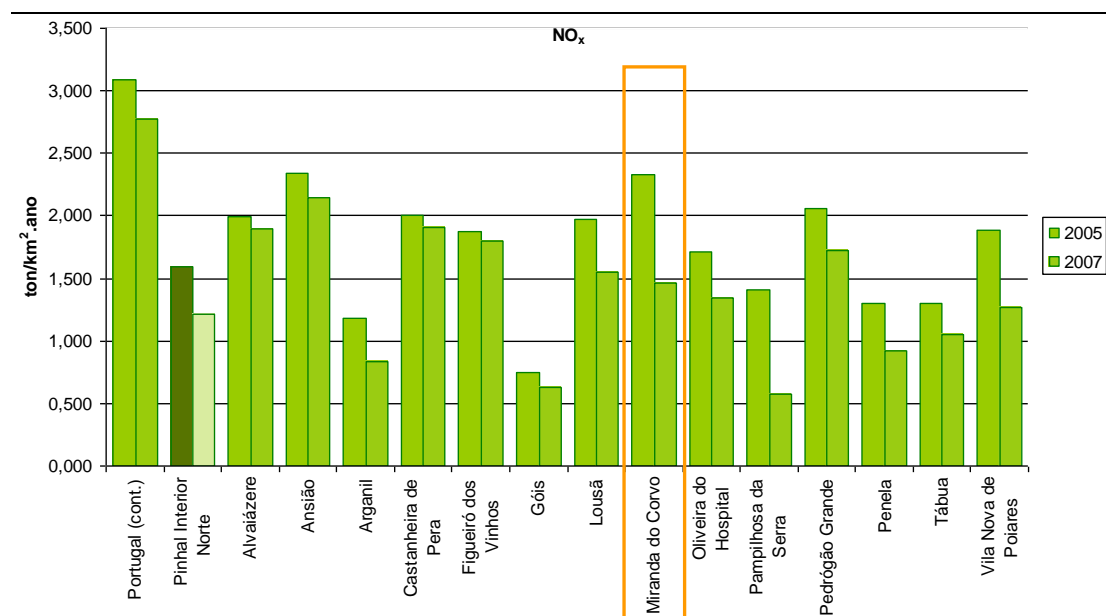


Figura 28. Emissões de NO<sub>x</sub> em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

**NH<sub>3</sub>** As emissões de amónia (NH<sub>3</sub>) resultam em grande parte da produção animal e da agricultura. Elevadas emissões de NH<sub>3</sub> estão também associadas à gestão de resíduos e de águas residuais. Como se pode observar pela Tabela 8, o Concelho de Miranda do Corvo estava em 2005 e 2007 a emitir quantidades de NH<sub>3</sub> próximas da média de emissões da região do Pinhal Interior Norte, embora significativamente abaixo das emissões a nível do país. Este facto poderá ficar a dever-se, entre outros factores, à existência de actividades agro-pecuárias no Concelho, nomeadamente a produção animal.

**NM VOC** O coberto vegetal é em Portugal, uma fonte muito significativa de emissões naturais de Compostos Orgânicos Voláteis não Metânicos (NM VOC) tendo contribuído, juntamente com os fogos florestais, para cerca de 58,7% do total de emissões de NM VOC em 2005.

Considerando apenas as emissões destes compostos com origem nas actividades humanas, verifica-se que são os sectores com uso de solventes, os transportes rodo/ferroviários e os processos industriais, os que mais contribuíram para as emissões totais destes poluentes (67,7% das emissões antropogénicas, segundo a APA), seguindo-se os sectores da agricultura e das indústrias envolvendo combustões que registaram percentagens de contribuição que variam entre 4,3% e 8,2%(APA), 2005.

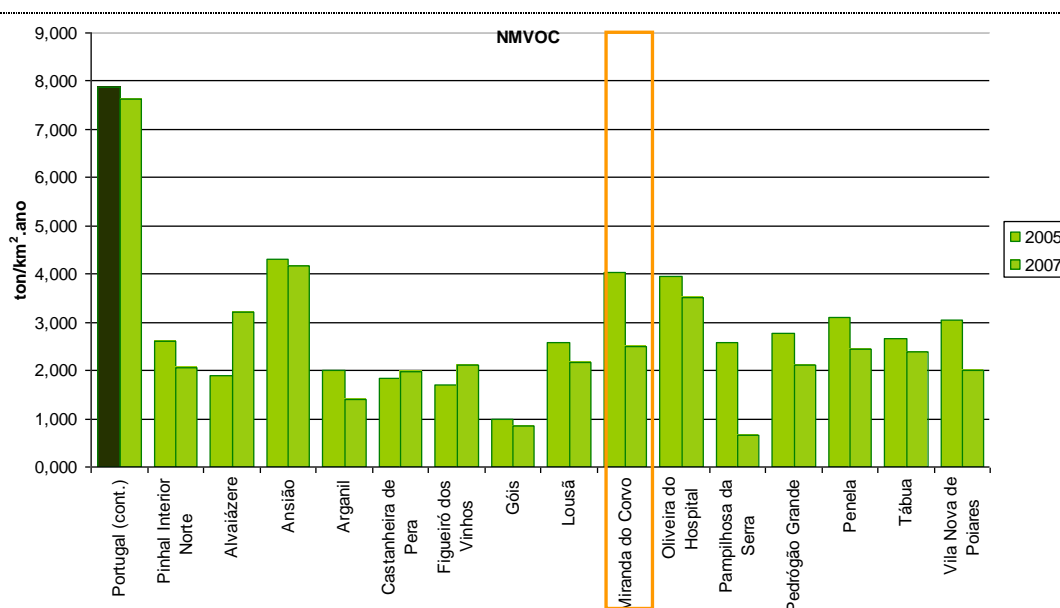


Figura 29. Emissões de NM VOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

O Concelho de Miranda do Corvo registou, de 2005 a 2007, uma evolução positiva deste indicador. As quantidades destes poluentes libertadas para a atmosfera diminuíram significativamente, em consonância com a tendência que se verifica no mesmo período para o país e para a maior parte dos Concelhos da Região.

**CO** O monóxido de carbono (CO) é um composto químico que advém da combustão incompleta de combustíveis fósseis ou de biomassa. Este é um poluente fortemente relacionado com o tráfego automóvel. As emissões mais relevantes deste gás ocorrem nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego com elevadas taxas de utilização. Também, a ocorrência de incêndios florestais provoca a libertação deste composto. É um precursor de ozono, uma vez que lhe dá origem através da interacção entre a radiação solar e o oxigénio.

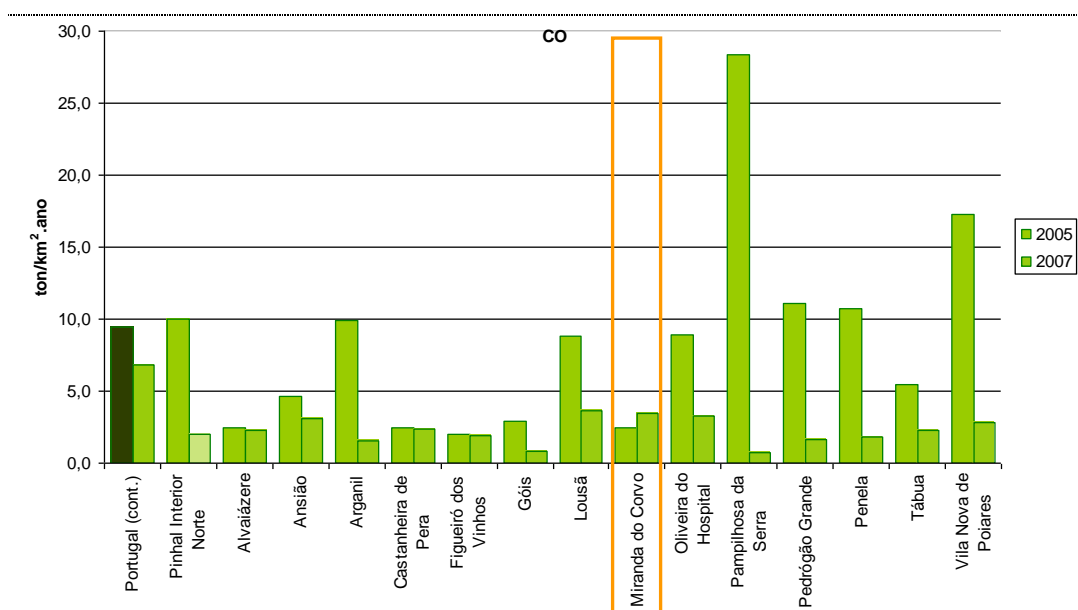


Figura 30. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

O Concelho de Miranda do Corvo foi de em 2007, de entre os catorze municípios que compõe a região do Pinhal Interior Norte, um dos que menores quantidades de CO gerou, embora estas tenham aumentado em relação a 2005. Os valores registados em 2007 são superiores às emissões médias para a região. Em 2005, porém, as quantidades deste composto libertadas para a atmosfera no Pinhal Interior Norte, tinham sido superiores às de Miranda do Corvo, e mesmo às emissões médias nacionais. A justificação para os valores de 2005 estará na relação com a dimensão e extensão dos fogos florestais ocorridos na região nesse ano, que segundo os dados do ministério da Agricultura ultrapassaram os 50 000 ha.

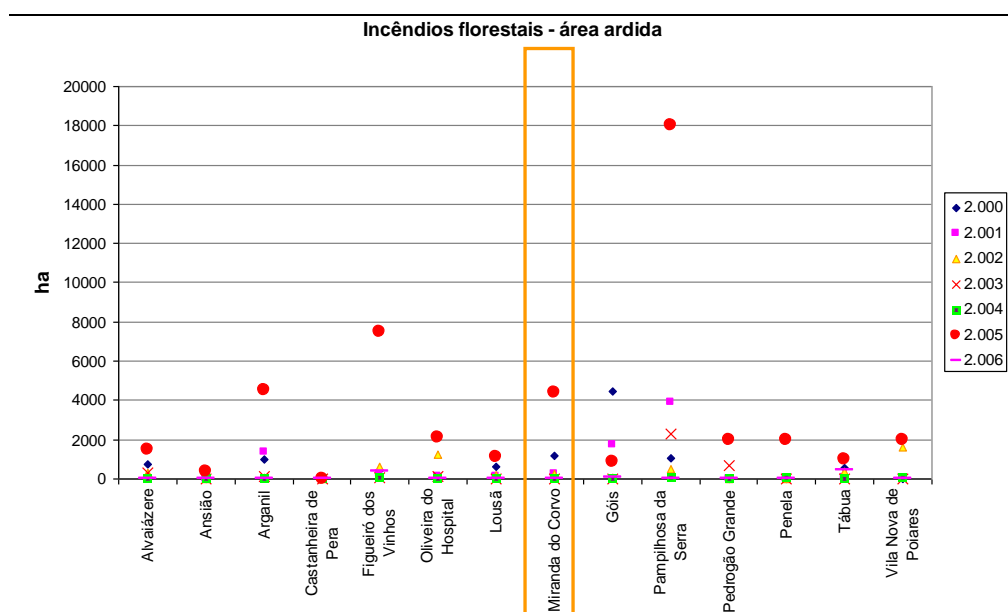


Figura 31. Incêndios florestais – área ardida (ha) 2000-2006

Fonte: Autoridade Florestal Nacional.



No Concelho de Miranda do Corvo foram afectados em 2005 cerca de 4390 ha de florestas e matos, a maior área ardida desde o ano 2000. Pode estabelecer-se uma correlação entre a ocorrência de fogos florestais e a degradação dos indicadores de qualidade do ar com eles relacionados.

#### 5.1.4 Ozono (O<sub>3</sub>)

Como ficou patente, o ozono ao nível do solo não é um poluente primário, mas ocorre como resultado de reacções químicas entre as espécies precursoras na presença de luz solar e de temperaturas elevadas. Este tipo de ozono, ao contrário do ozono estratosférico, tem efeitos nocivos para a saúde humana e dos ecossistemas. Quando em concentrações relativamente elevadas, é susceptível de causar irritações do tracto respiratório, podendo provocar dificuldades respiratórias, e a nível ambiental é responsável por danos na vegetação e consequentes perdas agrícolas.

O Decreto-lei 320/2003, de 20 de Dezembro, estabelece limiares de informação e alerta às populações para o caso das concentrações nele estipuladas serem atingidas ou ultrapassadas. Estes limites têm como objectivo evitar, prevenir ou reduzir os efeitos nocivos deste gás na saúde humana e ou no meio ambiente, ou em casos mais graves, a adopção de medidas imediatas, segundo as condições fixadas no referido diploma. A Tabela 11 mostra que no ano de 2008, não foram registados pela estação de monitorização da Ervedeira – Leiria, quaisquer incidentes relativos a este poluente.

Tabela 11. Valores limiar para o ozono (O<sub>3</sub>) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro.

O <sub>3</sub> (Ozono) Estação da Ervedeira – ano: 2008			
Valor Máximo* (µg/m <sup>3</sup> )	Valores Limiares para a Protecção da Saúde Humana		
	Informação* (nº casos > 180 µg/m <sup>3</sup> )	Alerta* (nº casos > 240 µg/m <sup>3</sup> )	Alerta** (nº casos > 240 µg/m <sup>3</sup> )
174	0	0	0

\* Médias Horárias.

\*\* Três horas consecutivas.

Fonte: CCDRC – Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2008.

#### 5.1.5 Qualidade do ar - síntese

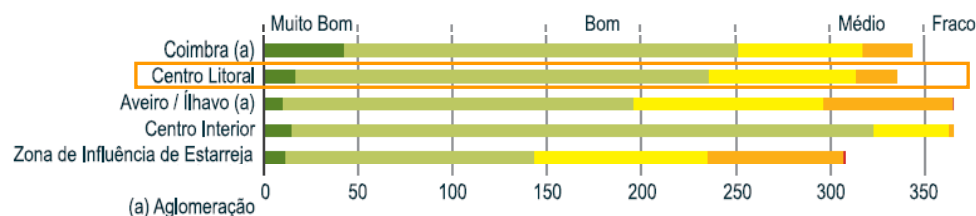


Figura 32. Índice de qualidade do ar para a Região Centro em 2007.

Fonte: CCDRC 2008

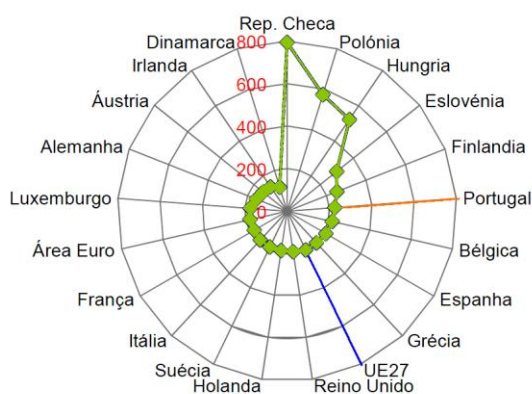
A qualidade do ar no Concelho de Miranda do Corvo pode ser, de uma forma geral, considerada boa. A manutenção da qualidade do ar estará contudo condicionada a alguns desafios identificados, nomeadamente ao nível das emissões de partículas, metano e dióxido de carbono. Verifica-se que tanto no contexto regional como nacional, este Concelho goza de condições privilegiadas para dar resposta a

estes desafios, através do envolvimento dos agentes relevantes e implementação de medidas adequadas.

## 5.2 Energia

Portugal é um país que não dispõe de recursos energéticos de origem fóssil. O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007)<sup>14</sup>, refere que mais de metade do consumo de energia no país tem, no entanto, por base o petróleo. Isto significa custos avultados para satisfazer as necessidades energéticas do país.

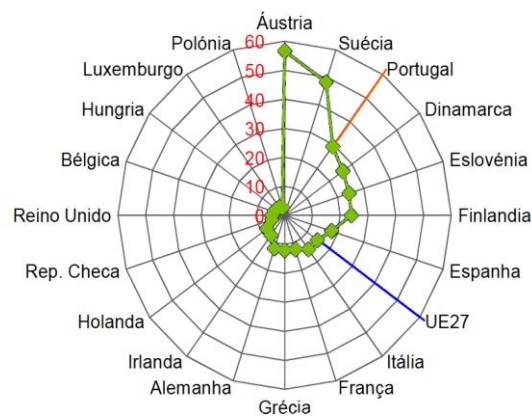
Por esta razão, e como ficou já explanado no ponto “Qualidade do Ar”, as actividades desenvolvidas pelo sector energético têm efeitos ambientais gravosos, particularmente através das emissões de poluentes atmosféricos.



**Figura 33. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.**

(tonelada equivalente de petróleo / 1000 €)

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008)



**Figura 34. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.**

(% do consumo total de electricidade)

Acresce a este facto a fraca eficiência na forma como Portugal utiliza a energia, o que se demonstra com a intensidade energética da economia nacional, quando analisada à luz da realidade europeia. Embora ocupe uma posição bastante mais sustentável quando colocado em contraste com os ‘novos membros’ da União Europeia, Portugal encontra-se ainda acima da média comunitária (UE27) (Figura 33). Este facto deverá conduzir a uma necessária alteração de padrões de produção e de consumo de energia a fim de aumentar a eficiência energética e ambiental da economia portuguesa e assim reduzir a vulnerabilidade em relação a conjunturas internacionais desfavoráveis.

<sup>14</sup> A Lei de Bases do Ambiente estipula a apresentação anual, à Assembleia da República, de um relatório sobre o estado do ambiente (REA) em Portugal referente ao ano anterior.

O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007) refere porém, que nos últimos anos, o esforço na chamada de atenção para a problemática da energia em Portugal, se tem vindo a concretizar nos sentidos da valorização dos recursos endógenos (renováveis) e na maior sensibilização para o uso mais racional da energia. O esforço tem-se traduzido no crescimento da energia obtida por fontes renováveis, e apesar do consumo total a nível do país ter crescido ligeiramente, os indicadores ambientais de qualidade do ar têm vindo a melhorar. A tal não deve ser alheio o facto de estar em vigor a Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que substitui a anterior Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril. Esta visa atingir um aumento da qualidade do serviço, incentivar a concorrência por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, e ainda garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global.

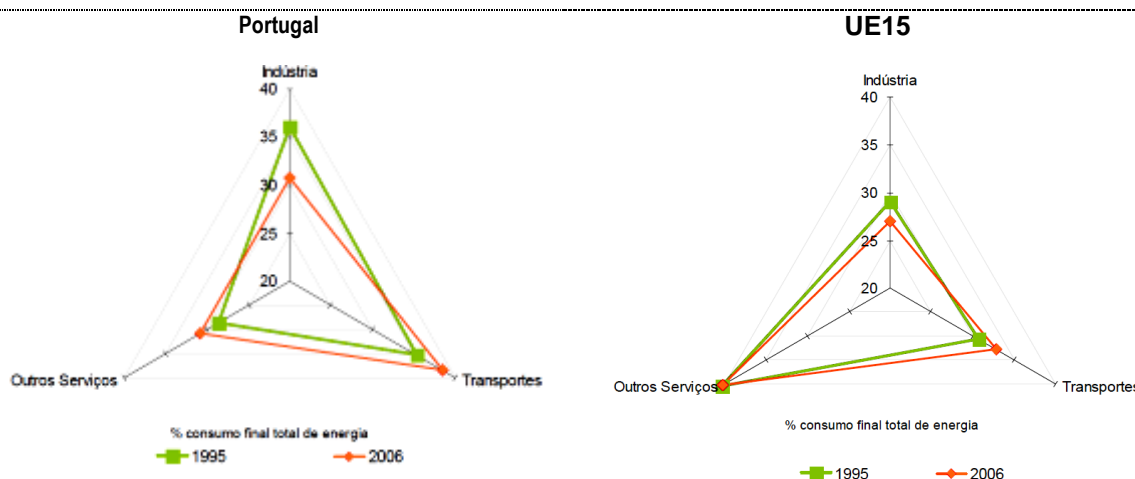
As políticas de obtenção de energia a partir de fontes renováveis seguidas pela União Europeia e por Portugal têm surtido efeito. De acordo com os dados da Comissão Europeia, em 2006, o peso da produção de electricidade a partir de fontes renováveis no consumo de energia eléctrica nos países da UE-15 ascendia a 14.9%, destacando-se a Áustria (53,3%) e a Suécia (46,8%) (Figura 34).

Nesse ano, Portugal ocupava o 3º lugar com 30,6% de electricidade obtida a partir de fontes renováveis em termos de peso no consumo nacional. São indicadores que se afiguram positivos e cuja tendência de evolução se revela também favorável.

### **5.2.1 Consumo energético**

No que diz respeito a padrões de consumo, identificam-se três grandes sectores intervenientes, a indústria, os transportes e os serviços (inclui residencial). Como se pode observar no Figura 35, o sector dos transportes é o que tem maior peso no consumo energético e o que mais cresceu no período de tempo em análise. Este é, em Portugal, um sector chave na procura de energia e consequente geração de emissões poluentes. A racionalização do consumo deverá aqui passar pela adopção de soluções organizativas e tecnológicas mais adequadas.

Entre 1995 e 2006 verifica-se ter havido uma regressão do consumo energético no sector da indústria nacional. Portugal, à semelhança dos restantes Estados Membros, sofreu nas últimas décadas um processo muito significativo de terciarização da sua economia, como comprova o crescimento da procura de energia por parte do sector dos serviços. Também o aumento do parque habitacional contribuiu para este aumento.



**Figura 35. Consumo Final Energia – por sector de actividade.**

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008)

Na União Europeia dos 15 regista-se um comportamento distinto, os serviços constituem o sector preponderante. A indústria representa no conjunto da UE(15) o sector com menor peso na distribuição dos consumos.

Feito um breve retrato da realidade nacional e comunitária em termos da problemática energética, importa então conhecer a situação do Concelho de Miranda do Corvo e do Pinhal Interior Norte.

No Concelho, a análise do consumo de energia eléctrica por consumidor demonstra que em 2006 houve um aumento do consumo *per capita*, 4.300 kWh, face aos 4.100 kWh de 2005. Pese embora este crescimento, o valor assinalado mantém-se inferior ao registado ao nível da NUT III Pinhal Interior Norte – 4.700 kWh *per capita* e da NUT II Centro - 8.100 kWh *per capita*.

A análise dos consumos patentes na Tabela 12 evidencia a indústria transformadora como a principal consumidora de energia eléctrica, seguindo-se o sector doméstico, sendo assim o sector da agricultura o de menor expressão. Saliente-se que este último consome no total do Pinhal Interior Norte muito menos do que a média da Região Centro, mas também que este cresceu ligeiramente no período a que se reportam os dados (2005-2006).

**Tabela 12. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh**

Unidade Territorial	Total		Doméstico		Agricultura		Indústria		Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
<i>Anos:</i>										
<b>Portugal (cont.)</b>	7,7	7,8	2,6	2,5	5,9	5,6	128,8	146,1	1,3	1,3
<b>Região Centro</b>	7,9	8,1	2,3	2,3	4,2	4,1	148,9	173,5	1,2	1,2
<b>Pinhal Interior Norte</b>	4,5	4,7	1,8	1,8	1,1	1,1	68,8	82,6	1,1	1,1
Alvaiázere	2,8	2,9	1,5	1,6	1,0	1,1	22,6	21,6	0,9	1,0
Ansião	5,1	5,3	1,9	1,9	2,0	2,1	71,5	82,5	1,0	1,0
Arganil	3,5	3,5	1,5	1,5	1,0	1,1	44,9	50,2	1,1	1,1
Castanheira de Pera	4,9	5,0	1,6	1,6	0,4	0,7	44,3	59,3	1,1	1,1
Figueiró dos Vinhos	3,2	3,1	1,8	1,8	0,5	0,4	31,0	26,5	1,1	1,1
Góis	2,2	2,2	1,2	1,2	2,0	2,2	11,0	12,0	1,1	1,2
Lousã	5,3	5,7	2,4	2,4	0,9	1,2	78,0	102,2	1,2	1,2
Miranda do Corvo	4,1	4,3	2,5	2,4	0,6	0,7	37,8	47,3	1,1	1,1
Oliveira do Hospital	8,3	8,9	2,0	2,0	1,4	1,5	202,3	256,8	1,0	1,1
Pampilhosa da Serra	1,9	2,0	1,0	1,0	1,0	0,8	9,1	16,8	1,1	1,1
Pedrógão Grande	3,1	3,5	1,6	1,6	0,3	0,3	45,9	61,9	1,1	1,2
Penela	3,9	3,9	1,8	1,7	1,2	1,2	38,6	40,0	0,9	0,9
Tábua	3,7	3,6	1,7	1,8	1,3	1,3	55,5	56,9	1,0	1,0
Vila Nova de Poiares	4,7	4,8	2,3	2,2	1,1	1,2	39,9	48,5	1,2	1,2

Fonte: I NE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Os gráficos seguintes colocam em evidência as diferenças entre o Miranda do Corvo e os restantes Concelhos do Pinhal Interior Norte. **Em comparação com os restantes municípios da região, o Concelho de Miranda do Corvo é o menos eficiente quanto ao consumo de energia eléctrica por consumidor, no sector doméstico e dos serviços.**

São consumidas neste Concelho quantidades de electricidade menores que a média nacional e regional nos sectores agrícola e industrial. O sector da agricultura consome em média menos energia eléctrica que o Pinhal Interior Norte, 700 kWh face a 1100 kWh.

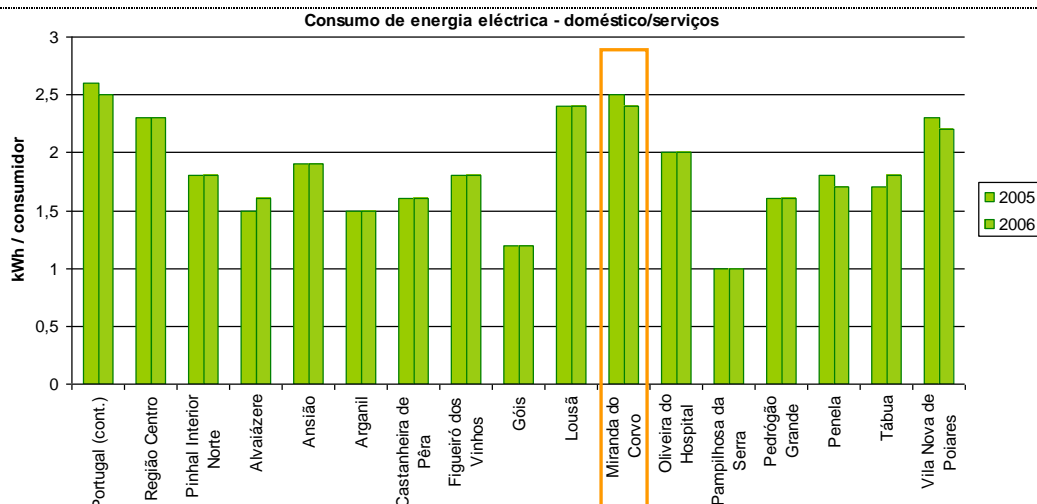


Figura 36. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh

Fonte: INE - Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

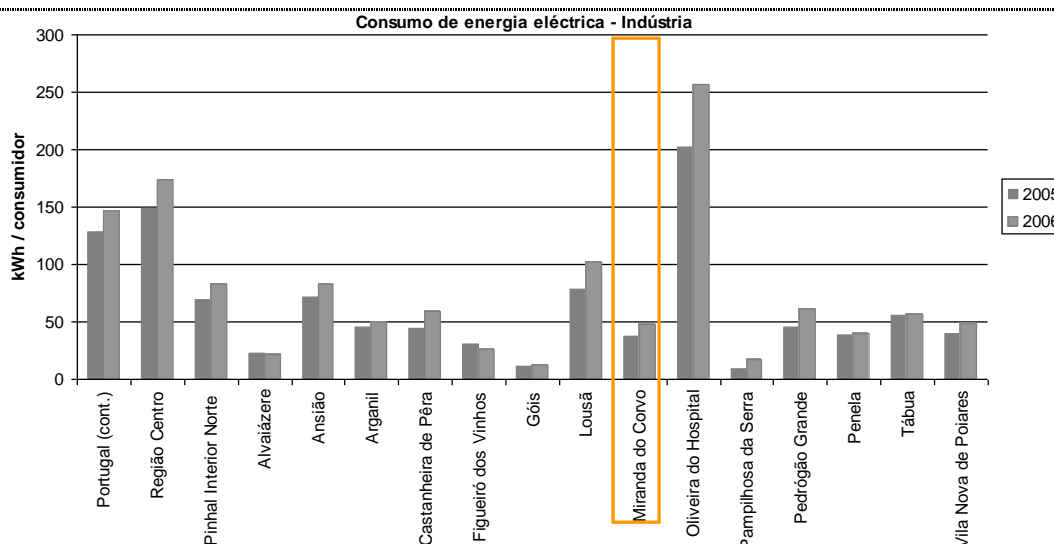


Figura 37. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor industrial) - milhares de kWh

Fonte: INE - Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Em linha com as tendências em matéria de consumo de energia eléctrica nos três sectores consumidores, **o Industrial verificou um ligeiro aumento**, embora não tenha ocorrido nesse período um aumento do número de unidades empresariais/industriais. Os valores por consumidor para este sector são contudo significativamente mais reduzidos que os do Pinhal Interior Norte e a Região Centro.

**O sector doméstico consumiu quantidades ligeiramente menores de energia eléctrica em 2006 face a 2005**, num período em que as dinâmicas populacionais revelam uma tendência crescente, constituindo um ponto relativamente positivo no que concerne a promoção da eficiência e sustentabilidade energética.

**Tabela 13. Energia: Edifícios do Estado de utilidade pública e iluminação da via Pública**

Unidade Territorial	Edifícios do Estado/ de utilidade pública (kWh*1000)		Capitação* (kwh)	Vias públicas(kWh*1000)		Capitação** (kWh)
Anos:	2005	2006	2006	2005	2006	2006
<b>Região Centro</b>	531122	<b>549165</b>		373878	<b>404980</b>	
<b>Pinhal Interior Norte</b>	22630	<b>22705</b>		23909	<b>27039</b>	
Alvaiázere	859	<b>947</b>	121	1501	<b>1592</b>	203
Ansião	1719	<b>1667</b>	123	2310	<b>2361</b>	174
Arganil	2552	<b>2534</b>	198	2112	<b>2551</b>	199
Castanheira de Pera	569	<b>461</b>	142	824	<b>1077</b>	331
Figueiró dos Vinhos	1470	<b>1362</b>	197	1758	<b>1901</b>	275
Góis	912	<b>934</b>	210	1407	<b>1547</b>	348
Lousã	3180	<b>3140</b>	167	2024	<b>2093</b>	111
Miranda do Corvo	2317	<b>2388</b>	174	1608	<b>1942</b>	142
Oliveira do Hospital	2789	<b>2978</b>	137	3108	<b>3865</b>	178
Pampilhosa da Serra	1086	<b>1049</b>	238	1557	<b>1724</b>	390
Pedrógão Grande	1006	<b>1048</b>	255	1139	<b>1429</b>	348
Penela	1284	<b>1326</b>	211	971	<b>1176</b>	187
Tábua	1884	<b>1868</b>	151	2182	<b>2353</b>	191
Vila Nova de Poiares	1003	<b>1003</b>	134	1408	<b>1428</b>	191

\* nº de kWh consumidos em Edifícios do Estado / de utilidade pública por habitante do Concelho

\*\* nº de kWh consumidos na iluminação das vias públicas por habitante do Concelho

Fonte: INE -Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

O Estado e outros organismos oficiais terão de ser o motor das mudanças comportamentais dos cidadãos, induzindo assim a alterações positivas do foro socioeconómico, apostando em políticas e projectos que visem a promoção da eficiência energética. Observe-se os consumos efectuados por estes na Tabela 13:

Comparativamente aos Municípios do Pinhal Interior Norte, Miranda do Corvo apresenta de uma forma geral, valores relativamente baixos no consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública e para a iluminação de vias públicas. Em 2006, o valor para os edifícios do Estado e/ou de utilidade pública do Concelho contribuía com 11% dos valores agregados registados na NUTS III - Pinhal Interior Norte. A iluminação da via pública contribuiu com 7%.

Este é, contudo, um município que não é dos mais ineficientes, uma vez que no quadro global da região do Pinhal Interior Norte, e no que concerne o consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública, apresenta o valores intermédios (Tabela 13) . Este consumo foi em 2006, de 174 kWh por habitante. Para iluminação da via pública, estava a consumir 142 kWh por habitante, revelando neste indicador, em comparação com os restantes municípios da sub-Região, o segundo menor valor.



O município de Miranda do Corvo através da Agencia Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC) <sup>15</sup> procedeu a uma análise aos consumos em 75 instalações sob a sua alçada. O plano de redução de consumos apresentado pela AREAC inclui a adequação do tarifário aplicado a cada uma das instalações, a eliminação do consumo de energia reactiva através da instalação de baterias, a redução de potências contratadas e anulação de contratos em instalações desactivadas. Os resultados das análises e sugestões apresentadas apontam para uma economia dos consumos médios anuais muito significativa.

Relativamente ao consumo de combustível automóvel por habitante, acompanhando a tendência nacional e regional, os valores médios municipais demonstram ter sofrido uma redução do consumo de 0,4 toneladas equivalentes de petróleo (tep) para 0,3 tep, entre 2005 e 2006.

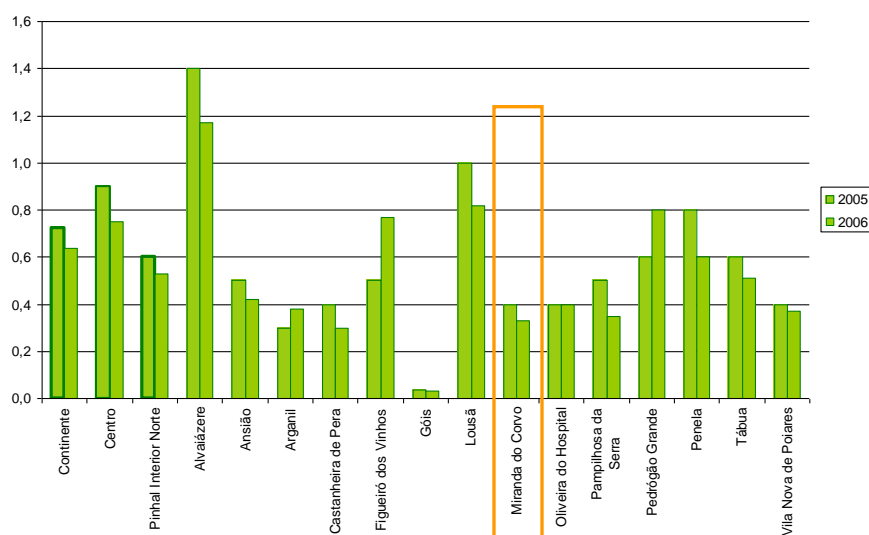


Figura 38. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007

Tabela 14. Consumo de combustível automóvel por habitante - tep

Unidade Territorial	Consumo de combustível automóvel por habitante - tep	
Anos:	2005	2006
Portugal (cont.)	0,7	0,6
Região Centro	0,9	0,8
Pinhal Interior Norte	0,6	0,5
Alvaiázere	1,4	1,2
Ansião	0,5	0,4
Arganil	0,3	0,4
Castanheira de Pera	0,4	0,3
Figueiró dos Vinhos	0,5	0,8
Góis	0,04	0,03
Lousã	1,0	0,8
Miranda do Corvo	0,4	0,3
Oliveira do Hospital	0,4	0,4
Pampilhosa da Serra	0,5	0,4
Pedrógão Grande	0,6	0,8
Penela	0,8	0,6
Tábua	0,6	0,5
Vila Nova de Poiares	0,4	0,4

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

<sup>15</sup> AREAC- Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro tem como associados os municípios de Pedrógão Grande, Cantanhede, Castanheira de Pera, Coimbra, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Vila Nova de Poiares.

Esta tendência revela ser uma questão relevante uma vez que as dinâmicas populacionais apontam para uma evolução positiva, e existem ainda cerca de 30 empresas/sociedades a operar na área dos transportes neste Concelho. Não existindo ou sendo muito escassas as alternativas, o uso do transporte automóvel individual constitui o principal meio de deslocação dos habitantes do Concelho. A redução dos consumos verificada poder-se-á ficar a dever a uma crescente sensibilidade para as questões da sustentabilidade ambiental (partilha de veículos e/ou uso de transportes colectivos). A esta tendência também não será alheio o facto de se ter verificado uma subida nos preços dos combustíveis. Os consumos de combustível neste Concelho encontram-se abaixo da média do Pinhal Interior Norte, sendo esta última, inferior às médias regionais e nacionais

Numa nota também positiva, a Câmara de Miranda do Corvo é aderente à **Semana Europeia da Mobilidade**. Esta é uma iniciativa de vários parceiros europeus (*incl.* a Comissão Europeia) e nacionais que visa alertar para a necessidade reduzir o impacto das alterações climáticas e melhora as condições de vida nas nossas localidades e cidades pela adopção de meios de transporte mais sustentáveis..

Destaque-se neste ponto a existência da linha ferroviária da Lousã com estação em Miranda do Corvo, a ser requalificada no âmbito do Sistema de Mobilidade do Mondego como factor positivo. Esta afigura-se como um serviço de transporte público promotor da mobilidade eficiente e da atractividade do Concelho, constituindo uma alternativa ao transporte individual. Apresenta-se como uma potencialidade para melhorar a eficiência energética do Concelho no que concerne o consumo de combustíveis.

### 5.2.2 Geração de energia no Concelho de Miranda do Corvo

O Concelho de Miranda do Corvo é um contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, contando com parque eólico na freguesia de Vila Nova. Pertencente à ENERNOVA – Novas Energias SA., iniciou a sua produção em 2004, contando actualmente com 13 aerogeradores que perfazem 26 MW de potência instalada, estimando-se que produza anualmente energia equivalente ao consumo de um aglomerado populacional de 40.00 habitantes.

A estratégia para a energia prevê a revisão das metas definidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2003, de 19 de Outubro, para as várias fontes de energia renovável. Quanto à Energia Eólica, está previsto aumentar em 1.950 MW a meta de capacidade instalada em 2012 (novo total de 5.100 MW com acréscimo em 600 MW por renovação de equipamentos) e promover a criação de clusters tecnológicos e de investimento associados à energia eólica. Como tal encontra-se em fase de implementação o Parque Eólico de Vila Nova II que irá contar com mais 12 aerogeradores com uma potência unitária de 12 MW.

Segundo a Associação Portuguesa de Produtores de Energias Renováveis (APREN), o aproveitamento dos recursos renováveis disponíveis em Portugal permitiria evitar a importação e utilização de 1,3 milhões

de toneladas de combustíveis fósseis em cada ano, bem como uma redução anual das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de quase 3,0 milhões de toneladas.

A referida estratégia nacional prevê ainda a promoção da criação de clusters tecnológicos e de investimento associados às energias renováveis, como é também desígnio deste município<sup>16</sup>. Assim encontram-se instalados neste Concelho o Centro de Biomassa para a Energia (CBE) e a Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC), dois organismos cuja actividade é de suma relevância na promoção da geração de energia “verde” e da eficiência energética.

Miranda do Corvo faz assim a sua contribuição para a diversificação das fontes energéticas de Portugal e ajudará ao cumprimento dos compromissos e metas ambientais assumidos internacionalmente pelo país.

### 5.2.3 Energia – síntese

O Concelho de Miranda do Corvo apresenta indicadores relativamente favoráveis no que ao consumo público de electricidade diz respeito (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública). O mesmo não se verifica para os consumos privados no sector doméstico, em que os consumidores de Miranda do Corvo utilizam das maiores quantidades do conjunto do Pinhal Interior Norte. O consumo no sector industrial é significativamente inferior à média do Pinhal Interior Norte, e esta por sua vez é muito menor que o mesmo consumo na Região Centro.

Quanto aos consumos decorrentes da laboração agrícola, estes estão entre os mais baixos no conjunto dos municípios do Pinhal Interior Norte, denunciadores de um reduzido dinamismo deste sector de actividade.

No que concerne o consumo de combustível automóvel, este estava em 2006 entre os mais reduzidos do Pinhal Interior Norte, sendo significativamente menor do que o consumo médio desta forma de energia também ao nível da média da Região Centro. Ainda de 2005 para 2006, registou uma ligeira diminuição.

O facto de estar a produzir energia eléctrica a partir de uma fonte renovável, contribui para um balanço que se afigura de uma forma geral positivo e que contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no Concelho, na Região e no País.

---

<sup>16</sup> PD ICE - Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Miranda do Corvo, SPI - 2006

### 5.3 Ruído

A poluição sonora é nas sociedades contemporâneas um indicador muito importante de qualidade de vida. O ruído é susceptível de causar alterações na saúde física e mental do ser humano. Reconhecendo este facto, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia emitem a Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho relativa à Avaliação e Gestão do Ruído Ambiente. Esta advoga o princípio de que no planeamento, ordenamento do território e urbanismo, devem ter primazia as soluções que melhor assegurem a tranquilidade e o repouso das populações nos locais destinados à habitação, trabalho e lazer, considerando os mapas de ruído a ferramenta de diagnóstico privilegiada para determinação do grau de sensibilidade das populações ao ruído.

Em termos da legislação vigente no território nacional, o Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro que aprova o Regulamento Geral do Ruído é peremptório ao afirmar inequivocamente no seu preâmbulo que *“a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações constitui tarefa fundamental do Estado, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Ambiente.”*

A legislação aplicável, na figura do Regulamento Geral do Ruído, em articulação com outros normativos como o regime jurídico da urbanização e da edificação e o de autorização e licenciamento de actividades, estabelece que as câmaras municipais devem recorrer a informação acústica adequada aquando da elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), devendo para esse efeito, proceder à elaboração de mapas de ruído.

Estes mapas constituem não somente uma ferramenta de diagnóstico, como também um importante instrumento de intervenção na gestão e controlo da poluição sonora. Através da informação neles disponibilizada é possível identificar as situações prioritárias a serem alvo de planos e estratégias de mitigação. Segundo o estipulado no artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, as zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído que exceda os valores limites devem ser objecto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é da competência dos municípios. Os objectivos são os da preservação de zonas com níveis sonoros regulamentares, a selecção de áreas prioritárias para redução de níveis de ruído não regulamentares e a criação de zonas sensíveis ou mistas, com níveis sonoros compatíveis com os seus usos. Estes planos têm carácter regulamentar e programático e vinculam os particulares e as entidades públicas, sendo aprovados pela assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal.

Saliente-se o facto de estes planos não serem obrigatórios para todas as áreas do Concelho onde se excedam os limites. A prevalência de níveis sonoros elevados tem por si só pouca relevância se os

mesmos não se traduzirem em efectivos incómodos. Os Planos de Redução de Ruído devem-se aplicar a áreas objecto de zonas mistas<sup>17</sup> ou sensíveis<sup>18</sup> onde os limites legais não estejam a ser verificados.

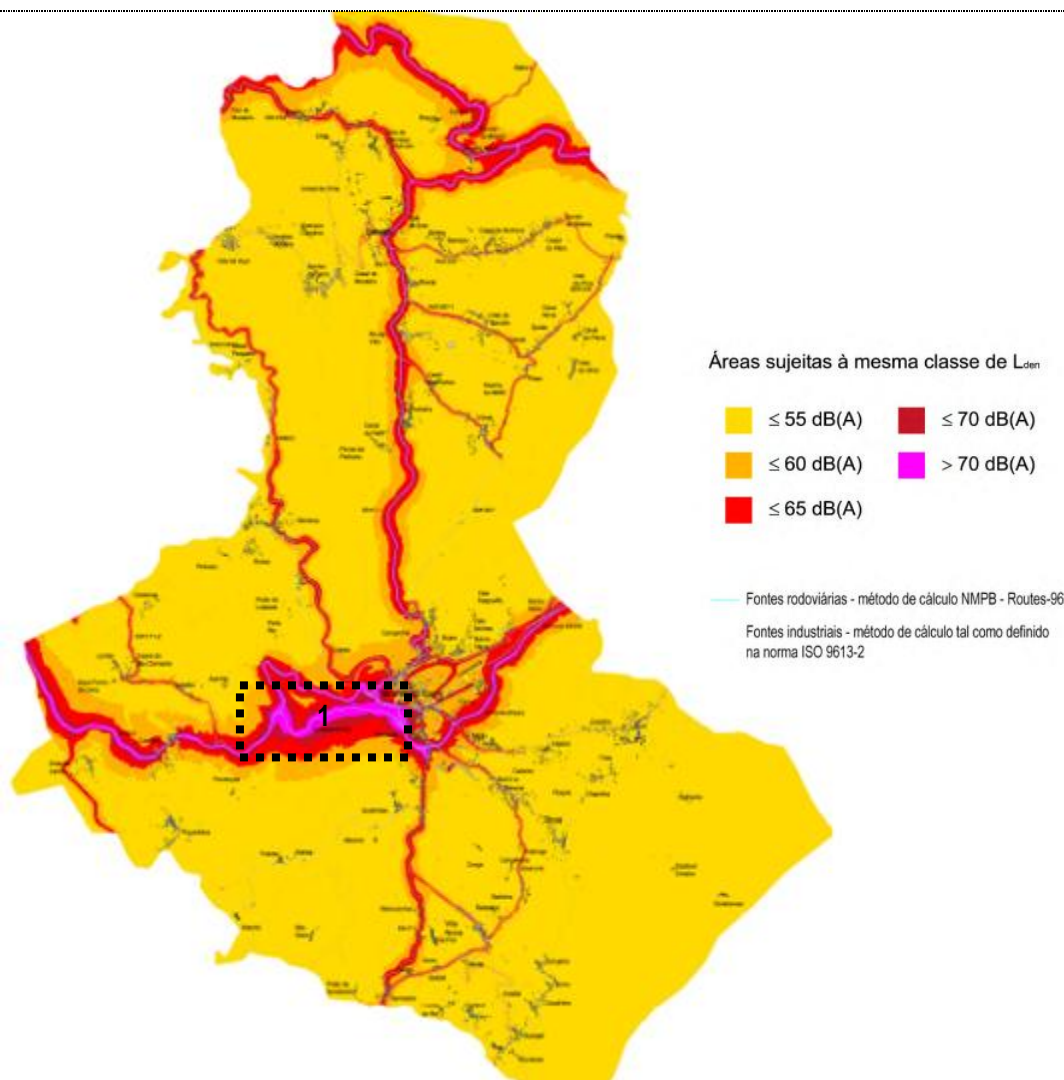


Figura 39. Carta de Ruído do Concelho de Miranda do Corvo – Indicador  $L_{den}$  (diurno-entardecer-nocturno).

Fonte: Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Com base nos mapas de ruído do Concelho de Miranda do Corvo é possível destacarem-se os aspectos mais significativos quanto a este indicador ambiental. Nas figuras 18 e 19 apresentam-se os mapas de ruído para o ano 2008.

Estes revelam que o tráfego automóvel é o maior contribuinte para a poluição sonora. A EN 17-1, a EN 342, a EN 231e a EN 110/IC 3, sendo as vias estruturantes que servem e atravessam o Concelho de Miranda do Corvo destacam-se do ponto vista qualitativo e quantitativo, como as fontes de ruído mais significativas. Ao longo destas infra-estruturas registam-se valores próximos dos 65 dB<sub>A</sub>, limite

<sup>17</sup> Zonas mistas: áreas definidas para outras utilizações para além das referidas na definição de zonas sensíveis;

<sup>18</sup> Zonas sensíveis: áreas definidas para usos habitacionais, escolas, hospitais, espaços de recreio e lazer, entre outros. Podem conter unidades de comércio ou serviços de utilização local e sem funcionamento nocturno.

estabelecido em regulamento para o indicador diurno-entardecer-nocturno ( $L_{den}$ ) para zonas mistas, sendo que o limite é de 55 dBA se se tratar de zonas sensíveis. O ruído envolvente à EN 342 deve-se por um lado ao aumento de tráfego que a via acolhe e por outro, à maior velocidade de circulação que a via proporciona naquele troço específico[1].

No que concerne as indústrias a operar no Concelho, estas apresentam impactos pouco significativos ao nível das emissões de ruídos incomodativos devido ao facto de se localizarem próximo das vias de maior volume de tráfego, ou então por se tratarem de indústrias cuja laboração se encontra confinada a pavilhões industriais fechados. No entanto, durante o Período diurno existe alguma influência na envolvente de algumas unidades industriais da Zona industrial de Miranda do Corvo.

De acordo com as estimativas do mapa de ruído, **apenas 15% da população encontra-se exposta a níveis de ruído superiores a 65 dBA, (zonas mistas) e cerca de 25 % da população encontra-se exposta a níveis de ruído acima do limite regulamentar de 55 dBA (zonas sensíveis).**

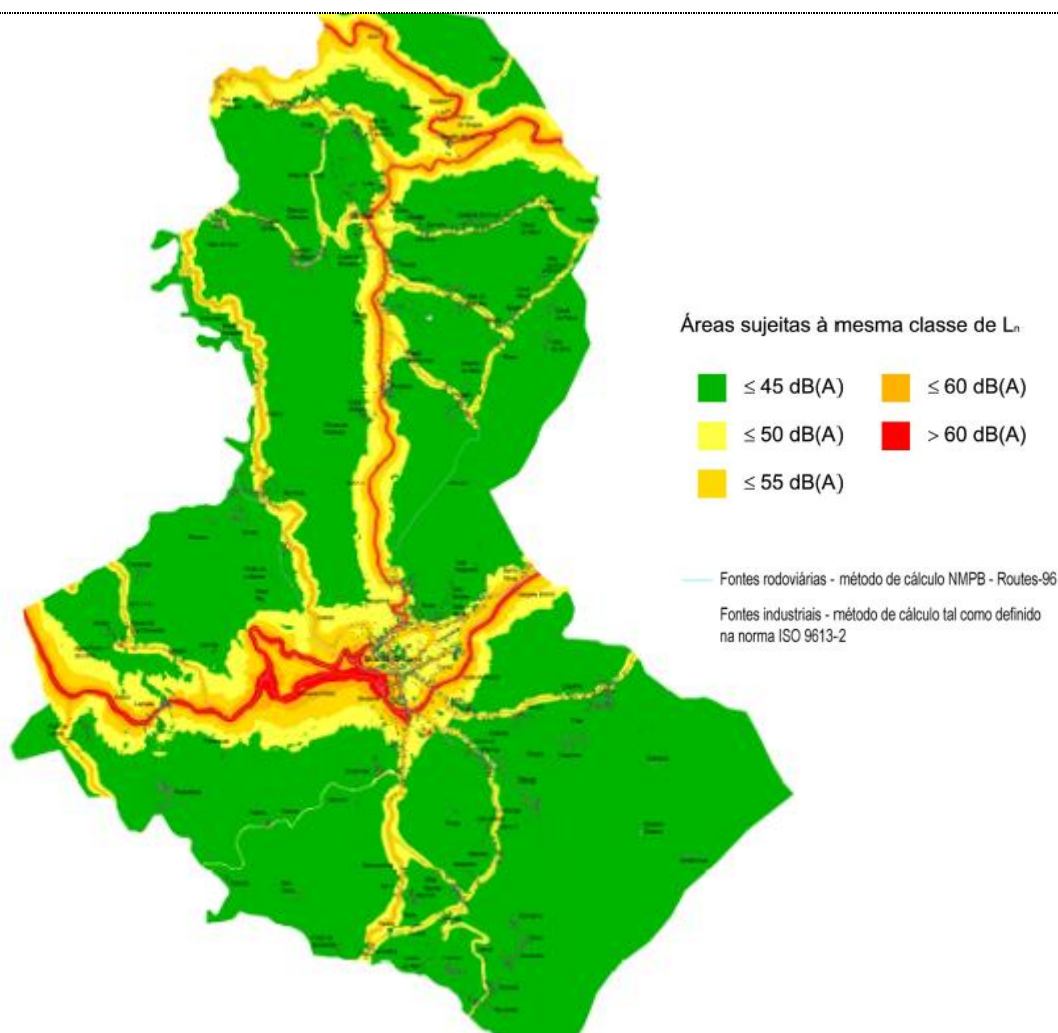


Figura 40. Carta de Ruído do Concelho de Miranda do Corvo– Indicador  $L_n$  (nocturno).

Fonte: Câmara Municipal de Miranda do Corvo.



No período noturno, os limites regulamentares para as emissões sonoras são de 45 dBA em zonas sensíveis e de 55 dBA em zonas mistas. De uma forma geral, os mapas de ruído demonstram que são pouco expressivos os problemas de poluição acústica durante a noite. As estimativas fornecidas pela Agência Portuguesa do Ambiente apontam para que **cerca de 45% da população se encontre exposta a níveis de ruído superiores a 55 dBA, (zonas mistas). Nas zonas sensíveis, para o período noturno, 65% da população encontrar-se-á exposta a níveis de ruído superiores a 45 dBA.**

Tabela 15. Percentagem de população exposta a classes de ruído, por Concelho e período de referência.

Unidade Territorial	População residente	% de população exposta ( dBA)									Período de referência	
		<=35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	65-70	70-75		>75
Miranda do Corvo	13.686	16			16	19	20	14	9	5	1	Diurno
		0	17	18	20	20	13	8	4		Nocturno	

Fonte: APA - Exposição da População a Ruído Ambiente.

### 5.3.1 Ruído - síntese

Segundo esta análise, existem algumas condicionantes ao nível do período mais crítico, o período noturno. Estes requererão uma resposta em consonância com as dinâmicas de desenvolvimento de que o Concelho venha a ser alvo. Os mapas de ruído gerados permitem prever as características do ruído ambiente baseadas em qualquer intervenção que venha a ser efectuada no território constituindo-se como o melhor instrumento de apoio à tomada de decisões do ponto de vista da gestão e valorização ambiental, nomeadamente da qualidade do ambiente sonoro.



## 5.4 Água

Uma adequada gestão da água pressupõe uma afectação racional dos recursos hídricos disponíveis. A maior preocupação deverá ser sempre a da optimização dos seus usos. Os objectivos são os de simultaneamente, maximizar o bem das populações, satisfazendo as suas necessidades actuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras e promover a protecção dos ecossistemas. A prossecução destes objectivos contribuirá para uma contínua melhoria da qualidade de vida. Uma correcta gestão da água em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico permitirá, em ultima análise, contribuir para a redução das assimetrias territoriais, favorecendo a manutenção e fixação das populações no interior do país, como é o desígnio do Concelho de Miranda do Corvo.

A gestão das questões associadas ao domínio água tem sido conduzida pelo Plano Nacional da Água (PNA), o Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de Abril, que visa consubstanciar uma abordagem integrada para o estabelecimento estruturado de uma estratégia racional de utilização de todos os recursos hídricos nacionais, em articulação com o ordenamento do território e a protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.

Reconhecendo que *“a água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património, e que deve ser protegido, defendido e tratado como tal”*, o Parlamento e Conselho Europeus emitem a Directiva n.º 2000/60/CE, de 23 de Outubro, designada Directiva-Quadro da Água. A Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro começou por estabelecer no país a titularidade dos recursos hídricos e a Directiva é transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, a Lei da Água. Esta lei estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas em Portugal.

### 5.4.1 Água para consumo humano

A sociedade exige Água para Consumo Humano de eminente qualidade dada a importância que esta representa tanto para a saúde pública como para a problemática da sua utilização racional e sustentada. O Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto regula a qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei nº 243/ 2001 de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva Europeia 98/ 83/ CE de 3 de Novembro.

A Águas do Mondego (AdM), S.A. é , por um período de 35 anos, a detentora da concessão de gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada onde se inclui o Concelho de Miranda do Corvo.

A Águas do Mondego tem em curso no Concelho de Miranda do Corvo, investimentos que visam o estabelecimento do abastecimento de água a partir das captações da Estação de Tratamento de Água(ETA) da Boavista.

À Câmara Municipal de Miranda do Corvo cabem as tarefas de manutenção e reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos através da verificação do funcionamento, limpeza e desinfecção das infra-estruturas por forma a que o abastecimento em baixa possa fornecer água em quantidade e qualidade adequadas.

Como tal a Câmara Municipal é responsável por proceder à realização de colheitas de água da rede, de acordo com o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do ano respectivo. Este plano é de cumprimento obrigatório segundo o Decreto-lei nº 306/2007 de 27 de Agosto o qual é submetido à aprovação prévia da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e dos Resíduos (ERSAR IP [antigo IRAR]). O PCQA é um instrumento que permite avaliar em continuidade a qualidade da água que chega aos consumidores pelo sistema público de abastecimento, de modo a garantir o cumprimento dos valores paramétricos nele estipulados.

No ano transacto de 2008, foi cumprido o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). Os controlos da qualidade da água previstos no plano em cada ano têm revelado a existência de alguns incumprimentos dos valores paramétricos regulamentares. A seguir se expõe a síntese dos resultados para período 2005 - 2008.

**Tabela 16. Evolução da qualidade da água para abastecimento público**

Miranda do Corvo			
Ano	Entidade gestora	% análises efectuadas em relação ao regulamentar	% análises em cumprimento dos Valores Paramétricos
2008	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	100,00	98,49
2007	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	100,00	97,40
2006	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	99,63	97,00
2005	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	100,00	97,35

Fonte: ERSAR

Verifica-se uma notória melhoria da qualidade da água no período em análise. Destacam-se como factores muito positivos o cumprimento integral dos Planos de Controlo da Qualidade da Água em 2007 e 2008 e a contínua diminuição do número de valores paramétricos em incumprimento. Devem ser sempre identificados os incumprimentos afins de se proceder de imediato ao provimento da sua resolução, para que estes não tenham continuidade ao longo do tempo, não dando assim lugar a implicações para a Saúde Pública.

#### **5.4.2 Evolução dos consumos**

Os dados dos consumos de água mais recentes que o Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza, reportam aos anos de 2004 e 2005. O gráfico abaixo mostra os consumos médios por consumidor e por sector efectuados em cada um desses anos para os municípios do Pinhal Interior Norte.

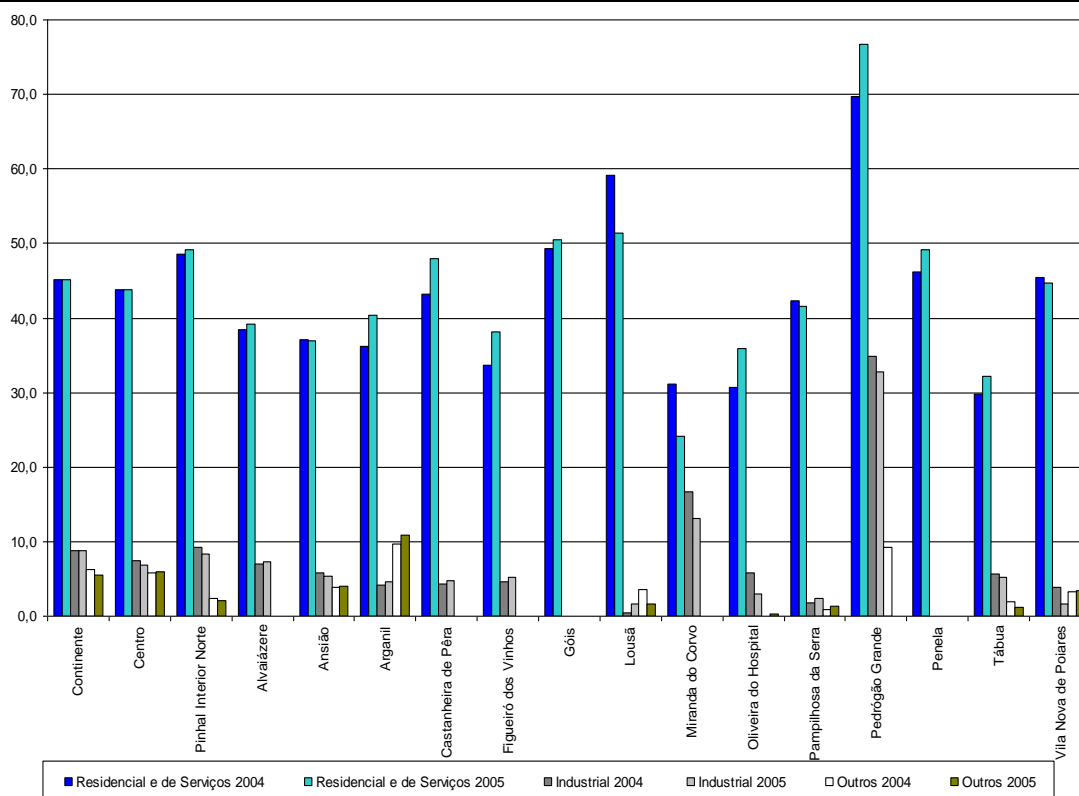


Figura 41. Consumo de água per capita por sector - m³.ano

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005 e 2006.

O Município de Miranda do Corvo encontra-se na posição mais baixa no que concerne os consumos domésticos de água (por habitante) no conjunto dos Concelhos do Pinhal Interior Norte (ano 2005). Registaram-se, no entanto, consumos que em comparação são dos mais elevados no sector no sector industrial. Segundo os dados do INE em 2005, cada habitante do Concelho consumiu para uso doméstico 24,1 m³ de água numa redução de cerca de 22% face ao ano anterior. Este facto revela uma tendência muito positiva tendo em conta que Portugal continental sofreu nesse ano (2005) uma situação de escassez hídrica severa. Ainda, estes valores são significativamente inferiores aos consumos médios do País, da Região Centro, e do Pinhal Interior Norte, facto que demonstra um desempenho muito favorável no que concerne o uso racional e eficiente do recurso água.

Tabela 17. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m³).

UNIDADE TERRITORIAL	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m³) por ano		Consumo								Sistemas públicos de abastecimento de água
			Total	Tipo de uso (m³ *1000 )							
				Doméstico, Comercial e serviços	Industrial		Outros				
Anos:	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2006**
Portugal (cont.)	45,1	45,1	601 995	599 281	450 760	455 040	88 367	88 850	62 868	55 391	90
Região Centro	43,8	43,8	134 920	135 137	103 637	104 430	17 562	16 362	13 721	14 345	94
Pinhal Interior Norte	48,6	49,1	8 290	8 205	6 691	6 774	1 266	1 151	333	280	91

Alvaiázere*	38,4	39,2	371,00	386,00	314,00	328	57,00	58,00	-	-	89*
Ansião	37,1	36,9	639	633	507	504	80	74	52	55	100
Arganil	36,2	40,4	665	732	481	529	55	61	129	142	91
Castanheira de Pera	43,2	47,9	167	178	152	162	15	16	-	0	97
Figueiró dos Vinhos	33,6	38,1	273	304	240	267	33	37	-	0	98
Góis	49,3	50,5	230	230	230	230	-	0	-	0	76
Lousã	59,1	51,4	1 058	973	990	913	8	30	60	30	84
Miranda do Corvo	31,2	24,1	638	502	415	326	223	176	-	0	84
Oliveira do Hospital	30,7	35,8	801	855	674	783	127	65	-	7	92
Pampilhosa da Serra	42,3	41,6	218	210	205	193	9	11	4	6	88
Pedrógão Grande	69,7	76,7	490	461	300	323	150	138	40	0	99
Penela	46,2	49,2	298	313	298	313	-	0	-	0	100
Tábua	29,8	32,2	466	480	371	401	71	64	24	15	100
Vila Nova de Poiares	45,4	44,7	380	367	328	330	28	12	24	25	97

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005, 2006 e 2007\*\*.

\*Para o Município de Alvaiázere : Anuários Estatísticos da Região Centro, 2003 e dados da CM Alvaiázere

\*\*instituto da Água I.P: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)

De acordo com os dados do INAG, o Município de Miranda do Corvo apresentava, em 2005, uma cobertura de 84% do sistema de abastecimento de água, sendo inferior à média das NUTS I, II e III. Este é um dado negativo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade.

#### 5.4.3 Águas residuais

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), do Ministério do Ambiente, estabelece como meta para 2013, que a taxa de cobertura do saneamento alcance a nível nacional 90% da população com um nível desejado de serviço em cada sistema integrado de 70% da população abrangida. No entanto, apesar do investimento e das obras realizadas de forma contínua na última década, o saneamento básico continua a ser um problema para muitos Concelhos da Região do Pinhal Interior Norte.

Em 2006 segundo dados do INE, a cobertura dos sistemas de águas residuais, a nível nacional, era de 77%, para uma taxa de 71% de tratamento efectivo dos efluentes em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Na Região Centro o valor destes mesmos indicadores era de 71% e 65% respectivamente. O pinhal Interior Norte insere-se numa realidade diferente, uma realidade marcada pela interioridade e pela dispersão do povoamento no território. A taxa de cobertura era, nesta Região, também em 2006, de apenas 55% para os sistemas de drenagem de águas residuais e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

**Tabela 18. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m³).**

UNIDADE TERRITORIAL	Drenagem de caudais efluentes domésticos por habitante (m³) por ano		População servida por	
			%	
			Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
Anos:	2004	2005	2006	2006
Portugal (cont.)	44,0	42,7	77	71
Região Centro	35,8	37,7	71	65
Pinhal Interior Norte	20,5	26,9	55	55
Alvaiázere	-	25*	25*	25*
Ansião	9,0	8,8	51	51
Arganil	64,0	68,2	92	94
Castanheira de Pera	36,9	44,1	93	93
Figueiró dos Vinhos	6,4	6,8	31	22
Góis	37,5	38,4	71	69
Lousã	9,9	9,4	52	52
Miranda do Corvo	10,0	9,5	37	37
Oliveira do Hospital	13,6	49,9	87	85
Pampilhosa da Serra	17,5	45,9	33	41
Pedrógão Grande	29,0	50,1	63	64
Penela	15,0	15,3	29	33
Tábua	14,8	17,9	45	43
Vila Nova de Poiares	11,0	10,8	20	20

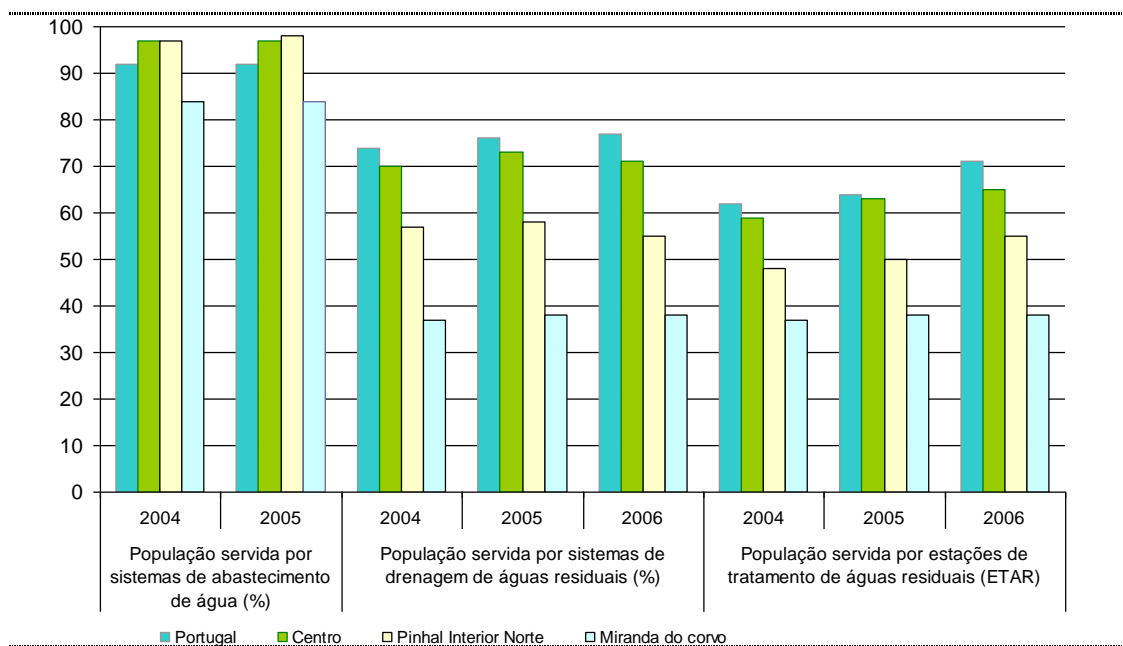
Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE 2007  
instituto da Água I.P.: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)

Enquanto o abastecimento de água abrange 84% da população, o cenário afigura-se menos positivo no que concerne a taxa de cobertura do sistema de saneamento básico. Este indicador traduz uma cobertura no Município de Miranda do Corvo de cerca de 37% da população. O valor da população servida pelos sistemas de tratamento (ETAR) é igualmente da ordem dos 37%. Estes indicadores estão muito aquém da média do conjunto dos municípios do Pinhal Interior Norte, da Região Centro e do País. Estes indicadores revelam uma situação ambiental desfavorável, potencialmente comprometedora do equilíbrio ambiental. O valor do caudal de efluentes domésticos tratados por habitante está também entre os mais reduzidos do Pinhal Interior Norte.

As razões apontadas para a deficiente cobertura do serviço de saneamento básico prendem-se com vários factores, de ordem técnico-financeira os quais motivam as consequentes opções políticas. A questão do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada. Devido à orografia deste território, os projectos são de difícil execução. Ao nível do Ordenamento do Território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce a isto uma fraca disponibilidade financeira. Os custos implicados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias ao melhoramento e expansão da rede de saneamento básico. Assim, grande parte da população continua a utilizar fossas sépticas e a aguardar pela recolha feita pelos serviços das respectivas Câmaras Municipais.

Politicamente existe a percepção de que avançar com este tipo de projectos pode prejudicar no próximo acto eleitoral o edil em exercício das suas funções, uma vez que um ciclo eleitoral não constitui na opinião dos executivos, tempo suficiente para levar a cabo todas as obras necessárias.

A Figura 42 sumariza a evolução dos níveis de serviço das infra-estruturas de abastecimento, saneamento básico e tratamento de águas residuais de 2004 a 2006. No quadro global, estes indicadores sofreram, neste período temporal uma ligeira evolução favorável, cabendo ao Município acompanhar as tendências Regionais e nacional, fazendo nesta matéria uso de todos os instrumentos à sua disposição.



**Figura 42. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município de Miranda do Corvo, PIN, Região Centro e Portugal**

Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico, 2005

O Município de Miranda do Corvo assinou também um protocolo com a Águas do Mondego para o desenvolvimento de projectos de execução das redes de recolha de águas residuais que pretende alcançar uma taxa de cobertura do sistema de saneamento básico de 80% com o funcionamento dos sistemas de saneamento de Semide, Vale de Açor e de Moinhos.

Quanto ao tratamento de efluentes, a Águas do Mondego procedeu à construção do Subsistema de saneamento de Miranda que permite drenar os efluentes para a ETAR de Miranda do Corvo. A Câmara municipal de Miranda também está a envidar esforços no sentido de melhorar a taxa de cobertura das infra-estruturas de drenagem de efluentes com a construção da rede de saneamento em Bujos, no Corvo e nos Moinhos, entre outros.



Figura 43. Subsistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada - Concelho de Miranda do Corvo

Fonte: <http://www.aguasdomondego.pt/>

Com a implementação das infra-estruturas e contínua optimização do funcionamento dos sistemas estão reunidas as condições para um contínuo melhoramento dos indicadores de qualidade da água no Município de Miranda do Corvo.

#### 5.4.4 Águas superficiais e subterrâneas

O Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego<sup>19</sup> onde se inscreve o Concelho de Miranda do Corvo refere o facto da ocupação humana poder dar lugar a vários tipos de contaminação, com especial incidência nas povoações que não são servidas por sistemas de saneamento básico. O nível de tratamento de águas residuais não é totalmente abrangente, a actividade industrial é diversificada e como tal os sistemas particulares (fossas sépticas) poderão constituir uma ameaça, devido a má construção, conservação ou à sua colocação em locais pouco adequados. O tipo de poluição resultante é sobretudo microbiológica, mas também se traduz por aumento de nitratos e outros compostos.

As praias fluviais do Pinhal Interior Norte obtiveram, no entanto, segundo o relatório anual sobre a “Qualidade das Águas Balneares”, do Instituto da Água I.P., classificação positiva na análise à qualidade das suas águas.

#### 5.4.5 Água – síntese

Quanto à qualidade da água para consumo humano, as análises efectuadas em 2008 não revelam problemas de monta quanto à sua degradação. Os sistemas de abastecimento servem 84% da população

<sup>19</sup> Síntese da qualidade da água subterrânea do plano De Bacia Hidrográfica do Mondego, disponível em:  
<http://www.ccdrc.pt/regiao/bacias-hidrograficas/mondego>.



do Concelho, facto que se constitui como um aspecto negativo do ponto de vista da optimização do uso da água enquanto recurso escasso e da monitorização da sua qualidade.

Também uma debilidade relacionada com o ciclo da água no Concelho de Miranda do Corvo é ainda o da drenagem e tratamento dos efluentes. Contudo estão a ser levados a cabo pela Autarquia os esforços necessários ao alargamento da cobertura dos sistemas de saneamento básico e tratamento em ETAR o que irá necessariamente conduzir a uma melhoria do desempenho deste Concelho quanto a estes indicadores. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente. Como tal a melhoria das condições de resposta a esta problemática terá repercussões globais positivas em todas as vertentes decorrentes do uso da água no Concelho e no Pinhal Interior Norte.

## 5.5 Resíduos

A produção de Resíduos Sólidos é um dos principais problemas ambientais que as sociedades actuais enfrentam. Torna-se assim imperativo o desenho de políticas que possam sensibilizar as populações para esta problemática, incentivando e promovendo a tomada de consciência quanto ao correcto destino a dar aos resíduos. Pretende-se que esta sensibilidade acrescida tenha influência no comportamento dos cidadãos para que este seja cada vez mais cívico e que cada indivíduo contribua para a preservação ambiental e, de uma forma mais óbvia, para a manutenção da higiene pública, designadamente no que diz respeito a salubridade e asseio dos espaços públicos e naturais.

No que concerne a preservação ambiental e salvaguarda dos recursos naturais, condições necessárias a operacionalização das premissas da sustentabilidade, saliente-se o papel preponderante desempenhado pela deposição selectiva de resíduos. Reduzindo na origem, valorizando, reutilizando e reciclando a maior parte dos resíduos sólidos produzidos, estar-se-ão a diminuir os seus impactos, a nível territorial, energético, da biodiversidade entre outros.

Importa então saber o que pode ser considerado “Resíduos Urbanos”. O Decreto-lei 178/06 de 5 de Setembro, define como sendo *“O resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. A gestão do resíduo constitui parte integrante do seu ciclo de vida, sendo da responsabilidade do respectivo produtor. Exceptuam-se do disposto no número anterior os resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor, caso em que a respectiva gestão é assegurada pelos municípios.”*

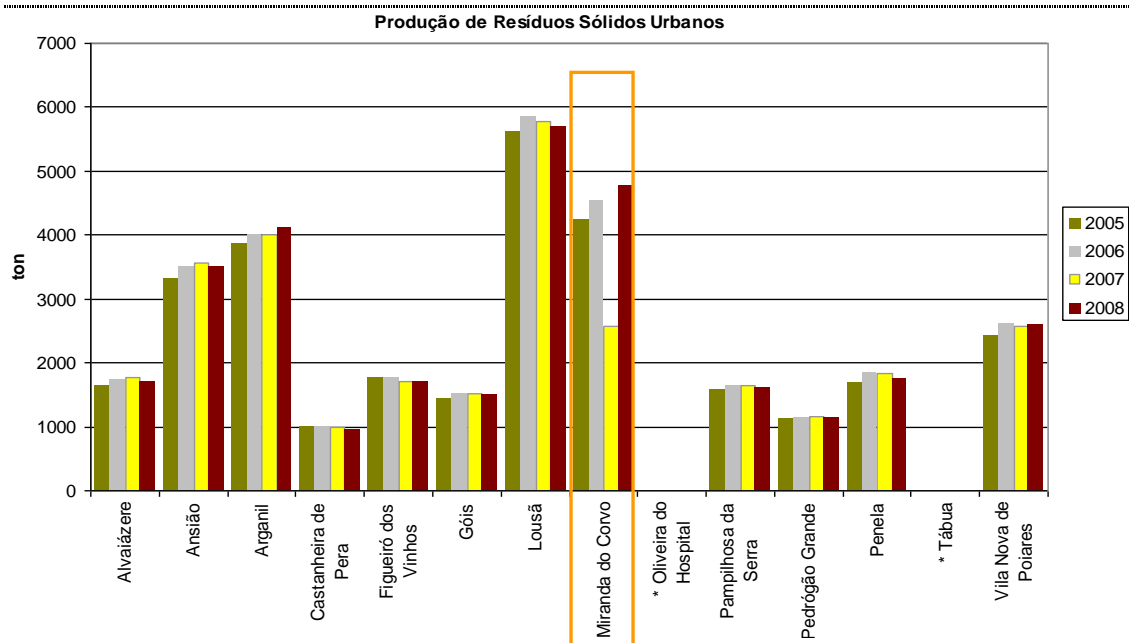
O Município de Miranda do Corvo é responsável pela recolha e transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) , em articulação com o sistema multimunicipal ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A, uma

vez que foram delegadas a esta entidade, as competências relativas ao tratamento e destino final dos RSU, nos termos do Decreto-lei nº 166/96, de 5 de Setembro.

Desta forma, é da responsabilidade da Câmara Municipal a manutenção dos contentores para lixos indiferenciados enquanto que os recipientes para deposição selectiva de resíduos (Vidros, Papelões, Embalões, etc.) são propriedade da ERSUC. A recolha, transporte e tratamento deste tipo de resíduos estão também a cargo desta entidade.

Com vista a optimização das suas operações, este sistema multimunicipal definiu quatro objectivos, actualmente a serem cumpridos: selagem e recuperação ambiental das lixeiras; construção de novas infra-estruturas de tratamento e destino final de RSU; implementação da recolha selectiva e valorização dos resíduos sólidos urbanos; e sensibilização da população para a problemática dos resíduos sólidos urbanos.

### 5.5.1 Produção de resíduos



**Figura 44. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008**

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.,

\* Nos Municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua, o tratamento dos Resíduos sólidos urbanos está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão

Entre 2005 e 2008, de acordo com dados da ERSUC, assistiu-se no Município de Miranda do Corvo a um crescimento da produção de resíduos sólidos urbanos. De 2005 a 2008 a variação global foi de 11%. No quadro global do Pinhal Interior Norte, este Concelho produz quantidades relativamente elevadas de resíduos tanto em termos da produção total como em termos da produção *per capita*. Quanto a este último indicador, e no contexto dos municípios sob operação da ERSUC, os habitantes de Miranda do Corvo foram os segundos menos eficientes quanto à produção individual média de resíduos sólidos urbanos, no período 2007 – 2008 com um aumento de 2,1%.

**Tabela 19. Produção de Resíduos Sólidos Urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período.**

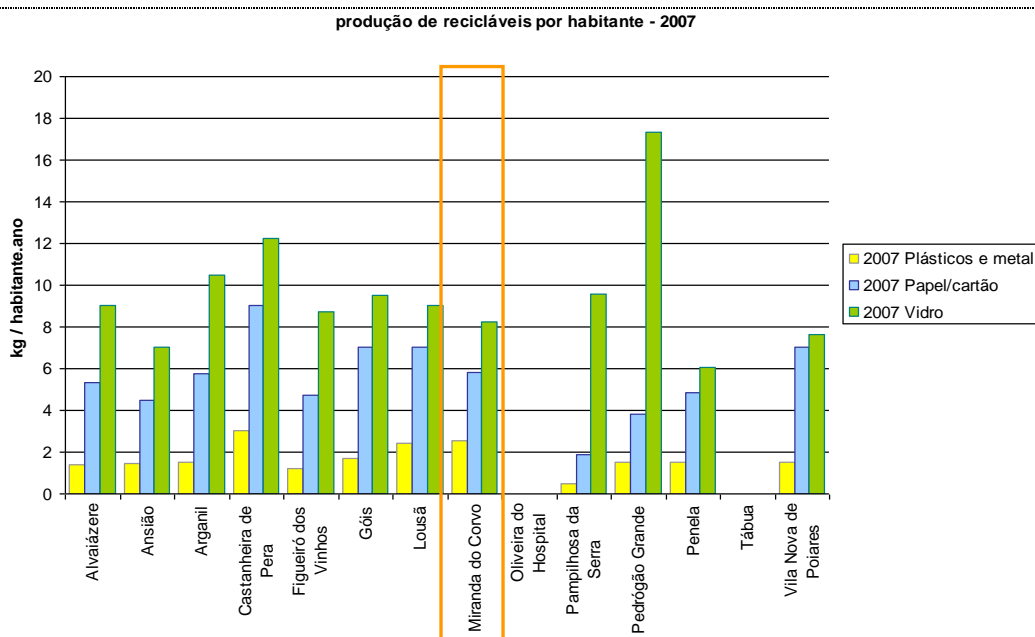
Unidade Territorial	População	Prod. RSU kg / habitante. dia		Variação (%)
Anos:	2007 (INE)	2007	2008	2007-2008
Alvaiázere	7 827	0,613	0,595	-3,0
Ansião	13 591	0,710	0,696	-2,1
Arganil	12 799	0,846	0,867	2,5
Castanheira de Pera	3 250	0,833	0,792	-5,0
Figueiró dos Vinhos	6 901	0,678	0,678	0,0
Góis	4 446	0,923	0,907	1,7
Lousã	18 786	0,844	0,834	-1,3
Miranda do Corvo	13 686	0,937	0,956	2,1
Oliveira do Hospital*	21 714	1,060	1,060	0,0
Pampilhosa da Serra	4 416	1,005	0,984	-2,0
Pedrógão Grande	4 111	0,756	0,740	-2,1
Penela	6 287	0,789	0,760	-3,7
Tábua *	12 331			
Vila Nova de Poiares	7 491	0,942	0,949	0,8

\* Nos Municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua , o tratamento dos Resíduos sólidos urbanos está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A

### 5.5.2 Recicláveis

Quanto à deposição selectiva de resíduos, a quantidade de recicláveis produzidos no Concelho de Miranda do Corvo incide essencialmente no vidro, com uma produção de cerca de 9 kg/hab/ano. Os habitantes deste município não são os que mais separam os seus resíduos, mas tem-se registado uma tendência muito positiva nesta matéria, como é observável no Figura 44.



**Figura 45. Produção per capita de Recicláveis em 2007**

Fonte: INE, ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.,

O aumento percentual na separação dos resíduos de 2006 para 2008 teve um impacto considerável nas três fileiras: embalagens (plástico/metal), papel/cartão, e vidro com aumentos de 51%, de 28%, e de 27%, respectivamente.

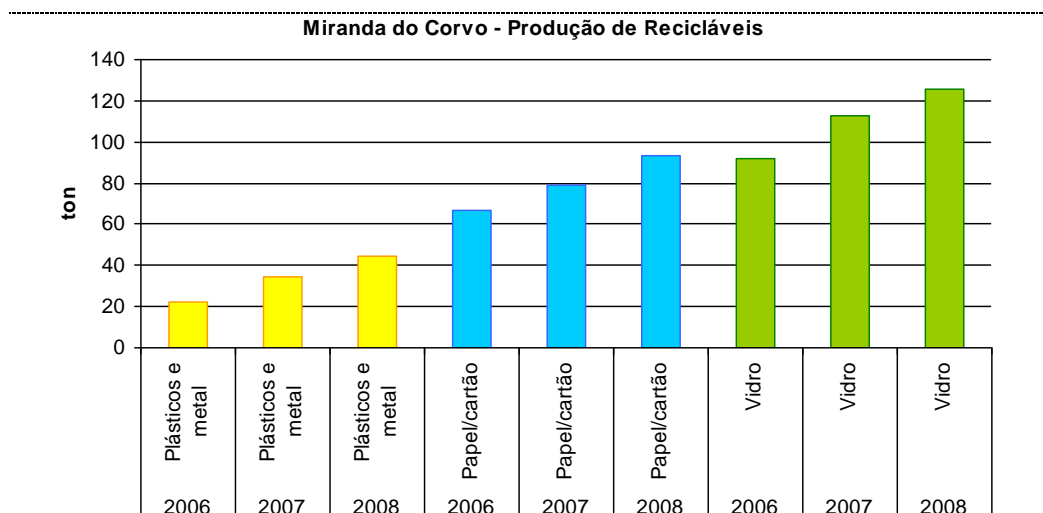


Figura 46. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2006, 2007 e 2008

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.,

Esta tendência de crescimento da quantidade de resíduos produzidos por deposição separativa, a par da redução de lixo indiferenciado, terá bases sólidas para a sua continuidade com uma maior aposta da Câmara Municipal na optimização da logística da recolha. Através do **aumento do número e melhoria na distribuição de ecopontos**, a autarquia irá conseguir incentivar a separação dos resíduos tornando assim óbvias as vantagens de introduzir programas e iniciativas desta índole, com efeitos benéficos evidentes.

### 5.5.3 Outros resíduos - óleos alimentares usados e orgânicos.

Ainda reconhecendo as crescentes ameaças que representa a incorrecta deposição/tratamento do resíduo 'óleo alimentar usado', ao provocar danos, tanto nos ecossistemas naturais como nas infra-estruturas de saneamento (condutas e sistemas de tratamento), o Município procedeu à distribuição pelo Concelho de 'ecoÓleos', pontos de recolha de óleo alimentar usado, de acordo com os objectivos e missão da Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC) nas escolas do 1º ciclo do Concelho. Esta medida contribui assim para uma melhoria do desempenho do Município de Miranda do Corvo na promoção da sustentabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento e valorização (incl. energética) de todo o tipo de resíduos produzidos no seu território.

Para além dos ecopontos e 'ecoÓleos' a rede de recolha de resíduos contempla ainda a existência de um sistema de recolha de resíduos volumosos (electrodomésticos, móveis, pneus, sucata etc.) encaminhando-os para o correcto tratamento e valorização, evitando que estes sejam depositados sem qualquer critério na via pública ou nos espaços naturais.

A questão dos resíduos orgânicos também constitui motivo de preocupação para a comunidade local, apontando nomeadamente para as consequências a nível paisagístico e ambiental do abate de eucaliptos e pinheiros em grande escala. Também os resíduos orgânicos provenientes dos jardins privados não têm um destino certo, faltando um ecocentro que permitisse a recolha e eventual valorização deste tipo de resíduos.

#### **5.5.4 Resíduos industriais**

Quanto aos resíduos do tipo industrial, cabe aos seus produtores recorrer a entidades acreditadas para a recolha, armazenamento e tratamento desses resíduos, no entanto, apenas as empresas de maior capacidade em termos de infra-estruturas e capital recorrem, com a frequência necessária, a estas entidades. O Município apenas procede à recolha dos resíduos das empresas que sejam equiparados a urbanos.

#### **5.5.5 Resíduos - síntese**

No período temporal a que se referem os dados disponíveis, 2005-2008, o Município de Miranda do Corvo mostra ter uma evolução pouco favorável, no que diz respeito à produção de resíduos. Tem conseguido promover a separação dos recicláveis, embora esse facto não se reflecta na diminuição das quantidades de indiferenciados para deposição em aterro. É no conjunto do Pinhal Interior Norte, o segundo Concelho com maior valor do aumento percentual da produção de resíduos por habitante.

O Município deverá conduzir campanhas de sensibilização específicas e alargar o seu campo de actuação no que respeita a outros tipos de resíduos que não os lixos domésticos e recicláveis (embalagens, papel, vidro, pilhas). Deve ser feita uma abordagem mais integrada de forma a abranger, por exemplo, as pilhas encaminhando-os para o correcto tratamento e valorização e os inertes resultantes das actividades de construção civil, evitando que estes sejam depositados em qualquer parte. A questão dos resíduos provenientes do abate de árvores constitui uma fonte de degradação paisagística no Concelho.

## 6. DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL

### 6.1 Dinâmica Populacional

#### 6.1.1 Evolução demográfica global

O Concelho de Miranda do Corvo registava em 2001 uma população residente de 13 069 habitantes. Este número representa um **acréscimo de 11,9%** relativamente a 1991, representando uma inversão da tendência verificada no decénio anterior, quando registou uma diminuição da sua população de 4,6%. Neste sentido, entre 1981 e 2001 o Concelho teve um saldo líquido positivo de 6,9% ou seja mais 838 pessoas.

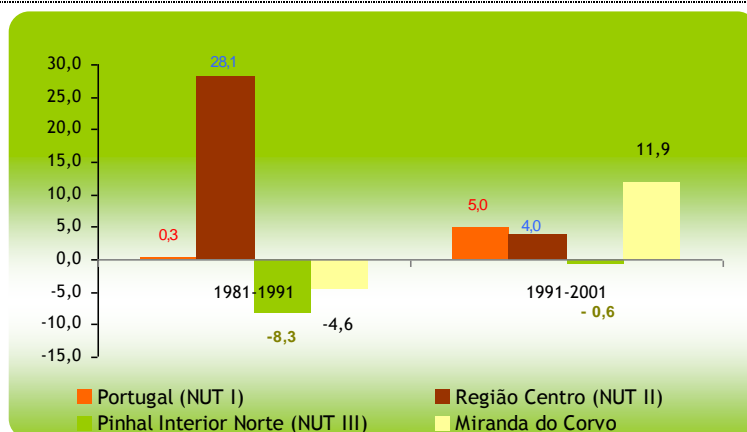


Figura 47. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001 - resultados definitivos

Como se pode ver no gráfico anterior o Concelho assistiu a uma recuperação notável das suas taxas de crescimento, registando em 2001 uma taxa muito superior à verificada na Região Centro e em Portugal. No contexto sub-regional a taxa de crescimento em 2001 é claramente divergente, apresentando características demográficas comuns com Lousã e Vila Nova de Poiares - outros municípios da coroa de influência de Coimbra.

Estimativas mais recentes do INE permitem inferir da **continuação da evolução descrita** nos parágrafos anteriores. De acordo com essas estimativas, prevê-se que a população do Concelho tenha atingido 13 755 habitantes, em 2008, uma diferença percentual de 4%.

Com base nas taxas de crescimento dos últimos anos é possível estimar de forma aproximada a população para o ano 2015. A estimativa configura uma situação de crescimento positivo e constante, prevendo-se que em 2015 a população concelhia ultrapasse os 14 200 habitantes.

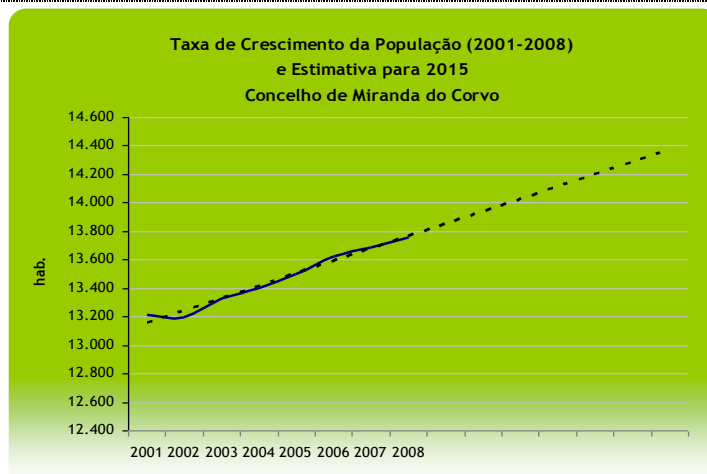


Figura 48. Evolução da população residente no Concelho de Miranda do Corvo e estimativa para o ano 2015.

Fonte: INE, Censos 2001 e estimativas da população.

### 6.1.2 Taxas de mortalidade e natalidade

As taxas de crescimento populacional são explicadas pelo (i) saldo de crescimento natural, representando o diferencial entre nascimentos e óbitos, e pelo (ii) saldo migratório, composto pelo diferencial entre entradas e saídas de efectivos, reflectindo parcialmente o poder de atracção do Concelho. A análise desta informação relativamente a Miranda do Corvo **evidencia um forte contributo do saldo migratório para a evolução crescente da população.**

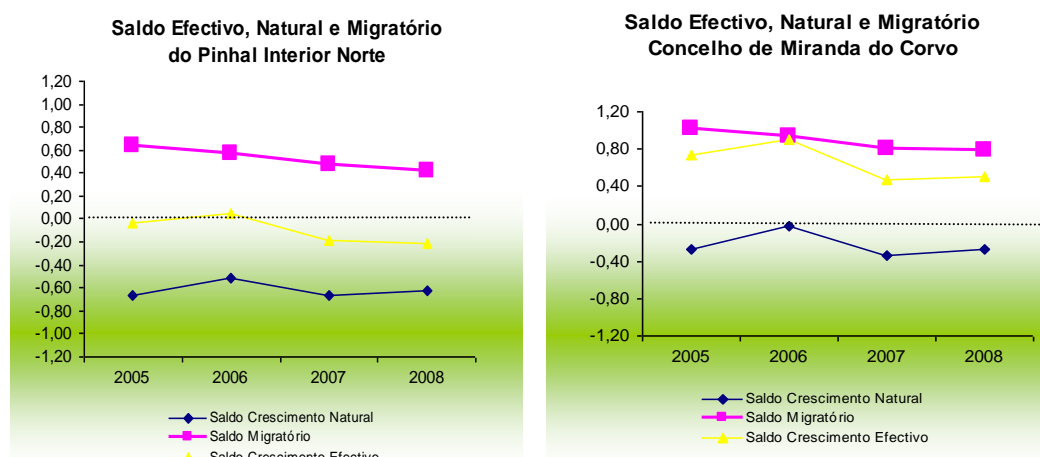


Figura 49. Evolução do Saldo Efectivo, Natural e Migratório do PIN (à esq.) e de Miranda do Corvo (à dir.).

Fonte: INE, Estimativas da população (2005-2008).

Como se depreende do gráfico anterior, a evolução das componentes das taxas de crescimento efectivo em Miranda do Corvo e no PIN são claramente divergentes (a amarelo). No caso do Concelho, **as taxas de crescimento têm origem essencialmente no saldo migratório positivo** (a rosa), ou seja, o número de novos residentes tem sido substancialmente maior que o número de pessoas que decidem deixar o Concelho, e esse número compensa em larga medida o défice entre óbitos e nascimentos. De facto, em Miranda do Corvo as taxas de mortalidade superam a taxa de natalidade em 2,8‰, enquanto que o saldo migratório foi de 7,8‰ em 2008. Infere-se assim que Miranda do Corvo tem características semelhantes à



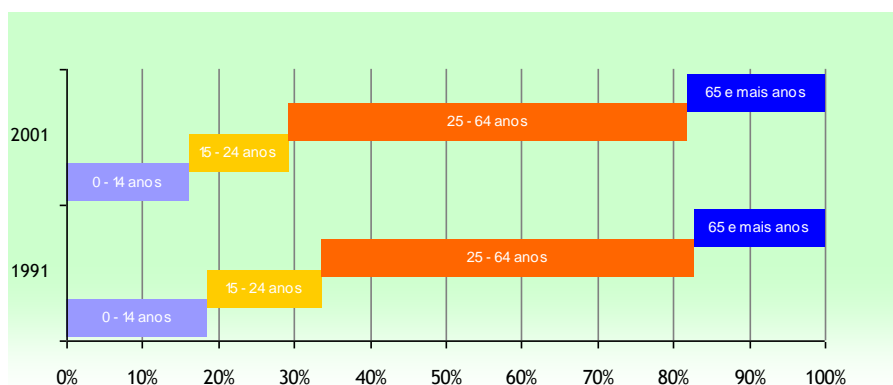
maioria dos concelhos do PIN, mas, devido à proximidade e relação funcional com Coimbra (função residencial de suporte) apresenta um saldo migratório muito positivo que contraria os efeitos negativos da baixa taxa de natalidade e da alta taxa de mortalidade.

### 6.1.3 Índice de Envelhecimento

A tabela seguinte permite aferir as taxas de crescimento nas várias camadas etárias da população de Miranda do Corvo. A faixa etária dos 25 aos 64 anos constituiu a parcela da população **com maior crescimento**, da ordem dos 20,1%, representando um acréscimo de 1149 indivíduos (cerca de 10% da população). A faixa etária com mais de 65 anos também teve uma evolução positiva considerável, atingindo os 17,5%. Em contraste, **as faixas mais jovens da população experimentaram um ligeiro decréscimo de indivíduos**.

Tabela 20. População residente por ciclo de vida

Grupo etário	População Residente		Variação da População		Proporção relativa	
	1991	2001	Nº	%	1991	2001
Total	11.674	13.069	1395	11,9%	100%	100%
0 - 14 anos	2.171	2.100	-71	-3,3%	19%	16%
15 - 24 anos	1.760	1.723	-37	-2,1%	15%	13%
25 - 64 anos	5.723	6.872	1149	20,1%	49%	53%
65 e mais anos	2.020	2.374	354	17,5%	17%	18%



Fonte: INE, RE.

A análise desta informação permite inferir que os movimentos migratórios entre concelhos, que no caso de Miranda do Corvo explicam a sua taxa de crescimento, compõem-se essencialmente de pessoas em idade activa (24-65 anos), tendo um impacto mensurável na evolução desta camada da população. Por sua vez, as baixas taxas de natalidade contribuem para o relativo emagrecimento das camadas jovens da população. Em virtude destes movimentos, é de prever que o índice de envelhecimento aumente, uma vez que não contempla a faixa dos 24 a 65 anos. De facto, no passado, registou-se um acréscimo no

índice de envelhecimento no período 1991-2001 (de 93 para 113). Recorrendo a estimativas mais recentes do INE, prevê-se que este índice se tenha agravado consideravelmente em 2008 – 148<sup>20</sup>.

Como nota final, afirma-se que o decréscimo acentuado da população jovem, registado até 2001, poderá não constituir a regra para as décadas seguintes. De facto, o aumento da população em idade activa (e portanto em idade fértil<sup>21</sup>) bem como a melhoria das ligações intermunicipais de Miranda do Corvo e a consequente intensificação do saldo migratório poderão configurar uma alteração do padrão descrito em termos de evolução das camadas etárias. Neste cenário prevê-se uma diminuição do índice de envelhecimento e um progressivo aumento dos nados vivos.

#### 6.1.4 Densidade populacional

O Concelho de Miranda do Corvo evidencia uma **densidade populacional elevada** no contexto do PIN: 106 pessoas por km<sup>2</sup> em 2001, sendo o 2º concelho mais povoado do PIN.

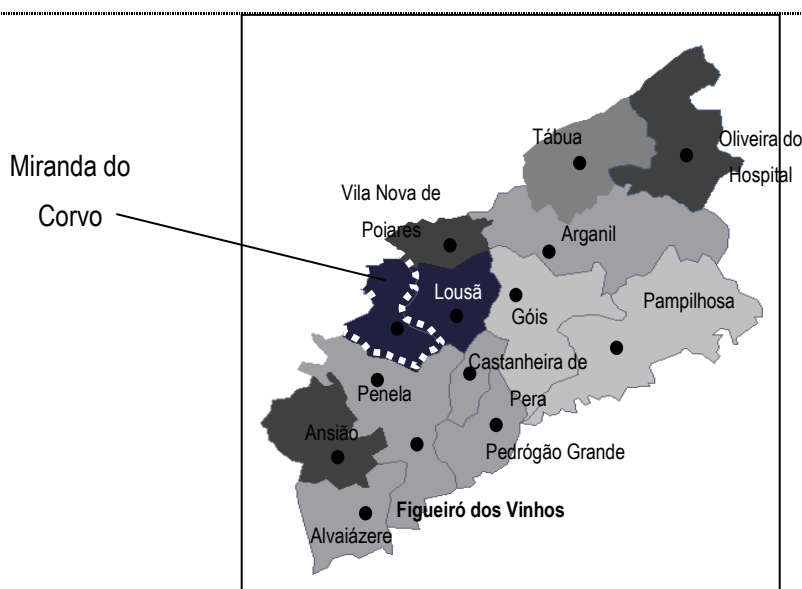


Figura 50. Densidade populacional dos concelhos do PIN. O Município de Miranda do Corvo encontra-se assinalado a tracejado.

Fonte: SPI

Como se pode ver na Tabela 21, a freguesia sede e Semide (a norte) registaram um crescimento populacional positivo, atestando por um lado o poder de atracção da Vila relativamente a fluxos migratórios inter-concelhios, e por outro lado, a maior proximidade de Semide ao centro polarizador de Coimbra. Em contraste, as restantes freguesias registaram um decréscimo da sua população, com destaque para a freguesia de Vila Nova (sul do Concelho).

<sup>20</sup> Este índice representa a proporção de pessoas com mais de 65 anos por jovens com menos de 14 anos. Assim um índice de 96 significa a existência de 96 pessoas com mais de 65 anos para 100 crianças e jovens com menos de 14.

<sup>21</sup> Esta afirmação depende de um desfazamento temporal entre o saldo migratório positivo e o consequente impacto na taxa de natalidade.

Tabela 21. População e densidade populacional nas freguesias do Concelho de Miranda do Corvo.

	Densidade populacional		População residente			
	1991	2001	1991	2001	Variação (v.a.)	Variação
	N.º/km²	N.º/km²	N.º	N.º	nº	%
Miranda do Corvo	92,38	103,42	11674	13069	1395	11,9
Lamas	61,43	59,7	962	935	-27	-2,8
Miranda do Corvo	118,39	153,47	5508	7140	1632	29,6
Rio Vide	86,19	79,87	968	897	-71	-7,3
Semide	112,13	114,86	2922	2993	71	2,4
Vila Nova	48,85	41,05	1314	1104	-210	-16,0

Fonte: INE, Censos 2001 - resultados definitivos.

A tabela evidencia igualmente a grande concentração populacional da Vila de Miranda do Corvo, onde se localizam quase 55% da população total, constituindo a freguesia mais densamente povoada.

### 6.1.5 Dinâmica populacional - síntese

O Concelho de Miranda do Corvo registava em 2001 uma população residente de 13 069 habitantes. Este número representa um acréscimo de 11,9% relativamente a 1991. Estimativas mais recentes permitem inferir da continuação da evolução descrita. Para esta evolução contribui decisivamente o saldo migratório positivo, que consegue contrariar os efeitos negativos da baixa taxa de natalidade e da alta taxa de mortalidade. Neste âmbito é a faixa etária dos 25 aos 64 anos que constituiu a parcela da população com maior crescimento. O crescimento desta camada etária (em idade fértil) poderá representar no futuro valores acrescidos de nascimentos no Concelho.

O território tem uma densidade populacional elevada, em que se destaca a freguesia sede e Semide (a norte), que por sua vez registaram um crescimento populacional positivo. Em contraste, as restantes freguesias registaram um decréscimo da sua população.

## 6.2 Educação e Recursos Humanos

*Os sistemas educativos desempenham um papel fundamental na promoção do crescimento económico e da coesão social, no desenvolvimento das capacidades plenas dos jovens e na construção de sociedades saudáveis e cheias de vitalidade<sup>22</sup>.*

<sup>22</sup> Ministério da Educação (2008), "Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal".

### 6.2.1 Equipamentos de educação e formação

O parque escolar de Miranda do Corvo abrange **todos os níveis de ensino até ao Ensino Secundário**. De acordo com a análise efectuada em sede de revisão do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo, os equipamentos apresentam **boas condições para a prática pedagógica, necessitando todavia de intervenções ligeiras de beneficiação ou manutenção**. A oferta existente é **adequada ao número de crianças e jovens**, num quadro de generalizada diminuição do número de alunos especialmente visível em termos da Escola Básica do 1º Ciclo. A excepção a esta afirmação constitui o pré-escolar onde, pelo contrário, se verifica um aumento do número de pedidos de ingresso (+26%) **excedendo a lotação dos estabelecimentos**.

Tabela 22. Equipamentos escolares no Concelho de Miranda do Corvo.

	Pré-escolar	EB 1	EB 2,3	Secundário	Ensino Profissional	Total
Lamas	1	3	0	0	0	4
Miranda do Corvo	4	6	1	1	1	13
Rio Vide	1	1	0	0	0	2
Semide	2	4	1	0	1	8
Vila Nova	1	2	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: Revisão do PDM, 2007.

Os estabelecimentos escolares de nível básico encontram-se integrados em dois agrupamentos de escola administrados respectivamente na sede de Concelho – Escola Básica 2,3 com Secundário José Falcão, e na freguesia de Semide – Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância Prof. Dr. Ferrer Correia. O Ensino Secundário encontra-se assegurado pela Escola José Falcão que no entanto não disponibiliza todas as áreas, só leccionando as áreas de Científico-Natural e Humanidades. Este facto implica um **constrangimento para os jovens do Concelho na medida em que os alunos que pretendam a frequência de outras áreas terão de se deslocar à sede distrital ou à Lousã**.

Tabela 23. Parque escolar do Concelho de Miranda do Corvo.

	Pré-escolar	EB 1	EB 2,3	Secundário	Ensino Profissional	Total
Lamas	1	3	0	0	0	4
Miranda do Corvo	4	6	1	1	1	13
Rio Vide	1	1	0	0	0	2
Semide	2	4	1	0	1	8
Vila Nova	1	2	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: Revisão do PDM, 2007.

O Ensino Profissional é assegurado por duas instituições de Miranda do Corvo. O CEARTE lecciona cursos com equivalência ao 9º ano (carpintaria e jardinagem) na freguesia de Semide. A Associação Desenvolvimento e Formação Profissional, a Casa do Gaiato e o Lar de Jovens de Semide, IPSS sedeadas em Miranda do Corvo, promovem cursos profissionais e acções de apoio pedagógico dirigidos

a pessoas com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem. Neste âmbito, a Casa do Gaiato e o Lar de Jovens desenvolvem cursos em Currículos Alternativos em colaboração com a Escola José Falcão em Miranda do Corvo e a ADFP um curso profissional de Electricista com equivalência ao 9º ano<sup>23</sup> dirigido às pessoas com deficiência.

### 6.2.2 Analfabetismo

A taxa de analfabetismo no Concelho é de 9,6%, um valor **relativamente reduzido** no contexto da Sub-Região e da Região Centro. O Município registou também uma evolução positiva no decénio 1991-2001, reduzindo a sua taxa de analfabetismo em cerca de 28%.

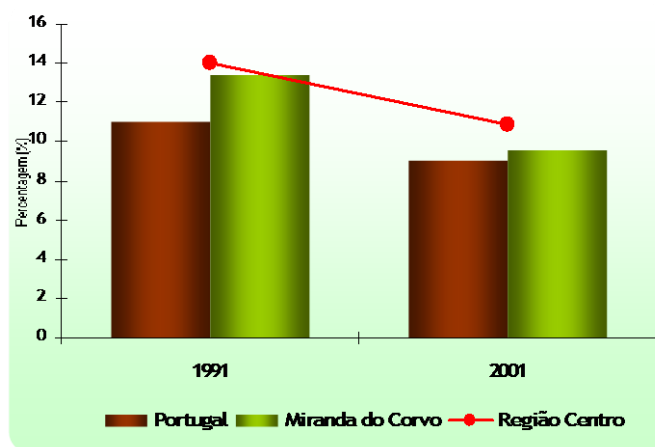


Figura 51. Taxa de analfabetismo em Miranda do Corvo, na Região Centro e em Portugal.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

### 6.2.3 Níveis de escolaridade

Baixos valores da taxa de analfabetismo encontram-se normalmente acompanhados por índices relativamente elevados da taxa de escolarização do Concelho. O gráfico seguinte apresenta a distribuição do nível de ensino da população residente em Miranda do Corvo.

<sup>23</sup> Fonte: Associação para Desenvolvimento e Formação Profissional.

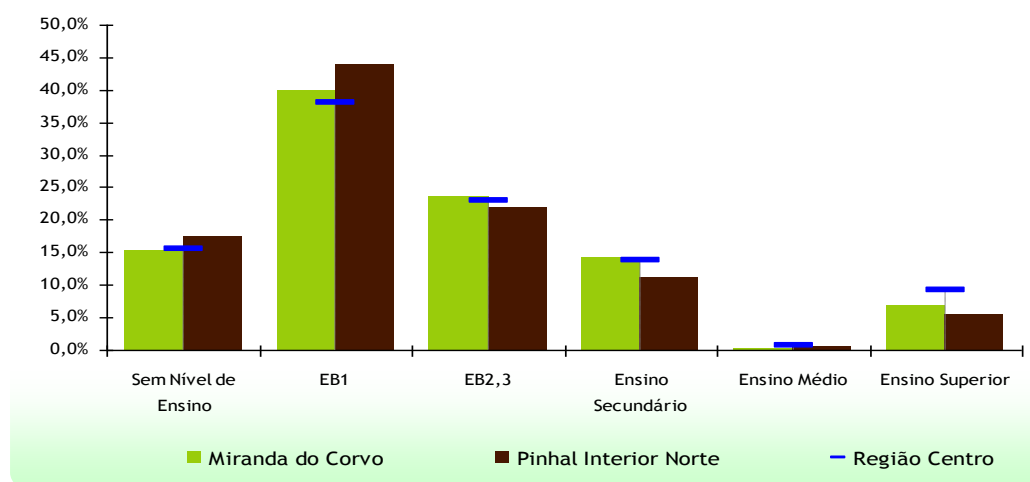


Figura 52. População residente por nível de ensino.

Fonte: INE, Censos 2001 - Resultados Definitivos.

Relativamente ao Concelho de Miranda do Corvo, a leitura do gráfico coloca em evidência:

- Os níveis elevados de pessoas sem instrução (15%).
- O elevado número de pessoas apenas com o primeiro ciclo da Escola Básica (40%);
- A predominância da população com instrução igual ou inferior ao 9ºano (ensino obrigatório) – 75%;
- Escasso número de quadros com o Ensino Superior (6,7%).

No confronto com a realidade regional, os números respeitantes a Miranda do Corvo configuram uma situação média com a excepção da frequência do Ensino Superior. Neste caso, o Concelho apresenta valores mais elevados de frequência secundária em detrimento da frequência de graus superiores.

Ainda relativamente ao Ensino Superior, assinala-se a **evolução notável** registada no decénio 1991-2001: aumento de 375%, a que corresponde um crescimento bruto de 690 pessoas que obtiveram um grau académico neste período. A evolução descrita coloca o Município numa trajectória claramente convergente com os valores regionais e Nacionais.

#### 6.2.4 Insucesso e abandono escolar

O abandono escolar constitui uma condicionante para o esforço no combate a níveis baixos de escolarização. O quadro seguinte, referente ao cenário do abandono escolar nos municípios do PIN, na região Centro e em Portugal, permite constatar que Miranda do Corvo apresenta níveis **relativamente baixos** nesta vertente.

Tabela 24. Taxa de abandono escolar nos concelhos PIN.

Localização Geográfica	Taxa de abandono escolar (%)
Portugal	2,79

Centro	2,19
Pinhal Interior Norte	2,59
Alvaiázere	2,96
Ansião	1,87
Arganil	4,37
Castanheira de Pera	2,23
Figueiró dos Vinhos	1,66
Góis	3,94
Lousã	1,17
Miranda do Corvo	1,32
Oliveira do Hospital	2,97
Pampilhosa da Serra	2
Pedrógão Grande	2,58
Penela	0,88
Tábua	4,09
Vila Nova de Poiares	3,14

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001.

A taxa de retenção e desistência traduz a relação percentual entre o número de alunos que não transitam para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados. Neste âmbito Miranda do Corvo regista valores ligeiramente elevados no 3º ciclo (19%), face à média da sub-Região e Região Centro.

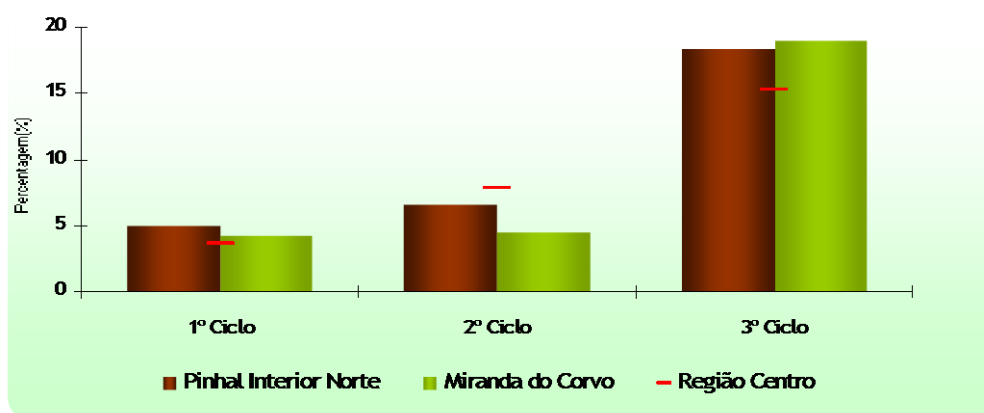


Figura 53. Taxa de retenção e desistência.

Fonte: GEPE, Estatísticas da Educação, 2007/2008.

#### 6.2.5 Educação e recursos humanos - síntese

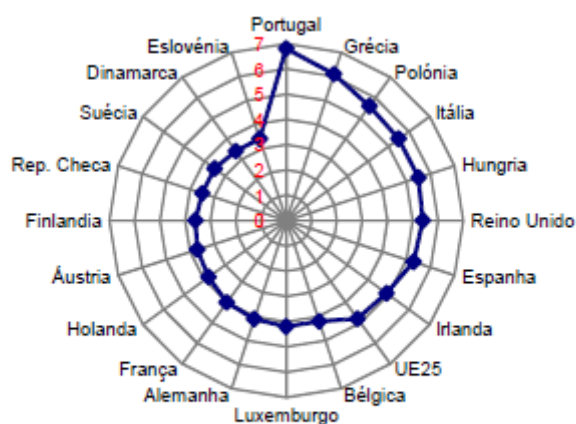
O parque escolar de Miranda do Corvo abrange todos os níveis de ensino até ao Ensino Secundário, sendo que a oferta existente é adequada ao número de crianças e jovens com a excepção do pré-escolar que apresenta alguma sobrelotação. O parque escolar apresenta boas condições para a prática pedagógica, necessitando todavia de intervenções ligeiras de beneficiação ou manutenção. Existe uma oferta escolar diversificada e aberta a diferentes grupos/necessidades sociais.



A taxa de analfabetismo no Concelho é relativamente reduzida. Os níveis de escolaridade da população caracterizam-se por quantitativos elevados de pessoas com apenas o 1º ciclo da Escola Básica, em contraponto com a escassez de quadros com o Ensino Superior. O abandono escolar apresenta níveis relativamente baixos, mas a taxa de retenção e desistência apresenta valores ligeiramente elevados no 3º ciclo.

## 6.3 Coesão Social

### 6.3.1 Problemáticas sociais



Nota: relação entre quintis extremos

Figura 54. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.

Fonte. Departamento de Prospectiva e Planeamento, "Desenvolvimento Sustentável e Competitividade. Informação Socioeconómica", caderno nº 4, 2008.

A pobreza e a exclusão social são entendidas como fenómenos resultantes da escassez de recursos para responder às necessidades básicas e padrão de vida da sociedade actual. Estes são fenómenos complexos, não podendo ser limitados apenas a questões económicas (e.g. rendimento), mas manifestam-se em áreas como a habitação ou o acesso aos serviços básicos. Em Portugal o fenómeno tem como uma das principais causas o tipo de desenvolvimento que o país conheceu, bem como o modo como se verifica ou a adaptação ao rápido processo de modernização registado nas últimas décadas<sup>24</sup>. A inclusão social é uma das prioridades ao nível da União Europeia e de cada um dos 27 Estados-Membros. Embora, no ano de 2006, Portugal continua a apresentar uma **posição bastante preocupante ao nível da desigualdade na distribuição dos rendimentos**, no panorama da UE25.

<sup>24</sup> Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2006-2008.

A centralidade da preocupação social no Município de Miranda do Corvo encontra-se patente no lema “**Miranda do Corvo, uma terra solidária**”, tendo-se já desenvolvido alguns projectos ao nível municipal como a Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão, o “Cartão do Idoso” e eventos de cariz social como a campanha “Levanta-te contra a Pobreza” e a “Semana do Idoso”.

Neste âmbito, as principais instituições públicas e privadas encontram-se articuladas através da **Rede Social de Miranda do Corvo**. A Rede Social constitui um instrumento concreto para “*combater a pobreza e exclusão social, problemas sociais não sinalizados e, de certo modo, a ausência ou a pouca articulação entre entidades com intervenção no mesmo território*”<sup>25</sup>. Este programa pretende estimular **a articulação entre as diversas estruturas de apoio social**, objectivando a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais através da conjugação de esforços de diferentes entidades. Os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) são os principais instrumentos deste programa. Como ponto de partida, o CLAS local desenvolveu um diagnóstico social, onde se definiram as seguintes problemáticas prioritárias e respectivos problemas:

**Tabela 25. Problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de Miranda do Corvo.**

INFRA-ESTRUTURAS	JOVENS	EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO	SAÚDE	PESSOAS COM NECESSIDADE ESPECIAIS
Falta de creches	Níveis de insucesso, absentismo e abandono escolar	Falta de emprego	Carência de cuidados primários de saúde	Falta de integração profissional de pessoas com deficiência
Falta de respostas sociais a idosos	Existência de comportamentos de risco	Níveis reduzidos de qualificação profissional	Problema do alcoolismo	Barreiras arquitectónicas
Habitação degradada	Consumo de álcool e drogas			Falta de planeamento familiar adaptado a pessoas com necessidades especiais
	Falta de respostas integradas de educação sexual			

Fonte: Diagnóstico Social de Miranda do Corvo

No que se refere ao estrito âmbito social, os problemas identificados referem-se a:

- **Falta de creches**, sendo que a taxa de cobertura dos equipamentos existentes é de 20%, muito insuficiente para dar resposta às necessidades, resultando também em “extensas filas de espera”<sup>26</sup>. A falta de creches é compensada informal por algumas situações informais (amas) que cobrem as necessidades existentes, constituindo situações não desejáveis pela sua falta de regulamentação. O serviço de apoio à criança/família também se caracteriza por alguma

<sup>25</sup> Rede Social de Miranda do Corvo, disponível em [www.mirandadocorvo.com](http://www.mirandadocorvo.com)

<sup>26</sup> Diagnóstico Social de Miranda do Corvo, pp. 28

desconformidade em relação ao horário de trabalho consubstanciando situações de conciliação difícil;

- A inexistência de equipamentos que possam dar resposta a **idosos dependentes** a que acresce a **insuficiência das respostas institucionais aos idosos em geral**. De facto, os equipamentos existentes – dois equipamentos públicos e dois privados – “possuem **lotação completa e extensas listas de espera**”<sup>27</sup>;
- Elevado número de **habitações que precisam de reabilitação**. Este problema é especialmente premente nas habitações que pertencem à faixa etária mais idosa;
- **Barreiras arquitectónicas** tanto nos edifícios públicos como no espaço público.

A necessidade de um forte quadro institucional de apoio social é reforçado pela dependência de parte da sociedade mirandense relativamente a prestações sociais do Estado Central. Como é possível verificar no gráfico seguinte, o conjunto das pensões por velhice, invalidez e sobrevivência **representam o rendimento de quase 30% das pessoas do Concelho**. Neste conjunto as pensões por velhice são claramente as mais representativas, abrangendo cerca de 20% da sociedade. Estes valores constituem no entanto valores médios relativamente à Região Centro e a Portugal, sendo mesmo inferiores à regra do Pinhal Interior Norte.

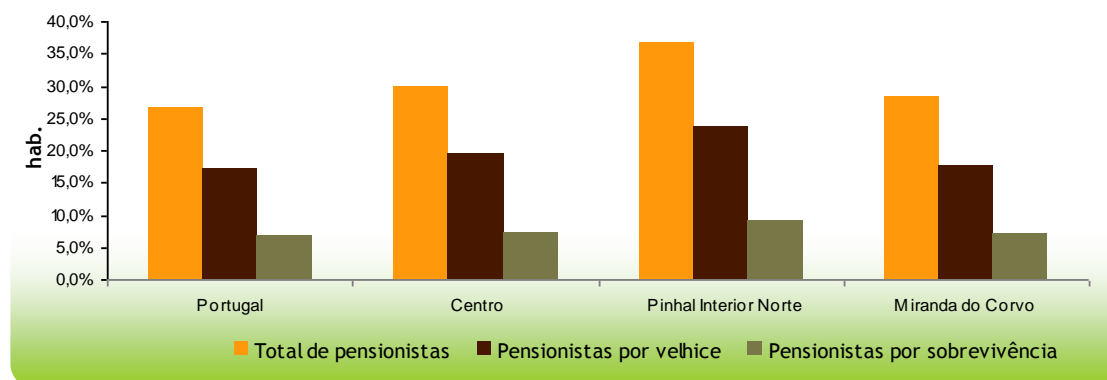


Figura 55. Número de pensionistas - total, por velhice, por sobrevivência.

Fonte: Anuário Estatístico, 2007

Por sua vez o indicador do número de beneficiários do rendimento social de inserção permite avaliar a necessidade de apoio, em virtude de remunerações abaixo do desejável, por parte da sociedade de Miranda do Corvo no contexto regional. Atendendo à Figura 56, o Município apresenta níveis relativamente baixos no referido indicador de necessidade de apoio financeiro.

<sup>27</sup> Idem.

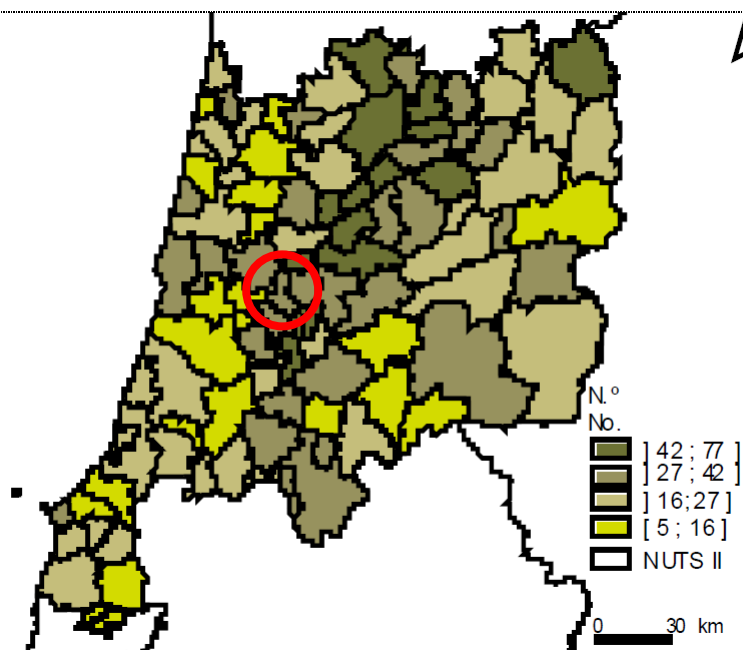


Figura 56. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro .

Fonte: MTSS, 2007.

O nível de desenvolvimento social do Concelho pode ser avaliado através do indicador de Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Este indicador é constituído por outros indicadores como a esperança de vida à nascença, o nível educacional da população e conforto e os níveis de saneamento básico. A partir desse índice podem-se categorizar os diferentes concelhos do país em 4 classes, de acordo com os intervalos seguintes: IDS 1 (0,639-0,824); IDS 2 (0,825-0,855); IDS 3 (0,856-0,899); IDS 4 (0,900-0,935). A indicação dos valores para a totalidade dos municípios da sub-Região do Pinhal Interior Norte bem como de Portugal, encontram-se disponibilizados no gráfico seguinte.

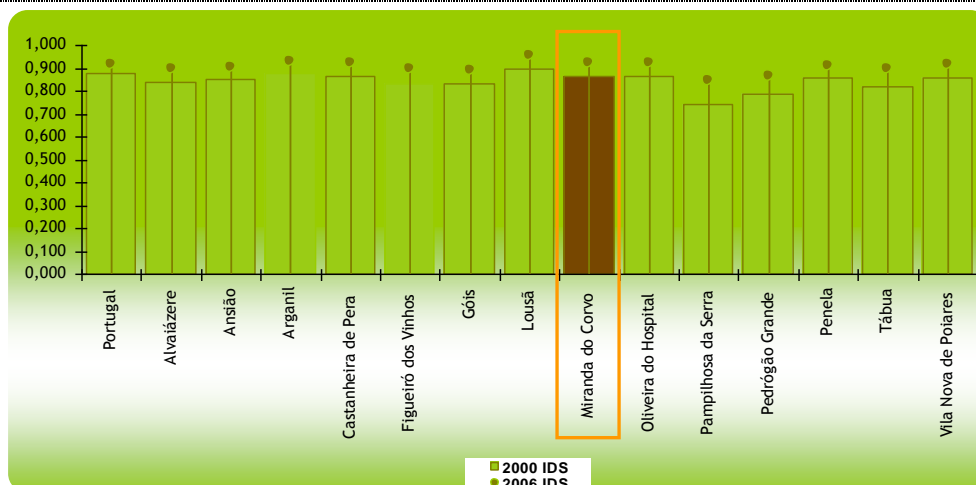


Figura 57. Índice de Desenvolvimento Social - Municípios do PIN e média Nacional.

Fonte: Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Os valores para a totalidade dos municípios do PIN permitem enquadrar o nível de desenvolvimento social do Concelho. Assim, verifica-se que no tocante a este indicador Miranda do Corvo registou uma

**evolução positiva**, passando a posicionar-se na **classe máxima de desenvolvimento social** (classe 4). Os resultados do investimento local em equipamentos de ordem social, na acção social e em áreas como a saúde e a educação são claramente visíveis.

### 6.3.2 Equipamentos de apoio social

No âmbito do apoio a crianças e jovens sobressai **o contributo da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo (ADFP)**, através da prestação de serviços de cariz social direccionada a crianças e jovens desfavorecidos, incluindo a provisão dos seguintes equipamentos:

- Centro de Emergência Infantil – vocacionado para o apoio a menores em risco, vítimas de maus tratos e negligência, com capacidade para 25 pessoas.
- Centro de Acolhimento e Formação Profissional – vocacionado para o apoio a jovens em risco provenientes de meios desfavorecidos associado à formação profissional.
- Actividades de Tempos Livres – constituindo a única instituição no Concelho que fornece este tipo de serviços, tem a capacidade para 75 jovens.
- Creches – consiste em dois equipamentos nas freguesias de Miranda do Corvo e Rio de Vide, não conseguindo albergar toda a procura existente.

Esta associação também dispõe de um Lar Residencial e de Apoio a Deficientes – vocacionado para alojamento de jovens e adultos portadores de deficiência, com capacidade para 23 pessoas.

Para além da Associação, a Casa do Gaiato acolhe rapazes órfãos ou em risco, conferindo apoio ao longo do seu processo de formação.

Em termos de apoio a idosos a Santa Casa da Misericórdia de Semide presta apoio domiciliário, enquanto que o Solar das Chãs, de carácter privado, e o Lar Dr. Clemente Carvalho prestam serviços de Lar.

A ADFP também se constitui como uma instituição importante no apoio a idosos, prestando os seguintes serviços:

- Residência Geriátrica (Lar de Idosos) com a capacidade para 59 pessoas.
- Centros de Dia, nas freguesias de Miranda do Corvo, Rio de Vide e Vila Nova.
- Apoio domiciliário.

### 6.3.3 Coesão social - síntese

A centralidade da preocupação social no Município de Miranda do Corvo encontra-se patente em diversos projectos ao nível municipal. As principais instituições públicas e privadas encontram-se articuladas através da Rede Social de Miranda do Corvo. No âmbito do seu trabalho, identificou os principais problemas da área social do Concelho:

- Falta de creches;
- A inexistência de equipamentos que possam dar resposta a idosos dependentes;
- a insuficiência das respostas institucionais aos idosos em geral;
- habitações que precisam de reabilitação;
- Barreiras arquitectónicas.

Em geral, Miranda do Corvo registou uma evolução positiva no que se refere a indicadores do foro social, passando a posicionar-se na classe máxima de desenvolvimento social.

No âmbito do apoio a crianças e jovens e a idosos sobressai o contributo da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, da Santa Casa da Misericórdia de Semide, do Lar Dr. Clemente Carvalho e da Casa do Gaiato.

## 6.4 Saúde e Bem-Estar

### 6.4.1 Cuidados de saúde

O Concelho dispõe de um Centro de Saúde localizado na Vila de Miranda do Corvo e de 5 extensões de saúde distribuídas pelas freguesias do Concelho, sendo que Vila Nova contém 2 extensões. Este Centro tem a capacidade de assegurar serviços de atendimento permanente e internamento para além das consultas e apoio domiciliário. Tem uma base de utentes inscritos de 9 546, permitindo atender 110 utentes por dia. **As extensões de saúde não têm pessoal médico próprio, funcionando apenas “uma ou duas vezes por semana”<sup>28</sup>** pelo que apresentam algumas **lacunas de resposta às necessidades da população em termos de horário de serviço<sup>29</sup>**. A questão da acessibilidade dos lugares mais remotos do Concelho a estes serviços de cuidados de saúde também constitui motivo de preocupação, dada a insuficiente cobertura da rede de transportes públicos. As especialidades que não podem ser fornecidas

<sup>28</sup> Município de Miranda do Corvo, “Revisão do PDM”, pp. 52.

<sup>29</sup> Idem, ibidem.

no âmbito do Centro de Saúde e respectivas extensões, são encaminhadas para o Hospital da Universidade de Coimbra ou o Hospital dos Covões, situados a 40 min. do centro de Miranda do Corvo.

Na tabela seguinte disponibilizam-se alguns indicadores dos cuidados de saúde presentes em Miranda do Corvo, em comparação com a sub-Região do Pinhal Interior Norte, Região Centro e Portugal.

**Tabela 26. Indicadores de cuidados de saúde.**

	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
Portugal	5,1	3,6	0,3	3,9
Centro	5,0	3,1	0,3	4,1
Pinhal Interior Norte	1,9	0,9	0,4	3,8
Miranda do Corvo	1,5	1,2	0,2	3,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007.

Os valores da tabela confirmam **valores relativamente baixos em termos de pessoal médico e de enfermagem** de serviço em Miranda do Corvo, em comparação com a média regional e Nacional. Note-se no entanto que os valores da tabela anterior referem-se a cuidados de saúde presentes no Concelho, mas como já foi referido, este Concelho articula-se com os hospitais de Coimbra, permitindo complementar os seus cuidados de saúde.

O quadro seguinte apresenta os indicadores das taxas de mortalidade infantil e as taxas de mortalidade associadas a enfermidades graves, referentes a Miranda do Corvo. Com base nos valores inscritos, conclui-se que Miranda do Corvo apresenta **valores médios de taxas de mortalidade**, comparativamente a outras escalas de análise.

**Tabela 27. Indicadores de saúde.**

	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2002/2006)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2002/2006)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos	Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória
Portugal	4,0	2,6	3,1	2,1	0,4
Centro	3,4	2,1	3,6	2,3	0,3
Pinhal Interior Norte	2,8	2,2	4,1	2,5	0,2
Miranda do Corvo	3,3	3,3	4,1	2,2	0,3

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007. Valores de 2006.

#### 6.4.2 Bem-estar

A promoção do bem-estar e de estilos de vida activos poderá ser consubstanciada na disponibilização de oportunidades para a prática de exercício físico, associada ou não à valorização do ambiente natural.



O Concelho de Miranda do Corvo dispõe de uma **extensa rede de equipamentos desportivos, presentes em todas as freguesias**. A tabela seguinte mostra a distribuição de equipamentos nas freguesias do Concelho.

Tabela 28. Parque desportivo de Miranda do Corvo.

	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Outros	
Lamas	1	2	0	0	0	0	0	3
Miranda do Corvo	4	4	3	0	2	0	2	15
Rio de Vide	0	2	1	0	0	0	0	3
Semide	0	3	3	0	0	1	0	7
Vila Nova	1	0	0	0	0	1	0	2
	6	11	7	0	2	2	2	30

Fonte: CM Miranda do Corvo

Como se pode constatar os equipamentos desportivos localizam-se predominantemente na sede de Concelho, em resposta à proporção dos número de potenciais utentes. De acordo com a informação da revisão do PDM, o estado de conservação destes equipamentos é “médio”.

A prática desportiva encontra-se associada fortemente a associações, destacando-se a Casa do Povo – Centro de Cultura e Desporto, o Clube Atlético Mirandense, a ADFP e o Clube Recreativo Agrário Desportivo de Lamas.

Para além destas agremiações o Município desenvolve um conjunto de eventos de carácter desportivo, destinado a alargar a base de incidência da oferta desportiva. A utilização dos equipamentos constitui o alvo de algumas das iniciativas autárquicas, destacando-se o projecto “Natação nas Escolas”, destinado a dar aulas de natação a crianças e jovens do Concelho.

O recreio e lazer local não se limita aos equipamentos desportivos. O património natural do Concelho possibilita a prática desportiva em ambiente saudável, nomeadamente em termos de percursos pedestres ou cicláveis. De referir também a iniciativa já mencionada do Parque Biológico “Quinta da Paiva” que possibilita a prática de diversas actividades desportivas de contacto com a natureza.

Finalmente, destaque-se a integração do Município de Miranda do Corvo na **Rede de Cidades Saudáveis**<sup>30</sup> - uma associação de municípios de âmbito nacional que visa promover a saúde para todos.

<sup>30</sup> <http://www.redecidadessaudaveis.net/pt/apresentacao.php>



**Figura 58. Rede portuguesa de cidades saudáveis.**

Fonte: <http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/csaudaveis.php>.

#### 6.4.3 Saúde e bem-estar - síntese

O Concelho dispõe de um Centro de Saúde localizado na Vila de Miranda do Corvo e de 5 extensões de saúde distribuídas pelas freguesias do Concelho. As extensões de saúde não têm pessoal médico próprio, funcionando apenas uma ou duas vezes por semana, constituindo algumas lacunas de resposta às necessidades da população. O Concelho regista valores médios de taxas de mortalidade.

O Concelho de Miranda do Corvo dispõe de uma extensa rede de equipamentos desportivos, presentes em todas as freguesias. A promoção da prática desportiva constitui o alvo de algumas iniciativas autárquicas, destacando-se a entrada na rede “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”. A prática desportiva não se limita aos equipamentos desportivos, destacando-se a existência de alguns percursos pedestres ou cicláveis e as iniciativas do Parque Biológico “Quinta da Paiva”.

#### 6.5 Justiça, Prevenção e Segurança

As instituições de prevenção e segurança presentes no Concelho são o posto da Guarda Nacional Republicana, o quartel dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo e o Serviço Municipal de Protecção Civil, que integra as entidades anteriores e a Presidente da Autarquia.

A tabela abaixo indica alguns indicadores relativos à criminalidade no Município.

**Tabela 29. Taxa de criminalidade por categoria de crimes (permilagem).**

	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
Portugal	37,8	5,7	1,6	6,3	1,9	1,9

Centro	30,3	4,7	0,4	4,7	2,1	1,6
Pinhal Interior Norte	25,1	5,1	0	2,8	1,2	1,1
Miranda do Corvo	20,7	3,7	0,1	1,8	0,9	0,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2007.

Estes valores permitem ilustrar uma sociedade com **níveis baixos de criminalidade**, no contexto regional e Nacional, em que os **crimes contra a integridade física** constituem os casos mais frequentes.

## 6.6 Cultura e Criatividade Local

### 6.6.1 Origens e património histórico

As origens do Município de Miranda do Corvo estão intimamente relacionadas com o Castelo de Miranda do Corvo erigido na época da reconquista cristã, e do qual já só resta alguns vestígios arqueológicos. De facto, foi no ano da sua tomada que o Concelho recebe o seu primeiro foral, em 1136, confirmando a sua importância estratégica. Neste sítio resta a Torre do Relógio - uma herança, muito alterada, do antigo castelo - mas que permanece um símbolo da identidade de Miranda do Corvo.

Actualmente existem dois imóveis de interesse público – o pelourinho de Miranda do Corvo e o Convento de Santa Maria de Semide. Este convento, beneditino, caracteriza-se por uma diversidade de estilos arquitectónicos, em consequência de várias intervenções ao longo do tempo. O convento é hoje sede da CEARTE e da Cáritas Diocesana de Coimbra. Destaque-se igualmente o Mosteiro do Senhor da Serra, pela sua envolvência cénica e por uma arquitectura que data dos século XVII.



Figura 59: Vista da Igreja Matriz e da Torre do Relógio.

Fonte: <http://espacoaberto-umanovamiranda.blogspot.com/>

### 6.6.2 Dinâmica cultural e criatividade

No Concelho de Miranda do Corvo destacam-se o contributo do Município, da Biblioteca Municipal e da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional para a promoção da cultura e criatividade local. O papel do Município transparece como promotor da maior parte das iniciativas culturais, nomeadamente de promoção de festas e de iniciativas associadas ao património cultural concelhio. Neste âmbito tem ganho alguma expressão e interesse as mostras de artesanato local, nomeadamente em termos de olaria, rendas e bordados, a tecelagem e a latoaria, bem como a escultura na obra de Carlos Rodrigues.

Na biblioteca realizam-se diversas acções de animação da leitura, exposições e mostras. A AFDP tem um papel importante na organização de passeios turísticos/culturais, direccionados a um público específico.

A vivência cultural e o sector turístico de Miranda do Corvo encontra-se **fortemente ancorado no património cultural e natural** do Concelho, tendo sido desenvolvido um calendário anual de actividades dos quais se pode referir a “Capital da Chanfana”, “Feira do Mel”, “Mercado do Livro e das Artes”, “Noites de Verão”, “Festa das Vindimas”, “Fim-de-Semana Gastronómico”, “Feira da Árvore”, “III Festival de Musica Ibérica Vila Nova – Miranda do Corvo” e o “Encontro de Coros”, no Mosteiro de Santa Maria de Semide.

A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho que, em colaboração com o Município implementam diversas iniciativas associadas com o património e as tradições locais, como por exemplo a realização de jogos tradicionais. Os grupos musicais têm algum expressão no Concelho, merecendo referência nomeadamente a Banda Filarmónica, os Grupos Corais e os Ranchos Folclóricos pela sua popularidade local e regional.

### 6.6.3 Cultura e criatividade local - síntese

No Concelho de Miranda do Corvo destacam-se o contributo do Município, da Biblioteca Municipal e da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional para a promoção da cultura e criatividade local. Em termos de dinâmicas culturais tem ganho alguma expressão e interesse as mostras de artesanato local, nomeadamente em termos de olaria, rendas e bordados, tecelagem e latoaria, a escultura na obra de Carlos Rodrigues, bem como a actividade dos grupos musicais. A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho que, em colaboração com o Município implementam diversas iniciativas associadas com o património e as tradições locais.

A vivência cultural e o sector turístico de Miranda do Corvo encontra-se fortemente ancorado no património cultural e natural do Concelho, tendo sido desenvolvido um calendário anual de actividades.

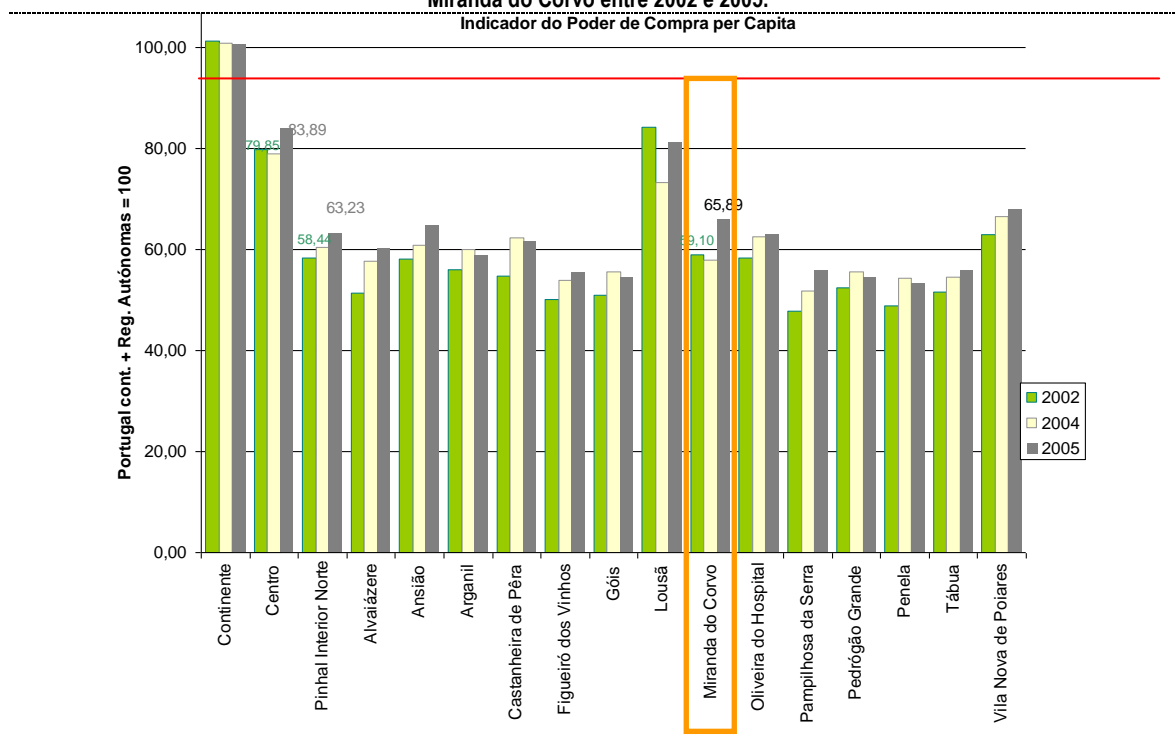
## 7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

### 7.1 Dados Gerais

O Instituto Nacional de Estatística não disponibiliza dados desagregados ao nível do Concelho no que concerne a quantificadores de rendimento ou o consumo das famílias. Como tal, a análise das dinâmicas económicas do Concelho de Miranda do Corvo é aqui levada a cabo com recurso ao Indicador do Poder de Compra *per capita*<sup>31</sup> (IPC). Desta forma é possível relativizar o poder de compra de que gozam os habitantes do Pinhal Interior Norte e do Concelho de Miranda do Corvo face à média nacional.

De acordo com os dados do INE, o Indicador do Poder de Compra (IpC) do Município de Miranda do Corvo tem em 2005 um valor inferior ao da média nacional, da Região Centro embora superior ao valor registado para a NUT III de referência – Pinhal Interior Norte. A evolução deste índice mostra que apesar de Portugal continental ter vindo a perder poder de compra, o mesmo não se verifica nem para o Pinhal Interior Norte, nem para o Concelho de Miranda do Corvo, pese embora o facto de serem bastante menores, os Indicadores do Poder de Compra para estes dois territórios.

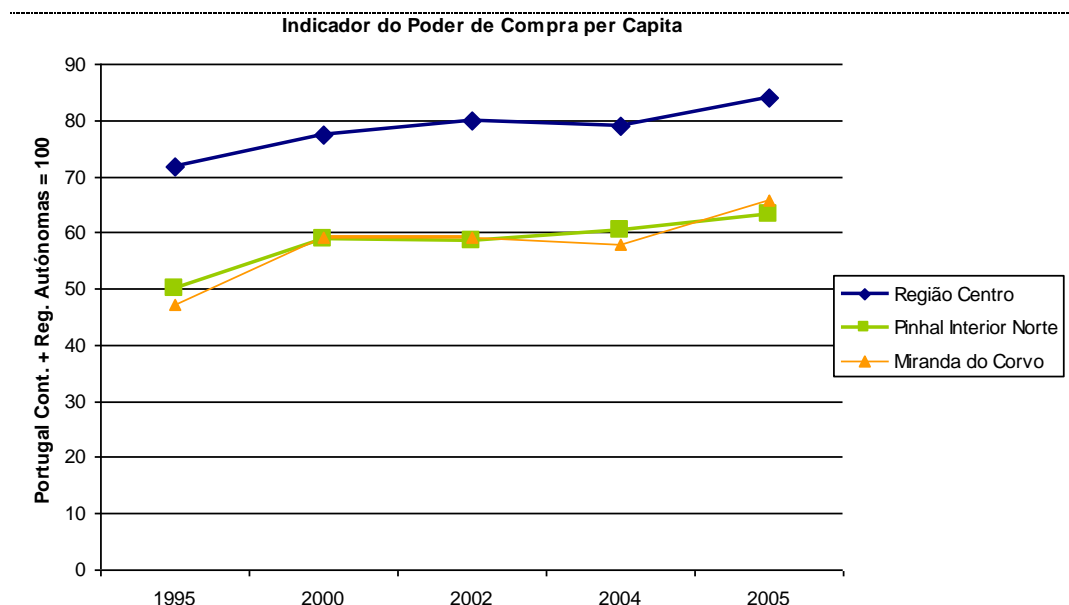
**Tabela 30. Evolução do Indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Miranda do Corvo entre 2002 e 2005.**



Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2002, 2004 e 2005.

<sup>31</sup> “Estudo sobre o poder de compra concelhio” - INE, 2005.

Em 2005, o poder de compra de Portugal Continental, situava-se nos 100,25, O Pinhal Interior Norte apresentava um valor de 63,23, e cada habitante do Concelho de Miranda do Corvo tinha um poder de compra médio de 65,89 relativamente ao valor de referência nacional.



**Figura 60. Evolução do Indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Miranda do Corvo entre 1995 e 2005.**

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 1995, 2000, 2002, 2004 e 2005.

De 1995 a 2005, este indicador sofreu uma evolução muito favorável. A variação face a 1995 foi de 25,5% no Concelho de Miranda do Corvo e de 20,94% no Pinhal Interior Norte, enquanto a Região Centro apenas registou um aumento na ordem dos 15 %.

**Apesar de ter visto subir os seus índices de poder de compra, fica patente que tanto o Concelho de Miranda do Corvo como a NUT III – Pinhal Interior Norte, enfrentam o desafio de dinamizar a sua economia, por forma a que haja geração e distribuição de riqueza, afim de conseguir elevar continuamente os rendimentos e por conseguinte o poder de compra das suas populações.**

## 7.2 Emprego

### 7.2.1 Taxa de actividade

Na década intercensitária de 1991 – 2001, a taxa de actividade <sup>32</sup> no Concelho de Miranda do Corvo evoluiu, de forma positiva, registando uma variação de 6,3 %, resultado de um significativo aumento da

<sup>32</sup> Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem, a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. (quociente entre o número total de activos e a população em idade de trabalhar)

taxa de actividade da população do sexo feminino. A taxa de actividade no Concelho de Miranda do Corvo era em 2001 superior à do Pinhal Interior Norte. Ainda assim, em ambas as escalas de análise, Concelho e Pinhal Interior Norte, os valores da taxa de actividade são inferiores aos registados no País. De referir a significativa diferença de 11,2 % entre as taxas de actividade do sexo masculino e feminino, no ano de 2001. **Fica aparente uma relativa debilidade quanto à participação por parte da população feminina no mercado laboral.**

Tabela 31. Taxa de actividade entre 1991 e 2001

Unidade Territorial	Taxa de actividade (%)						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42	3,6
Região Centro	41,6	52,3	31,6	45,5	52,9	38,6	3,9
Pinhal Interior Norte	36,3	47,6	26	41,9	49,8	34,5	5,6
Alvaiázere	33,5	45,4	23,1	34,6	45,3	25,0	1,1
Ansião	37,6	52,5	23,7	42	51,6	33,2	4,4
Arganil	34,8	45	25,6	43,2	52,3	34,8	8,4
Castanheira de Pera	37,9	46,1	30,5	38,7	46,3	31,8	0,8
Figueiró dos Vinhos	35,3	47,9	23,8	40,6	50,0	32,2	5,3
Góis	27,4	38,8	17,7	38,6	46,3	31,8	11,2
Lousã	40,1	51,0	30,0	47,8	54,2	41,7	7,7
Miranda do Corvo	39,7	50,8	28,9	46	51,7	40,5	6,3
Oliveira do Hospital	39,6	49,5	30,3	43	50,6	35,9	3,4
Pampilhosa da Serra	26,3	33,3	20,3	34,6	42,5	27,7	8,3
Pedrógão Grande	30,6	42,2	20,2	34,9	42,2	28,3	4,3
Penela	32,7	45,9	20,6	38,7	46,3	31,6	6
Tábua	37,1	47,4	27,6	40,0	48,0	32,5	2,9
Vila Nova de Poiares	37,9	51,4	25,7	44,4	52,2	37,2	6,5

HM – total( homens e mulheres) ; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001.

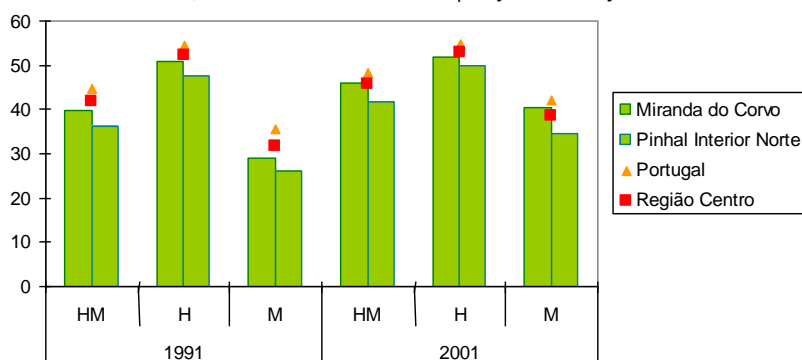


Figura 61. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 - 2001

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.



## 7.2.2 Desemprego

Quanto à taxa de desemprego, esta seguiu a mesma tendência que se verificou na taxa de actividade entre 1991 e 2001. Se por um lado esta última registou um ligeiro crescimento, a taxa de desemprego também aumentou. Em 2001, registava-se um aumento de 1,6 % face ao valor da taxa de desemprego de 1991, passando dos 3,7% para os 5,3%. Foi na população activa do sexo masculino que mais se fez sentir o desemprego tendo aumentado no período intercensitário em 1.3%. Na população activa do sexo feminino cresceu 1,1%.

Tabela 32. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001

Unidade Territorial	Taxa de desemprego						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	
<b>Portugal</b>	6,1	4,2	8,9	6,8	5,2	8,7	<b>0,7</b>
<b>Região Centro</b>	5,1	3,1	8,1	5,8	3,9	8,1	<b>0,7</b>
<b>Pinhal Interior Norte</b>	4,6	2,8	7,5	5,6	3,5	8,5	<b>1,0</b>
Alvaiázere	3,8	2,4	6,4	4,7	2,7	7,9	<b>0,9</b>
Ansião	4,7	2,9	8,5	4,9	2,7	8	<b>0,2</b>
Arganil	5,1	4,1	6,7	4,9	3,1	7,5	<b>-0,2</b>
Castanheira de Pera	8,1	5,3	12	16,6	10,1	25,1	<b>8,5</b>
Figueiró dos Vinhos	6,4	3,5	11,6	5,0	3,7	6,8	<b>-1,4</b>
Góis	5,6	1,6	13,1	5,5	2,8	8,9	<b>-0,1</b>
Lousã	7,4	4,2	12,5	6,3	3,6	9,5	<b>-1,1</b>
<b>Miranda do Corvo</b>	<b>3,7</b>	<b>2</b>	<b>6,6</b>	<b>5,3</b>	<b>3,3</b>	<b>7,7</b>	<b>1,6</b>
Oliveira do Hospital	3,4	2,2	5,1	4,6	3,1	6,5	<b>1,2</b>
Pampilhosa da Serra	3,7	3	4,7	3,3	2,8	4	<b>-0,4</b>
Pedrógão Grande	4,2	2,6	7,1	6,8	4,5	10	<b>2,6</b>
Penela	4,5	2,6	8,5	4,9	3,2	7,4	<b>0,4</b>
Tábua	2,8	2	4,2	6,7	4,6	9,6	<b>3,9</b>
Vila Nova de Poiares	3,6	2,1	6,2	6,9	3,6	11,1	<b>3,3</b>

HM – total( homens e mulheres) ; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos)

Atendendo a esta evolução, no entanto, Miranda do Corvo apresenta em 1991 e 2001 valores da taxa de desemprego inferiores ao registado no Pinhal Interior Norte e na Região Centro, facto que denota ainda assim uma situação do mercado de emprego relativamente positiva.

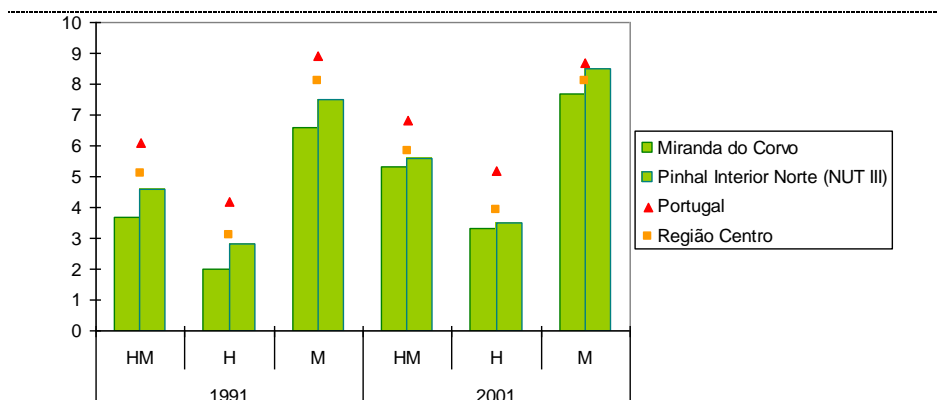


Figura 62. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 - 2001

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

Os dados mais recentes do INE (NUTS I e NUTS II), mostram que a taxa de desemprego tem aumentado, passando no início de 2009 a situar-se nos 6,7% na Região Centro, sendo que em 2001 era de 5,8%. Ainda assim, é um valor significativamente mais baixo quando comparado com a taxa de desemprego Nacional (8,9% no início de 2009).

Tabela 33. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro.

	Desemprego		
	1ºTrimestre-2008	4ºTrimestre-2008	1ºTrimestre-2009
Portugal	7,6	7,8	8,9
Centro	5,1	5,7	6,7

Fonte: INE

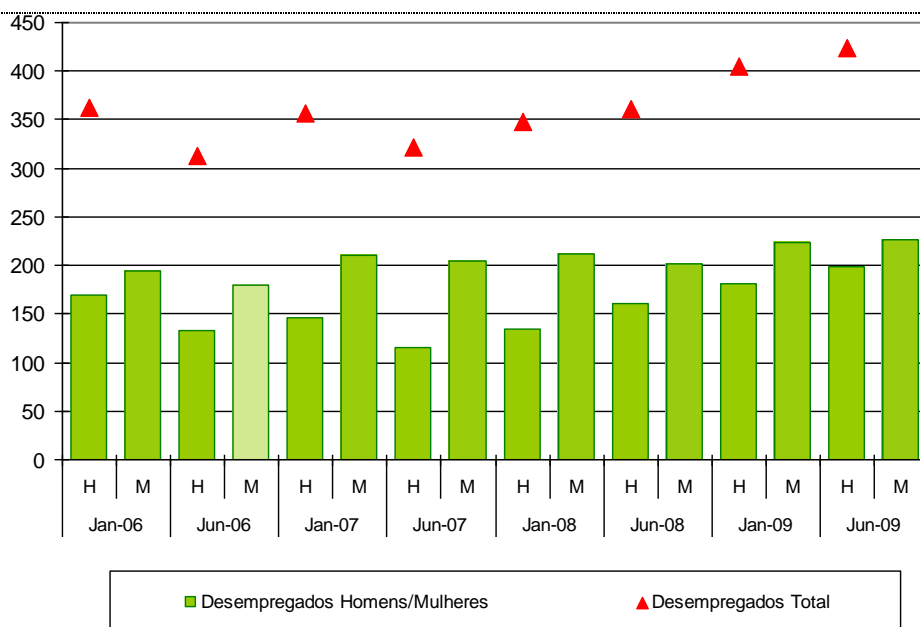


Figura 63. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho de Miranda do Corvo segundo o género

Fonte: IEFP.

Os dados mais recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), revelam que desde 2007 se tem verificado uma escalada do número de desempregados registados nesta instituição, face a

anos anteriores, embora os valores tenham sofrido oscilações no período em análise (2006-2009). O aumento de pessoas à procura de emprego foi mais notório na população do sexo masculino.

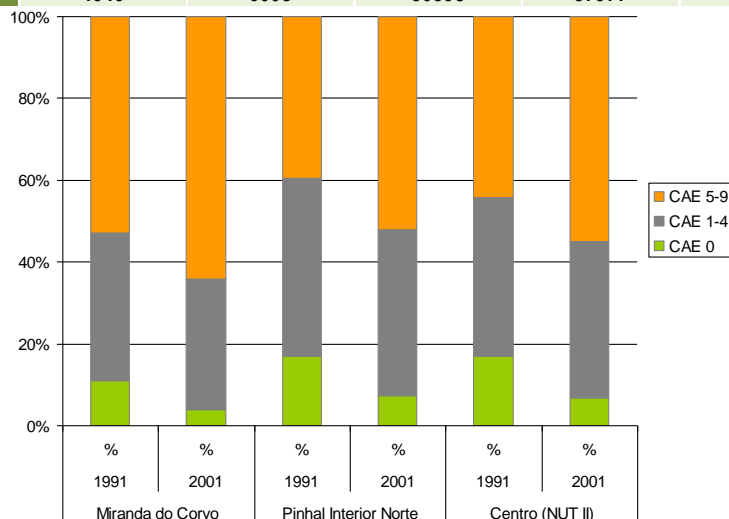
Consistente com o fenómeno registado no período intercensitário (1991-2001) é o facto da população activa feminina de Miranda do Corvo experienciar mais dificuldades no acesso ao emprego.

### 7.2.3 População empregada por sector de actividade

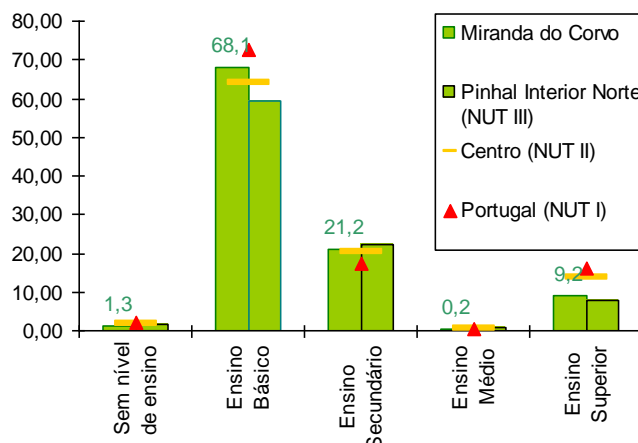
Acompanhando a tendência nacional, o Município de Miranda do Corvo tem vindo a registar um claro fenómeno de terciarização (Tabela 34), assumindo o respectivo sector uma representatividade de 64,23%. Este valor é, no entanto, inferior ao registado na Região Centro (55,08%) e no Pinhal interior Norte (52,00 %). O reforço significativo do emprego neste sector de actividade foi acompanhado por um decréscimo dos activos empregues em actividades do sector primário e secundário. O sector secundário, entre o período de 1991 e 2001 registou uma diminuição de aproximadamente 5,6 pontos percentuais. A maior variação deu-se, no entanto, no sector primário. De 486 activos passou para 224, representando uma variação de – 53,9%.

Tabela 34. População empregada por sector de actividade

	Miranda do Corvo				Pinhal Interior Norte				Centro (NUT II)			
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
CAE 0 ("Sector primário")	486	10,87	224	3,94	8176	16,94	3959	7,24	115515	17,05	68479	6,80
CAE 1-4 ("Sector secundário")	1617	36,18	1812	31,83	20970	43,45	22303	40,77	262869	38,80	383536	38,11
CAE 5-9 ("Sector terciário")	2366	52,94	3656	64,23	19119	39,61	28445	52,00	299118	44,15	554358	55,08
Total População Empregada	4469		5692		48265		54707		677502		1006373	
Total População Activa	4640		6008		50595		57977		712893		1067864	



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.



**Figura 64. População activa por nível de instrução**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

A análise ao nível de instrução da população residente empregada mostra que cerca de 68,1% dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 21,2% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário (Figura 64). Com o ensino superior concluído apenas existiam no Concelho de Miranda do Corvo, à data de fecho dos censos, 522 activos, cerca de 9,2% da população activa, percentagem ligeiramente superior à do Pinhal Interior Norte (7,8%).

**Tabela 35. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de ensino, 2006**

Unidade Territorial	Unidade: €			
	sem nível de ensino	ensino básico	Ensino secundário	ensino superior
Portugal (cont.)	590,54	724,47	1029,54	1890,97
Região Centro	574,94	698,92	865,04	1507,89
Pinhal Interior Norte	556,81	606,63	767,15	1312,16
Alvaiázere	524,75	654,09	731,62	1102,21
Ansião	661,90	621,36	774,44	1603,12
Arganil	557,74	582,93	792,29	1321,10
Castanheira de Pera	590,32	611,84	902,48	1329,54
Figueiró dos Vinhos	468,61	562,21	662,64	1083,31
Góis	465,18	569,53	783,59	1291,39
Lousã	472,28	659,52	821,75	1378,46
Miranda do Corvo	726,59	639,88	795,33	1042,18
Oliveira do Hospital	500,06	596,12	756,97	1157,90
Pampilhosa da Serra	...	557,81	759,73	1111,96
Pedrógão Grande	393,47	578,90	739,51	1335,61
Penela	536,95	589,77	700,92	1045,63
Tábua	478,20	555,53	698,74	1190,33
Vila Nova de Poiares	541,37	658,15	830,97	1358,88

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007 ; SPI

A Tabela 35 mostra o valor médio de rendimento de um trabalhador por conta de outrem consoante o seu nível de escolaridade (ano 2006). Verifica-se que no Concelho de Miranda do Corvo, estes valores são

substancialmente superiores aos das médias nacionais, da Região Centro e mesmo do Pinhal Interior Norte se se tratar de trabalhadores com os graus de ensino mais baixos (sem ensino/básico) ou secundário. Pelo contrário, um trabalhador com um grau superior de educação tem um rendimento inferior às médias regionais e nacional, com uma diferença negativa face à média de Portugal continental e do Pinhal Interior Norte de cerca de 848 € e 270 €, respectivamente.

#### 7.2.4 Emprego – síntese

Tanto o Concelho de Miranda do Corvo como o Pinhal Interior Norte apresentam em termos de emprego, um quadro denunciador de algumas debilidades. A População de Miranda do Corvo tem um poder de compra reduzido uma vez que afixa baixos rendimentos como consequência das suas baixas habilitações literárias, embora este seja, segundo os dados mais recentes, superior ao do Pinhal Interior Norte. O valor da taxa de actividade encontra-se acima dos valores regionais mas abaixo dos nacionais e a taxa de desemprego é relativamente elevada, ainda que o país e a região apresentem valores ligeiramente superiores. **O maior desafio reside na promoção da qualificação da população, e na criação de empregos que possibilitem um maior acesso por parte da população feminina ao mercado laboral.**

### 7.3 Dinâmica Empresarial

Explanadas as dinâmicas do Concelho de Miranda do Corvo em matéria de emprego, importa caracterizar o tecido empresarial, uma vez que estes são dois aspectos indissociáveis na avaliação da realidade económica de qualquer território.

Miranda do Corvo é um Concelho de marcado cariz rural e como tal caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de empresas com, uma média de menos de 10 unidades por km<sup>2</sup>.

Figura 65. Densidade de empresas (nº/km<sup>2</sup>)



Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Face a esta realidade interessa fazer uma análise à composição da estrutura económica existente.

O Instituto Nacional de Estatística providencia os dados necessários a esta análise, organizando-os pelos Códigos de Actividades Económicas (CAE).

Entre 1999 e 2006 verifica-se, um decréscimo no número total de empresas <sup>33</sup> sedeadas no Concelho (Tabela 36) sendo contudo, importante referir as sucessivas oscilações registadas neste período. O ano de 1999 foi o que registou o maior número de empresas. A este indicador contrapõe-se o aumento no número de sociedades<sup>34</sup>, (em mais de 66%) numa clara indicação de que, apesar de ser dominante a iniciativa individual, se começa a assistir a uma evolução em termos organizacionais da iniciativa empresarial.

**Tabela 36. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE<sup>35</sup> rev.2.**

Empresas												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total
1999	205	1	139	-	355	369	89	24	20	58	49	1 345
2000	203	1	137	-	356	362	84	28	20	58	48	1 329
2001	199	2	139	-	381	362	87	42	21	62	46	1341
2002	196	2	135	-	370	354	80	44	21	58	48	1308
2003	196	3	132	-	376	368	82	46	21	49	49	1322
2004	96	3	126	-	411	399	95	43	16	52	59	1300
2005	96	2	116	-	400	391	92	50	14	61	60	1282
2006	105	1	111	-	369	373	106	44	14	76	66	1265
<b>Menos 80 empresas = Diminuição de 5,95%</b>												
Sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total
1999	6	-	41	-	50	63	26	14	1	15	6	222
2000	6	-	40	-	54	63	24	18	1	16	6	228
2001	7	1	42	-	75	69	26	33	2	22	9	286
2002	7	1	42	-	77	72	23	35	2	20	11	290
2003	7	2	40	-	82	83	27	37	2	23	10	313
<b>Mais 147 sociedades = Aumento de 66,2%</b>												

<sup>33</sup> "Empresa – Entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais." (www.ine.pt).

<sup>34</sup> "Sociedade comercial: Sociedade que tem por objecto a prática de actos de comércio e que adopte um dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais. Podem ser anónimas, por quotas, em nome colectivo e em comandita (simples ou por acções)." (www.ine.pt).

<sup>35</sup> **Classificação das Actividades Económicas (CAE):**

N.I. - Não Identificada - Actividades mal definidas

A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

B - Pesca

C - Indústrias Extractivas

D - Indústrias Transformadoras

E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água

F - Construção

G - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

I - Transportes, Armazenagem e Comunicações

J - Actividades Financeiras

K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória

M - Educação

N - Saúde e Acção Social

O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

P - Famílias com Empregados Domésticos

Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

2004	8	2	39	-	86	88	24	34	2	25	14	322
2005	10	2	39	-	92	101	27	41	2	32	19	365
2006	11	1	42	-	87	105	29	35	2	40	17	369

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro

No universo das 1265 empresas existentes em 2006 (INE), 373 pertenciam a actividades de Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) e 369 a actividades de Construção (CAE F), o que mostra a forte tendência de terciarização também da iniciativa empresarial (em consonância com as tendências verificadas no mercado laboral). As Empresas ligadas às indústrias transformadoras (CAE D) estavam em 2006 representadas por 111 unidades. Saliente-se ainda a existência de um número significativo de empresas de alojamento e restauração (CAE H), 106 unidades.

No que diz respeito ao número de sociedades existe um impacto mais significativo das pertencentes também ao CAE G (sociedades de comércio), encontrando-se no segundo lugar em termos de representatividade as sociedades de construção (CAE F), seguidas das sociedades da Indústria Transformadora (CAE D).

Tabela 37. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sediadas no Concelho segundo a CAE rev.2.

Pessoal nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Nº de pessoas												Total
2000	20	...	488	-	388	242	75	30	...	40	17	1.303
2001	23	...	398	-	546	261	68	47	...	52	25	1.429
2002	27	...	400	-	534	271	74	66	...	66	39	1.501
2003	23	...	377	-	512	290	67	59	...	57	41	1.445
2004	32	...	384	-	513	323	69	70	...	53	55	1.530
2005	44	...	324	-	488	336	75	72	...	54	62	1.465
Volume de Vendas nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Milhares de €												Total
2000	1.189	...	21.657	-	32.599	30.272	2.027	1.495	...	1.883	454	91.772
2001	1.189	...	18.250	-	37.781	29.796	1.893	1.512	...	1.725	529	92.872
2002	1.140	...	17.551	-	37.314	31.524	2.092	1.965	...	2.036	657	96.333
2003	1.578	...	16.213	-	37.427	33.449	1.952	2.625	...	1.499	1.053	97.259
2004	1.704	...	14.803	-	38.689	35.976	2.320	3.466	...	1.496	1.246	103.417
2005	2.585	...	13.837	-	40.273	37.937	2.336	4.280	...	2.599	1.670	105.908

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro

As sociedades da construção (CAE F) empregavam em 2005, 488 pessoas, situando-se como o sector que mais empregos garantiu no Concelho e tinha vindo continuamente a aumentar o número de pessoas empregadas desde o ano 2000. Contudo em 2005, verifica-se uma ligeira perda de postos de trabalho. O segundo maior empregador é o sector do Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) que em 2005 garantia 336 empregos. As sociedades das indústrias transformadoras (CAE D) empregam o terceiro maior número de activos.



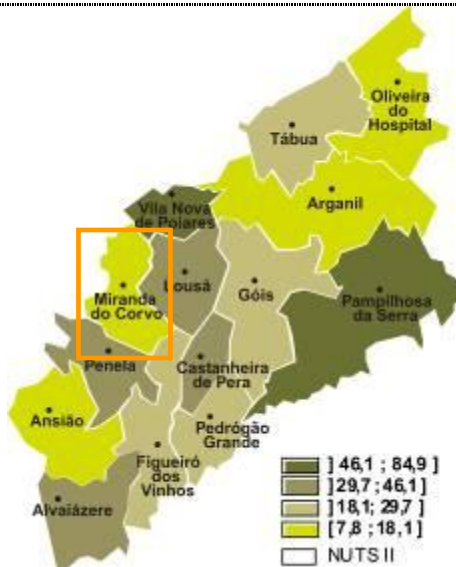


Figura 66. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas( % ) , 2006

Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas

Em sentido contrário à diminuição do número de empresas, o aumento do número de sociedades produziu uma correspondência no número dos seus postos de trabalho e também um contínuo crescimento do volume de vendas registados no intervalo 2000-2005. As 4 maiores empresas do Concelho de Miranda do Corvo são responsáveis por uma proporção do volume total de vendas gerado que varia entre os 7,8% e os 18,1% revelando que não há uma forte concentração da produção de riqueza e oportunidades de emprego num número relativamente pequeno de agentes económicos.

**As sociedades CAE F – Construção, são as responsáveis pelo maior valor de volume de vendas, logo seguidas pelas do sector do Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) O terceiro maior volume de vendas no Concelho de Miranda o Corvo é gerado pela laboração da Indústria Transformadora (CAE D).**

Importantes para o sector comercial no Concelho, são as intervenções e a execução de projectos específicos e dedicados por parte da Autarquia como o 'URBCOM – Projecto de Urbanismo Comercial de Miranda do Corvo' aprovados na 1ª Fase de Selecção, no âmbito do III QCA (Direcção-Geral das Actividades Económicas), contribuem positivamente para o processo de desenvolvimento sustentado nomeadamente no que diz respeito aos seus pilares sociais e económicos.

Ainda no que concerne as indústrias transformadoras e procedendo a uma análise mais detalhada deste sector, em 2005, existem três relevantes classes de indústrias transformadoras em Miranda do Corvo com volumes de vendas significativos: a Indústria Alimentar, de Bebidas e do Tabaco (CAE DA), com especial predominância nas actividades de panificação (*incl.* moagem de cereais), apresentando um volume de vendas na ordem dos 5476 mil €; a fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE DI) (relacionada com a indústria cerâmica) é responsável por um volume de vendas de 4229 mil €.

O sector das madeiras (CAE DD) é responsável, dentro do sector das indústrias transformadoras, pelo terceiro maior volume de vendas com 1097 mil €.

No sector Primário, a expressão do rural, na aceção de utilização agrícola e florestal, não pode reduzir-se aos valores da actividade económica formal uma vez que esta continua a assumir um papel relevante na socioeconomia, nomeadamente pela vertente da agricultura de subsistência e a pequena produção florestal, constituindo uma actividade complementar para grande parte das famílias residentes em Miranda do Corvo.

Provenientes do sector primário, saliente-se ainda as actividades artesanais e de produção endógena com maior potencial económico no Concelho: mel, castanha, vinho, azeite, entre outros. “...*Miranda do Corvo é*” também “*conhecida pelo título de ‘Capital da Chanfana’ graças ao esforço da autarquia na defesa e promoção da gastronomia à base da carne de cabra.*”<sup>36</sup>

### 7.3.1 Dinâmica empresarial – síntese

Verifica-se no Concelho, em termos de riqueza gerada, uma concentração das actividades económicas em 3 sectores preponderantes. O sector mais relevante é o das actividades comerciais, ocupando o sector da construção o segundo lugar. O sector das indústrias transformadoras tem no entanto conseguido manter alguma expressão em termos de emprego e de número de sociedades instaladas apesar de se situar apenas em 3º lugar no que concerne o volume de vendas gerado. A actividade mais representativa do sector será a cerâmica. Estes factos não obviam, no entanto, a evidente terciarização da economia nacional, regional e concelhia com o crescente número de empresas e sociedades a laborar no respectivo sector.

No sector Primário destaca-se o carácter informal de algumas actividades diferenciadoras, sobretudo no que diz respeito à obtenção e manufactura de produtos endógenos.

**Este Município revela ter dinamismo empresarial, no sector secundário e terciário, facto que se afigura como relativamente favorável do ponto de vista do conceito de sustentabilidade, especificamente no que diz respeito aos seus pilares sociais e económicos.**

## 7.4 Localização industrial

A localização constitui-se como um factor preponderante no sucesso do tecido empresarial / industrial de um território. Não é somente a localização física das zonas industriais que desempenha o papel mais importante. Esta vertente assegura que os espaços destinados à indústria se situem sobre eixos de

<sup>36</sup> <http://www.mirandadocorvo.com/>

confluência, gozando de boas acessibilidades e sejam servidos por todas as infra-estruturas básicas, mas é também necessário garantir os serviços de suporte à gestão e operacionalização das diferentes valências que aí possam existir. Outras dimensões, de carácter intangível contribuem igualmente para o correcto funcionamento e em última análise para a captação de investimento e promoção à instalação de unidades empresariais / industriais. Aspectos como a qualidade urbanística desses espaços, a capacidade de criação de sinergias, entre outros, com a rede de empresas / indústrias já instaladas, a estrutura social e a rede de ensino.

MUNICÍPIO	Zona empresarial	Entidade gestora	Natureza da actividade	Área total (m <sup>2</sup> )	Área ocupada (m <sup>2</sup> )	Número de empresas	Outros dados
Miranda do Corvo	Zona Industrial de Miranda do Corvo	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	Indústria / Comércio / Serviços	171.223	123.944	15	CEB (Centro de Biomassa para a Energia) AREAC (Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro)

Fonte: Associação Empresarial de Portugal – AEP

A Zona Industrial de Miranda do Corvo, localizada nas imediações do centro da Vila sede de Concelho, adveio da necessidade de disponibilizar lotes para a instalação de actividades industriais ainda na década de 80 do século passado. Esta infra-estrutura reflecte a corrente da época, traduzindo-se num produto territorial pouco qualificado. A Zona Industrial de Miranda do Corvo encontra-se perto da sua capacidade máxima de resposta para novos pedidos de localização empresarial pelo que tem sido equacionado o projecto para a criação de uma nova área de localização empresarial – Zona Industrial de Vale Marelo<sup>37</sup>;

16

A Zona Industrial de Vale Marelo localiza-se na freguesia de Semide prevendo-se ocupar uma área de 9,6ha, com 35 lotes para indústria, serviços e comércio<sup>38</sup>. Está a decorrer a requalificação e alargamento da Zona Industrial de Miranda do Corvo, e consagra no seu projecto a criação de uma incubadora de empresas, com o desígnio de apoiar os jovens e novos empresários, bem como de captar investimentos com maior índole tecnológica e de inovação.

Com a criação de uma incubadora e a disponibilização de novos espaços industriais, fica aberto o caminho para o empreendedorismo, inovação e competitividade do tecido económico de Miranda do Corvo.

<sup>37</sup> PD ICE - Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Miranda do Corvo, SPI - 2006

<sup>38</sup> <http://www.mirandacorvo.com/index.php?pagina=noticias&id=112>

## 8. GOVERNAÇÃO

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira global da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, assim como a evolução das receitas e despesas na área do ambiente, cultura e desporto. Pretende-se ainda analisar o orçamento municipal, instrumento de planificação, como forma de averiguar os objectivos definidos pela autarquia. Para possibilitar o conhecimento das acções co-financiadas por instrumentos de financiamento (nacionais e comunitários), examinam-se as acções mais estruturantes que mereceram financiamento e em que domínios de intervenção. A dinâmica associativa, sendo considerada para além de outros aspectos, uma boa prática de participação dos cidadãos na governação local, é explanada com o objectivo de compreender as suas dinâmicas no Concelho. Por último analisa-se a participação cívica à luz da afluência da população aos actos eleitorais/referendo assim como ao nível da participação de elementos do sexo feminino na vida política do Concelho.

### 8.1 Finanças locais

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, no que respeita à evolução das receitas e no quadro das despesas.

Segundo a Revista “Miranda Municipal – Miranda do Corvo” (2009), no relatório de gestão e contas referentes a 2008, ressalta o volume de execução de obras, nomeadamente ao nível de **acessibilidades, educação, saneamento e requalificação urbana**. Revela ainda que o orçamento de receita e despesa foi concretizado em 66,93% e 61,64%, respectivamente.

**Tabela 38. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Miranda do Corvo.**

RECEITAS		2007	2008
RECEITAS CORRENTES		14.696.785,00	6.492.552,97
Das quais	Impostos Directos	967.221,21	1.093.050,81
	Impostos indirectos	41.957,50	22.136,00
	Taxas, Multas e outras penalidades	139.693,53	124.541,41
	Rendimentos de propriedade	295.253,86	310.584,85
	Transferências correntes	3.335.675,64	3.664.119,30
	Vendas de bens e serviços	1.161.541,46	1.254.384,78
	Outras receitas correntes	25.858,20	23.735,82
RECEITAS DE CAPITAL		2.203.845,52	3.807.569,15
Das quais	Venda de bens de investimento	19.713,00	55.693,75
	Transferências de capital	2.184.132,52	2.361.875,40
	Passivos financeiros	0	1.390.000,00
	Outras receitas de capital	0	0
RECEITA TOTAL		8.307.000,67	10.515.451,68
DESPESAS		2007	2008
DESPESAS CORRENTES		5.029.607,27	5.958.270,41
Das quais:	Despesas com pessoal	1.390.000,00	2.619.771,99
	Aquisição de bens e serviços	1.983.240,24	2.800.382,40
	Encargos da dívida	168.069,49	181.104,93
	Transferências correntes e subsídios	209.417,64	255.208,89
	Outras despesas correntes	106.743,06	101.802,20
DESPESAS DE CAPITAL		3.102.377,60	3.725.709,37
Das quais:	Aquisição de Bens de Capital	2.461.384,20	3.032.705,28
	Transferências de Capital	138.718,10	251.356,49
	Activos Financeiros	0	0
	Amortização de empréstimos	495.114,93	441.467,60
	Outras despesas de capital	7.160,37	180,00
TOTAL DESPESAS		8.131.984,87	9.683.979,78

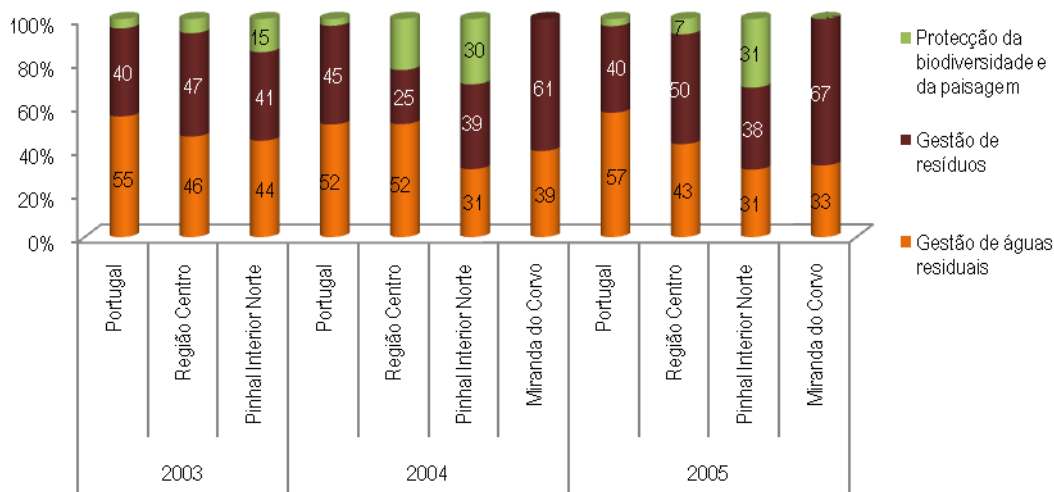
Fonte: Relatório de Gestão 2008, Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Segundo o Relatório de Gestão 2008, a evolução da receita corrente tem tido uma evolução positiva e assim como as receitas de capital. Em relação às receitas de capital, 62,03% corresponde à rubrica Transferências de Capital sendo que 40,61% teve origem no Orçamento de Estado e 21,42% na comparticipação em projectos candidatados. Verificou-se ainda que 56,44% da receita corrente total ocorreu na rubrica de Transferências Correntes distribuídas entre transferências do Orçamento de Estado e transferências por conta de candidaturas e vários protocolos (42,11% e 14,32% respectivamente).

A evolução da despesa corrente tem sido mais ou menos constante, havendo no último ano (2008) um ligeiro aumento resultante de um esforço no cumprimento das obrigações para com os fornecedores, tendo diminuído a dívida a fornecedores no final do ano em consideração. O aumento verificado nas despesas de capital rondou os 21%, face ao ano anterior e resulta de uma maior execução financeira de muitos projectos cuja execução física, maioritariamente, já tinha sido iniciada em anos anteriores.

Ainda neste contexto relativo às finanças locais, pretende-se analisar a contribuição da Câmara Municipal na gestão e protecção do ambiente, no desporto e na cultura, averiguando o nível de preocupação com estas matérias âncoras da sustentabilidade.

Tendo por base a informação disponibilizada pelo INE, apresenta-se nas figuras seguintes a evolução das receitas e despesas municipais em matéria de ambiente, que, de acordo com este instituto, estão divididas em três áreas: gestão de águas residuais, gestão de resíduos e protecção da biodiversidade e da paisagem.



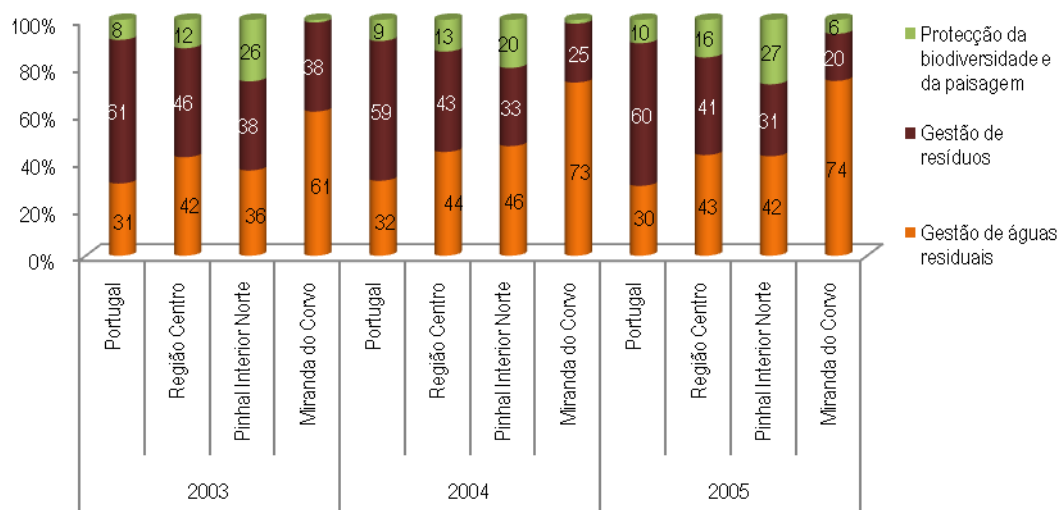
**Figura 67. Distribuição da receita municipal na área do ambiente.**

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

As receitas da Câmara Municipal de Miranda do Corvo em matéria de ambiente são apresentadas pelos temas água, resíduos e biodiversidade/paisagem. Em 2004 e 2005, verifica-se que o Município de Miranda do Corvo não apresenta receitas no domínio da protecção da biodiversidade e da paisagem.

As receitas municipais de gestão de resíduos provêm da aplicação de tarifas pela prestação de serviços de recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos. Na gestão de resíduos do Município é perceptível que a receita neste domínio manteve-se em 2004 e 2005 nos 60% face ao total das receitas.

As receitas da Câmara Municipal da Miranda do Corvo, relativas à gestão de águas residuais devem-se à aplicação da tarifa de saneamento, sendo segundo os dados apresentados inferiores às receitas provenientes da gestão de resíduos, nos anos de 2004 e 2005.

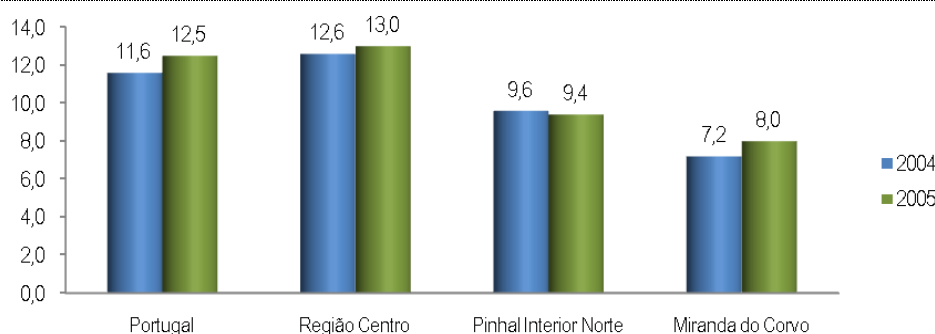


**Figura 68. Distribuição da despesa municipal na área do ambiente.**

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

Ao nível das despesas municipais em matéria de ambiente, as despesas de gestão de águas residuais atingem as maiores percentagens (acima dos 50%) nos respectivos anos em análise, valores estes superiores ao que sucede a nível nacional, regional e sub-regional. Relativamente à protecção da biodiversidade e da paisagem, apenas no ano de 2005 se observa um crescimento da despesa neste domínio, embora com um valor muito inferior (6%) quando comparado com as unidades territoriais em análise (Portugal - 10%), Região Centro – 16% e Pinhal Interior Norte – 27%).

Entre os sectores com competências atribuídas às autarquias encontram-se o da cultura e o desporto. Uma das possíveis abordagens do impacto destes sectores, refere-se à evolução da respectiva despesa que de seguida se pretende analisar.



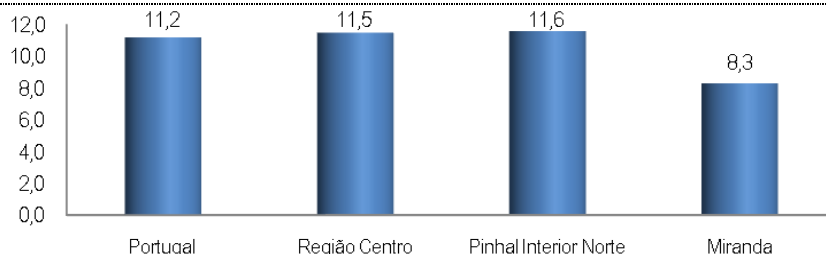
**Figura 69. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa.**

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2005 a 2006.

A figura anterior mostra as despesas do Município de Miranda do Corvo em actividades culturais no total da despesa, assim como ao nível do Pinhal Interior Norte, da Região Centro e de Portugal.



Da análise da figura ressalta que o Município de Miranda do Corvo comparativamente com as outras unidades territoriais em análise tem despendido muito pouco neste domínio – 8,3% em 2006. Contudo de 2004 para 2006 estas despesas aumentaram 1,1%.



**Figura 70. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano 2006.**

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2007.

Da análise da figura anterior constata-se as despesas em cultura e desporto no Concelho de Miranda do Corvo em 2007 são inferiores comparativamente com as despesas ao nível do Pinhal Interior Norte, Região Centro e a nível nacional.

## 8.2 Orçamento

De acordo com o orçamento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo referente ao ano de 2009, está previsto um cálculo de 17.872.760€, ou seja, mais de 21,61% face ao orçamento de 2008. Pela análise da Tabela, verifica-se que as receitas de capital previstas para 2009 representam 61,9% da receita total do Município, enquanto as receitas correntes previstas para 2009 correspondem a 38,1%, acompanhando a tendência do ano anterior.

Importa também referir que é através da venda de bens de investimento (terrenos e edifícios) que o Município prevê obter 34,7% do total da receita. Face ao orçamento de 2008, as vendas de bens de investimento no orçamento de 2009 aumentaram cerca de 17,2%.

**Tabela 39. Orçamento das Receitas e das Despesas da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.**

Orçamento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo	2008		2009	
	€	%	€	%
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>14.696.785</b>	<b>100</b>	<b>17.872.760</b>	<b>100</b>
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>6.486.980</b>	<b>44,1</b>	<b>6.805.910</b>	<b>38,1</b>
Impostos Directos	980.450	6,7	1.081.350	6,1
Impostos indirectos	48.700	0,3	45.960	0,3
Taxas, multas e outras penalidades	157.900	1,1	142.800	0,8
Rendimento da propriedade	369.300	2,5	362.000	2
Transferências correntes	3.761.830	25,6	3.775.187	21,1
Venda de bens e serviços correntes	1.136.700	7,7	1.362.063	7,6
Outras receitas correntes	32.100	0,2	36.550	0,2
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>8.209.805</b>	<b>55,9</b>	<b>11.066.850</b>	<b>61,9</b>
Venda de bens de investimento	5.295.685	36	6.204.677	34,7
Transferências de capital	2.908.120	19,8	4.037.173	22,6
Passivos financeiros	-	-	810.000	4,5
Outras receitas de capital	6.000	0	15.000	0,1
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>14.696.785</b>	<b>100</b>	<b>17.872.760</b>	<b>100</b>
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>6.989.970</b>	<b>77,8</b>	<b>6.805.910</b>	<b>38,1</b>
Juros e outros encargos	188.750	-	-	-
Activos financeiros	4.000	-	-	-
Passivos financeiros	508.500	-	-	-
Despesas com pessoal	2.893.800	14,2	3.067.800	17,1
Aquisição de bens e serviços	2.875.200	35,6	3.003.150	16,8
Juros e outros encargos	-	-	240.200	1,3
Transferências correntes	374.120	21,5	379.760	2,1
Subsídios	35.100	2	12.500	0,1
Outras despesas correntes	110.500	4,4	102.500	0,6
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>7.706.815</b>	<b>22,2</b>	<b>11.066.850</b>	<b>61,9</b>
Aquisição de bens de capital	7.332.415	0,6	10.150.100	56,8
Transferências de capital	372.400	21,4	311.000	1,7
Activos financeiros	-	-	12.250	0,1
Passivos financeiros	-	-	591.500	3,3
Outras despesas de capital	2.000	0,1	2.000	0

Fonte: [www.cm-mirandadocorvo.pt](http://www.cm-mirandadocorvo.pt)  
(Orçamento 2008 e 2009 – Câmara Municipal de Miranda do Corvo).

Relativamente às despesas do Município, como é possível observar na tabela anterior as despesas de capital representam 61,9% da despesa total e as despesas correntes representam 38,1%. **As despesas mais significativas destinam-se à aquisição de bens de capital (56,8%), como por exemplo escolas, viadutos e obras complementares, sistemas de drenagem de águas residuais e parques/jardins.**

Está previsto no orçamento de 2009 uma diminuição considerável das despesas correntes (-39,7%) e um aumento das despesas capital (+39,7%).

### 8.2.1 Orçamento - síntese

O orçamento de 2009 do Município de Miranda do Corvo contempla várias obras que se encontravam em desenvolvimento no ano 2008 e que se pretende dar continuidade, nomeadamente arranjos dos espaços verdes, melhoria ao nível do saneamento e rede de águas, investimento na zona de lazer da Quinta da Paiva e Casa dos Reis em Vila Nova, requalificação e criação de novos lotes industriais, melhoria nas acessibilidades, a construção do novo Centro Educativo de Miranda do Corvo e o edifício Multiserviços de Semide, obras na zona industrial da Pereira e criação de novos lotes industriais, entre outras.

## 8.3 Financiamentos Comunitários

Neste ponto pretende-se averiguar quais os instrumentos de financiamento que suportam a actividade da autarquia e que visam otimizar os recursos financeiros à disposição do Município e potenciar a sua capacidade de intervenção.

*“A política de coesão económica e social produz efeitos positivos nos territórios em dificuldade da União Europeia. No entanto, continuam a subsistir grandes disparidades socioeconómicas entre os Estados-Membros e entre as Regiões. Estas diferenças de riqueza e de dinamismo têm origem nas deficiências estruturais em certos factores-chave de competitividade, como os investimentos em infra-estruturas materiais, a inovação e os recursos humanos. Os Estados-Membros e as Regiões têm, por conseguinte, **necessidade do apoio das políticas comunitárias para superar as suas deficiências, desenvolver as suas vantagens comparativas e evoluir de uma forma mais positiva num ambiente cada vez mais concorrencial**”.*

Fonte: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/review\\_and\\_future/g24006\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/review_and_future/g24006_pt.htm)

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo recebeu no ano de 2008 participações para os seguintes projectos candidatados: “EN 342 – Pavimentação entre Miranda do Corvo e Lousã”, “Requalificação da aldeia de Gondramaz”, “Novos Arruamentos – Ligação da Av. P. Américo/R. 25 de Abril”, “Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva - 1ª fase”, Pavimentação dos arruamentos em Lamas e rectificação do troço de ligação por Pousafoles entre Lamas e a EN 110; “Pavimentação da Estrada Urzelhe/Lobases”, “Rectificação, alargamento e pavimentação da EM 633 - Moinhos /Trémua”, “Requalificação Urbana da Vila de Miranda do Corvo”, “Requalificação da aldeia do Sr. Da Serra”, “Comparticipação PO Centro-Pinhal Interior-Sul Acção 3,4 Apoio à Prevenção de Riscos provocados

pelos Agentes Bióticos e Abióticos”, “Casa dos Reis – Centro Ambiental, Cultural e Social”, “Praia Fluvial de Segade” e o “Caminho Rural Sr. Da Serra a Coenços de Cima”.

Pode-se concluir que ao abrigo dos financiamentos comunitários, Câmara Municipal destaca 13 candidaturas elaboradas. Foram realizados investimentos na rede viária, preservação e valorização ambiental e na requalificação urbana.

#### 8.4 Dinâmica Associativa

O Concelho de Miranda do Corvo caracteriza-se, entre muitos aspectos, por um associativismo bastante expressivo e dinâmico, o que constitui dado relevante e importante para o seu desenvolvimento e identidade.

Tabela 40. Distribuição das associações do Concelho de Miranda do Corvo, por freguesia.

Freguesias	Associação
Lamas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Grupo de Jovens de Lamas;</li> <li>– Associação de Melhoramentos de Urzelhe e Azenha;</li> <li>– Baco Boy Clube de Lamas;</li> </ul>
Miranda do Corvo	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Agrupamento n.º 859 do Corpo Nacional de Escutas;</li> <li>– Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Juventude do Espinho (Jovens Gaiteros do Espinho);</li> <li>– Associação de Jovens Amigos – AJA ADFP;</li> <li>– Associação de Jovens de Vila Flôr Meroucinos;</li> <li>– Centro Juvenil dos Moinhos;</li> <li>– União Juvenil do Espinho;</li> <li>– Associação de Antigos Gaiatos e Familiares Centro;</li> <li>– Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Tábuas;</li> <li>– Associação Cultural e Desenvolvimento do Fraldeu;</li> <li>– Associação Cultural e Desportiva da Sandoeira;</li> <li>– Associação Desportiva e Cultural da Chapinha, Tróia, Roçao e Moita;</li> <li>– Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo;</li> <li>– Associação Cultural e Recreio de Lobazes;</li> <li>– Associação Cultural e Recreio de Vendas da Serra;</li> <li>– Associação de Jovens Amigos da ADFP;</li> <li>– Associação de Moradores Bubau e Pinheiro;</li> <li>– Associação de Moradores das Meãs;</li> <li>– Associação de Moradores de Godinhela;</li> <li>– Associação de Moradores do Bairro Novo;</li> <li>– Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional;</li> <li>– Associação Recreativa Cultural e Desportivo do Montoiro;</li> <li>– Associação Recreativa Cultural e Desportivo de Vale do Açor;</li> <li>– Associação Teatral de Miranda do Corvo – Filhos do Palco</li> <li>– Centro Cultural Os Oleiros do Carapinhal;</li> <li>– Casa do Gaiato de Miranda do Corvo;</li> <li>– Casa do Povo de Miranda do Corvo;</li> <li>– Centro Cultural dos Moinhos;</li> </ul>
Rio Vide	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Liga Regional Riovidense;</li> <li>– Associação da Juventude da Freguesia de Rio de Vide;</li> <li>– Associação Recreativa Cultural e Desportivo da Pedreira, Póvoa e Casal Fato;</li> <li>– Associação Progresso e Cultural de Vale da Silva;</li> <li>– Centro Associativo de S. Mateus;</li> </ul>
Semide	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Grupo de Jovens de Segade;</li> <li>– Associação Desportiva Cultural e Recreativa da Freguesia de Semide;</li> <li>– Associação Recreativa Cultural Desportiva de Vale Marelo;</li> <li>– Associação Antigos Alunos Escola Profissional Agt de Semide;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Associação Cultural Recreativa de Segade;</li> <li>– Associação Cultural Desportiva da Lata;</li> <li>– Associação Recreativa Cultural e Desportiva do Senhor da Serra;</li> <li>– Associação Sócio-Cultural para o Progresso e Desenvolvimento de Braços;</li> <li>– Associação de Melhoramentos Cultural e Desportiva de Gaiate;</li> <li>– Associação Recreativa de Vale Colmeias;</li> <li>– Cáritas Diocesana de Coimbra;</li> <li>– Casa de Convívio Bracense;</li> <li>– Casa Recreativa Cultural e Associativa Caça e Pesca da Ribeira de Semide;</li> <li>– Casa Recreativa Cultural Desportiva das Cortes Povo das Cortes;</li> <li>– Casa Recreativa e Cultural Granja de Semide;</li> </ul>
<b>Vila Nova</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Associação Cultural e Desportiva da Sandoeira, Zorro, Favais, Vale Judeus e Pisão;</li> <li>– Associação Amigos do Pisão de Vila Nova;</li> <li>– Associação de Caçadores de Vale Arinto;</li> <li>– Associação de Jovens de Vila Flôr e Meroucinhos;</li> <li>– Associação Melhoramentos de Supegal, Souravas e Cardeal;</li> <li>– Associação Moradores do Lugar da Corujeira;</li> <li>– Associação Recreativa e Cultural do Torno;</li> <li>– CADEC - Centro de Animação, Desportiva e Cultural.</li> </ul>

Fonte: Pré-Diagnóstico Social de Miranda do Corvo.

## 8.5 Participação Cívica

Neste ponto da participação cívica, pretende-se analisar especificamente a participação eleitoral dos cidadãos do Concelho de Miranda do Corvo em vários actos eleitorais e referendo.

Tabela 41. Participação eleitoral dos cidadãos de Miranda do Corvo.

	Inscritos	Votantes		Abstenções	
	Nº	Nº	%	Nº	%
<b>Eleições para o Parlamento Europeu 2004</b>					
<b>Portugal</b>	8748600	3394356	38,8	5354244	61,2
<b>Miranda do Corvo</b>	10521	3908	37,1	6613	62,9
Lamas	842	302	35,9	540	64,1
Miranda do Corvo	5406	2035	37,6	3371	62,4
Rio Vide	822	319	38,8	503	61,2
Semide	2386	801	33,6	1585	66,4
Vila Nova	1065	451	42,3	614	57,7
<b>Eleição Autárquica 2005</b>					
<b>Portugal</b>	8840223	5390571	61,0	3449652	39,0
<b>Miranda do Corvo</b>	10591	7412	70,0	3179	30,0
Lamas	842	613	72,8	229	27,2
Miranda do Corvo	5484	3812	69,5	1672	30,5
Rio Vide	825	624	75,6	201	24,4
Semide	2363	1555	65,8	808	34,2
Vila Nova	1077	808	75,0	269	25,0
<b>Eleição Presidencial 2006</b>					
<b>Portugal</b>	8835237	5531265	62,6	3303972	37,4
<b>Miranda do Corvo</b>	10629	6606	62,2	4023	37,8

Lamas	839	508	60,5	331	39,5
Miranda do Corvo	5522	3459	62,6	2063	37,4
Rio Vide	830	524	63,1	306	36,9
Semide	2374	1419	59,8	955	40,2
Vila Nova	1064	696	65,4	368	34,6
<b>Referendo 2007 - Interrupção voluntária da gravidez</b>					
<b>Miranda do Corvo</b>	10632	4070	38,3	6562	61,7
Lamas	836	322	38,5	514	61,5
Miranda do Corvo	5551	2279	41,1	3272	58,9
Rio Vide	817	279	34,1	538	65,9
Semide	2367	728	30,8	1639	69,2
Vila Nova	1061	462	43,5	599	56,5
<b>Eleição Legislativa - 2009</b>					
<b>Portugal</b>	9347315	5658495	60,5	3688820	39,5
<b>Miranda do Corvo</b>	11196	6815	60,9	4381	39,1
Lamas	819	538	65,7	281	34,3
Miranda do Corvo	6051	3647	60,3	2404	39,7
Rio Vide	785	523	66,6	262	33,4
Semide	2500	1410	56,4	1090	43,6
Vila Nova	1041	697	67,0	344	33,0
<b>Eleição Autárquica - 2009</b>					
<b>Portugal</b>	9376408	5532578	59,0	3843830	41,0
<b>Miranda do Corvo</b>	13029	8192	62,9	4837	37,1
Lamas	826	602	72,9	224	27,1
Miranda do Corvo	6060	3874	63,9	2186	36,1
Rio Vide	787	576	73,2	211	26,8
Semide	2501	1497	59,9	1004	40,1
Vila Nova	1041	756	72,6	285	27,4

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt/>

Nas eleições para o parlamento europeu em 2004, a afluência de votantes no Concelho de Miranda do Corvo foi inferior à verificada a nível nacional. Contudo a Freguesia de Vila Nova apresenta valores de participação superiores à média concelhia – 42,3.

Na eleição autárquica de 2005 a afluência de eleitores no Concelho foi superior à média nacional – 70,0%, cifrando-se a abstenção em valores inferiores à média nacional – 30,0%. Nas eleições presidenciais de 2006, os valores de participação baixaram para 62,2%, sendo estes ligeiramente inferiores face à média nacional (62,6%).

Por outro lado, relativamente ao Referendo de 2007 – Interrupção Voluntária da Gravidez, Miranda do Corvo registou uma abstenção significativa de 61,7%, apesar de algumas freguesias apresentarem valores de participação superiores, tais como Vila Nova (43,5%).

Relativamente às eleições legislativas de 2009, o panorama é semelhante à eleição autárquica de 2005, com uma descida nos valores de participação – 60,9% (superior à média nacional) e valores de abstenção ligeiramente inferiores à média nacional – 39,1%.

Desde a eleição autárquica de 2005 até às eleições legislativas de 2009, observa-se um aumento do número de população inscrita. Contudo, a diminuição da afluência de eleitores do Concelho é uma realidade.

Quanto à eleição autárquica de 2009, os valores de abstenção baixaram cerca de 2% face às últimas eleições (legislativas 2009) e os níveis de afluência de eleitores representaram o segundo melhor resultado desde as autárquicas de 2005, com 62,9% de votantes.

Relativamente à presença de elementos do sexo feminino na vida política activa concelhia, pode verificar-se que as mulheres apresentam desde já uma representatividade significativa na Assembleia Municipal. Este sector apresenta uma percentagem 19,23%, correspondendo a 5 mulheres em 26 elementos.

No entanto, a percepção local aponta para **índices de participação extremamente baixos nos eventos de discussão pública de interesse para a comunidade**, nomeadamente as assembleias municipais e a discussão sobre o traçado do Metro Mondego. Ainda de acordo com a população local, este desinteresse é particularmente evidente na população jovem.

#### 8.5.1 Participação cívica - síntese

O nível de afluência aos actos eleitorais apresenta-se positivo, dado que em todos os actos eleitorais aqui analisados (eleição autárquica 2005, eleição presidencial 2006, eleição legislativa 2009 e eleição autárquica 2009), os níveis de participação da população do Concelho foram sempre superiores à média nacional. Contudo estes valores desceram consideravelmente no período de 2005-2009 (legislativas), com uma ligeira subida nas autárquicas de 2009.

A presença de elementos do sexo feminino na vida política activa concelhia é suportada com a presença destes elementos na assembleia municipal. Segundo a Lei da Paridade “as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.” De acordo com esta lei, o Município de Miranda do Corvo revela alguma fragilidade, sendo necessário introduzir algumas mudanças que assegurem a igualdade de género e uma sociedade mais justa.

Finalmente, a população não demonstra interesse em participar nas discussões públicas relevantes para a comunidade, como a assembleia municipal e o Metro Mondego.



## 9. ANÁLISE SWOT

A elaboração do Plano de Acção da Agenda 21 Local de Miranda do Corvo pressupõe o conhecimento e reflexão sobre as potencialidades e constrangimentos do Concelho como ponto de partida para a formulação de acções concretas.

A identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria alicerça-se no conhecimento vertido da elaboração do presente documento, a que acresce a informação resultante dos diversos momentos de reflexão e participação pública - fórum participativo, entrevistas, inquéritos, etc.

Tendo em conta a abrangência de áreas de intervenção de uma Agenda 21 Local, a identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria encontra-se repartida pelos seguintes domínios:

- I. Área Social;
- II. Natureza e Gestão Ambiental;
- III. Educação/Formação;
- IV. Economia/Emprego;
- V. Mobilidade e Acessibilidade;
- VI. Comunidade e Cultura.

Tabela 42. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho de Miranda do Corvo.

I. ÁREA SOCIAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<b>SALDO MIGRATÓRIO</b> As taxas de crescimento têm origem essencialmente no saldo migratório positivo, que faz com que a faixa etária dos 25 aos 64 anos (que compõe o grosso da população activa) constitua a parcela da população de maior crescimento populacional.	<b>INSUFICIÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PESSOAS IDOSAS E INCAPACITADAS</b> Não existem no Concelho equipamentos que possam dar resposta a idosos dependentes. Para a população idosa em geral verifica-se uma insuficiência das respostas institucionais.
<b>REDE SOCIAL DE MIRANDA DO CORVO</b> As principais instituições públicas e privadas encontram-se articuladas através da Rede Social de Miranda do Corvo. Constitui um instrumento concreto para "combater a pobreza e exclusão social, problemas sociais não sinalizados e, de certo modo, a ausência ou a pouca articulação entre entidades com intervenção no mesmo território".	<b>INSUFICIÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS</b> A oferta local em termos de creches é insuficiente para responder às necessidades sociais. Além disso, os horários de abertura/fecho não se encontram em sintonia com os horários de trabalho.
<b>IPSS (ADFP, SANTA CASA SEMIDE, CASA DO GAIATO, CÁRITAS DIOCESANA, LAR DR. CLEMENTE DE CARVALHO)</b> As estruturas locais de apoio social permitem a cobertura em termos de apoio a idosos e a pessoas com deficiência.	<b>OBSTÁCULOS À ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS</b> Persistem obstáculos à mobilidade de pessoas incapacitadas ou de mobilidade reduzida nos edifícios públicos e no espaço público.
<b>PROJECTOS COMPLEMENTARES DE APOIO SOCIAL</b> Têm sido desenvolvidos alguns projectos ao nível municipal: Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão, o "Cartão do Idoso", "Levanta-te contra a Pobreza" e a "Semana do Idoso".	<b>INSUFICIÊNCIA NOS CUIDADOS DE SAÚDE</b> As extensões de saúde não têm pessoal médico próprio, funcionando apenas "uma ou duas vezes por semana", consubstanciando lacunas de resposta às necessidades da população, tanto em termos de pessoal médico como em termos de horários de atendimento.
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b> Verificam-se níveis baixos de criminalidade, no contexto regional e Nacional.	

<b>REDE DE CIDADES SAUDÁVEIS</b> O Município de Miranda do Corvo faz parte da Rede de Cidades Saudáveis (uma associação de municípios de âmbito nacional que visa promover a saúde para todos).	
<b>APOSTA MUNICIPAL NA ACÇÃO SOCIAL</b> O Município de Miranda do Corvo tem vindo a desenvolver um programa de intervenção claramente direccionado para a área social.	
II. NATUREZA E GESTÃO AMBIENTAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<b>REDE NATURA 2000 DA SERRA DA LOUSÃ</b> Os espaços do Sítio da Rede Natura têm apreciável interesse paisagístico e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético, destacando-se a presença de galerias ripícolas, habitats de “carácter quase reliquial”.	<b>COBERTO VEGETAL DOMINANTE</b> O coberto vegetal caracteriza-se pela predominância do pinheiro e eucalipto que ocupa vastas manchas do território, algumas bastante degradadas em virtude de anos consecutivos de incêndios devastadores, no que resultou o empobrecimento e erosão dos solos.
<b>INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL</b> Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho, destacando-se o Parque Biológico da Serra da Lousã (Quinta da Paiva), a actividade da associação Lousitanea, nomeadamente de sensibilização e promoção de valores ambientais, a (re)introdução, nos anos 90, de cervídeos na Serra da Lousã e a aldeia de Gondramaz da rede de Aldeias de Xisto.	<b>ESCASSA BIODIVERSIDADE</b> A expansão florestal unicamente baseada em espécies de crescimento rápido como o eucalipto representa uma ameaça para a variedade da floresta, em especial da Serra da Lousã historicamente composta por dezenas de espécies de árvore, colocando-as em risco de extinção.
<b>BOA QUALIDADE DO AR</b> A qualidade do ar pode ser considerada como sendo globalmente boa. Favorável à promoção da qualidade de vida e desenvolvimento do potencial turístico.	<b>DESPESAS NA PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM</b> Relativamente às despesas do Município em matéria de ambiente, em 2005 as despesas com a protecção da biodiversidade e da paisagem era inferior aos valores registados na sub-Região do Pinhal Interior Norte, Região Centro e a nível nacional.
<b>BAIXOS NÍVEIS DE RUÍDO</b> Globalmente, o Concelho apresenta baixos níveis de ruído ambiente, contribuindo para a apazibilidade e a qualidade de vida do Concelho	<b>ELEVADA EMISSÃO DE PARTÍCULAS E METANO - QUALIDADE DO AR</b> Embora a qualidade do ar seja globalmente boa, tem-se verificado emissão de partículas em quantidades superiores à do Pinhal Interior Norte. As causas primordiais são a laboração da indústria transformadora e o tráfego automóvel. A ocorrência de incêndios é também responsável pela libertação de partículas. Este Concelho é o maior contribuinte para as emissões de metano conjunto do Pinhal interior Norte.
<b>CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL</b> Relativamente ao consumo de combustível automóvel por habitante este é inferior à média nacional (2007), da Região Centro e do Pinhal interior Norte, sendo assim um dos menores contribuintes para a emissão de Gases de Efeito Estufa.	<b>(IN)EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – SECTOR DOMÉSTICO E DOS SERVIÇOS</b> Em comparação com os restantes municípios da região, o Concelho de Miranda do Corvo é o menos eficiente quanto ao consumo de energia eléctrica por consumidor, no sector doméstico e dos serviços. Consumo (público) de energia eléctrica por habitante para iluminação da via pública e funcionamento de Edifícios do Estado/ de utilidade pública relativamente elevados.
<b>ENERGIAS RENOVÁVEIS</b> O facto de estar a produzir energia eléctrica a partir de uma fonte renovável, o vento, pela presença de um parque eólico no seu território contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no Concelho, na Região e no país.	<b>USO DA ÁGUA</b> Consumos <i>per capita</i> por parte dos municípios (sector doméstico/serviços) de Miranda do Corvo os mais reduzidos do Pinhal Interior Norte. Apresenta consumos significativamente inferiores às médias nacionais, da Região Centro e do Pinhal interior Norte.
<b>GESTÃO DE RESÍDUOS – RECICLÁVEIS</b> O Município tem conseguido promover a separação dos recicláveis. (embora esse facto não se reflecta na diminuição das quantidades de indiferenciados para deposição em aterro) A atenção que é dada à problemática dos óleos alimentares usados tem-se revelado ser uma resposta muito positiva dada pelo Município aos desafios colocados pela promoção da sustentabilidade	<b>REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS:</b> A cobertura de todo o território pela rede de infra-estruturas básicas é uma pré-condição importante quanto ao crescimento e desenvolvimento sustentado. No Concelho de Miranda do Corvo, a baixa taxa de cobertura da rede de drenagem e rede de tratamento de águas residuais revela uma situação ambiental desfavorável e potencialmente comprometida do equilíbrio ambiental. A qualidade das águas superficiais e

	subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente
<b>CENTRO DA BIOMASSA PARA A ENERGIA</b> Neste centro cria-se conhecimento no sentido de otimizar o aproveitamento da biomassa, nomeadamente proveniente da explorações comercial de eucalipto e pinheiro.	<b>COBERTURA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b> O Concelho está coberto pelo sistema de abastecimento de água em 84%. Este não é um dado muito positivo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade. Também a qualidade da água apresenta problemas pontuais (embora tenha vindo a registar uma evolução favorável)
<b>AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO CENTRO</b> A localização no Município da Agência Regional de Energia permite dispor localmente do seu capital técnico e de conhecimento, nomeadamente no que se refere a medidas de eficiência energética e valorização de óleos.	<b>GESTÃO DE RESÍDUOS - INDIFERENCIADOS</b> O Município de Miranda do Corvo demonstra ter uma evolução desfavorável no que diz respeito à produção de resíduos indiferenciados. As quantidades deste tipo de resíduos para deposição em aterro sofreram um aumento. No conjunto do Pinhal Interior Norte, os habitantes deste Concelho encontram-se entre os que maiores quantidades de individuais produziram.
	<b>GESTÃO DE RESÍDUOS – ORGÂNICOS</b> Os resíduos orgânicos provenientes dos jardins não têm destino apropriado. Também, as operações de corte de árvores nos pinhais e eucaliptais do Concelho deixam quantidades consideráveis de resíduos nas estradas e caminhos florestais que não são alvo de controlo.
<b>III. EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>ÁREAS DE MELHORIA</b>
<b>CONDIÇÕES DO PARQUE ESCOLAR</b> O parque escolar de Miranda do Corvo abrange todos os níveis de ensino até ao Ensino Secundário, sendo que a oferta existente é adequada e apresenta boas condições para a prática pedagógica, necessitando todavia de intervenções ligeiras de beneficiação ou manutenção.	<b>SUB-DIMENSIONAMENTO DO PRÉ-ESCOLAR</b> Existe um sub-dimensionamento do parque do pré-escolar verificando-se situações de excesso de procura e sobrelotação.
<b>BAIXO ANALFABETISMO</b> A taxa de analfabetismo no Concelho é relativamente reduzida.	<b>BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE</b> Verificam-se quantitativos elevados de pessoas com apenas o 1º ciclo da Escola Básica, em contraponto com a escassez de quadros com o Ensino Superior.
<b>CEARTE</b> O pólo do CEARTE em Semide é direccionado para jovens em risco e/ou com dificuldades de aprendizagem, proporcionando-lhes a oportunidade de frequentarem cursos com equivalência ao 9º ano (carpintaria e jardinagem).	<b>INSUCESSO ESCOLAR</b> A taxa de retenção e desistência apresenta valores ligeiramente elevados no 3º ciclo.
<b>IV. ECONOMIA/EMPREGO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>ÁREAS DE MELHORIA</b>
<b>EVOLUÇÃO POSITIVA DA TAXA DE ACTIVIDADE - INSERÇÃO PROFISSIONAL DO GÉNERO FEMININO</b> Miranda do Corvo, evoluiu de forma positiva, resultado sobretudo do significativo aumento da participação da população do sexo feminino no mercado laboral	<b>ELEVADO NÍVEL DE DESEMPREGO</b> Forte crescimento da taxa de desemprego, reveladora de debilidades da base económica e da vulnerabilidade local face a condicionamentos externos. O desemprego é mais relevante entre a população feminina.
<b>LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL</b> No Concelho de Miranda do Corvo existe actualmente uma zona de acolhimento industrial – a Zona Industrial de Miranda do Corvo (com projecto de requalificação e alargamento) Está também prevista, a criação da Zona Industrial de Vale Marelo. Estas áreas de localização empresarial contribuem para a atractividade e dinamização da economia local.	<b>MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA</b> Cerca de 68 % dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 21% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário Com o Ensino Superior concluído apenas existiam no Concelho de Castanheira de Pera, cerca de 9 % dos activos.
<b>RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO ACTIVA</b> As populações de Miranda do Corvo auferem rendimentos mais elevados que a média do Pinhal Interior Norte. O poder de Compra dos habitantes do Concelho tem vindo a crescer. Os trabalhadores com baixas qualificações obtêm ganhos superiores quando comparado com os padrões nacionais e Regionais	<b>ESCASSO DINAMISMO EMPRESARIAL</b> Dispersão sectorial do tecido económico e carácter informal de algumas actividades diferenciadoras sobretudo no que diz respeito à produção endógena.

<p><b>FRUTICULTURA (VIVEIROS)</b> O Concelho dispõe de áreas consideráveis dedicadas a explorações comerciais de árvores ornamentais e de fruto.</p>	<p><b>RENDIMENTOS DA MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA</b> Os trabalhadores por conta de outrem com qualificações superiores auferem em média remunerações abaixo da média do País, da Região Centro e do Pinhal Interior Norte.</p>
V. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p><b>LOCALIZAÇÃO</b> Miranda do Corvo situa-se próximo de vias distribuidoras de âmbito regional e Nacional</p>	<p><b>LACUNAS NA ESTRUTURA VIÁRIA SECUNDÁRIA</b> Existe uma carência de ligações secundárias eficazes (entre o Município e a rede viária principal), em que a ligação à sede distrital, Coimbra, constitui um exemplo.</p>
<p><b>MOBILIDADE SUSTENTÁVEL</b> O transporte ferroviário constitui um meio de transporte importante no Concelho, sendo servido pelo Ramal da Lousã que permite a ligação a Coimbra e à Linha do Norte, prevendo-se o melhoramento das condições da linha e a remodelação das estações e apeadeiros do percurso.</p>	<p><b>INSEGURANÇA RODOVIÁRIA</b> A passagem da rede viária intermunicipal pelo interior dos aglomerados urbanos constitui um factor acrescido de insegurança rodoviária.</p>
<p><b>REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA DE MIRANDA DO CORVO</b> A requalificação urbana da Vila de Miranda do Corvo pretende intervir no Centro da Vila de Miranda do Corvo, onde se localizam elementos urbanos estruturantes e fundamentais para as dinâmicas da Vila e do Concelho – equipamentos administrativos, culturais, comércio, espaços públicos de estar e de vivência colectiva.</p>	<p><b>COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS</b> O povoamento disperso do Concelho coloca sérias dificuldades à rede de transportes públicos. No presente, os aglomerados populacionais remotos encontram-se cobertos de forma insuficiente por transportes públicos.</p>
<p><b>ROTAS TURÍSTICAS ACESSÍVEIS – GONDRA MAZ</b> A rota pedonal na envolvente à Aldeia de Xisto é acessível a qualquer público, constituindo uma factor turístico distintivo e promotor de ofertas turísticas inclusivas.</p>	
<p><b>ADESAO À SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE</b></p>	
VI. COMUNIDADE E CULTURA	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p><b>REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS</b> Miranda do Corvo possui uma extensa rede de equipamentos desportivos, presentes em todas as freguesias.</p>	<p><b>IGUALDADE DE GÉNERO</b> Verifica-se uma escassez de elementos do género feminino na vida política activa concelhia.</p>
<p><b>DINÂMICA DESPORTIVA</b> A promoção da prática desportiva constitui o alvo de algumas iniciativas autárquicas, destacando-se o projecto “Natação nas Escolas”.</p>	<p><b>AFASTAMENTO DAS QUESTÕES POLÍTICAS</b> Denota-se um distanciamento da população do Concelho às questões políticas sentidas como exteriores e das quais se sentem alheados</p>
<p><b>OFERTA CULTURAL</b> Tem ganho alguma expressão e interesse as mostras de artesanato local, nomeadamente em termos de rendas e bordados, a tecelagem e a latoaria, a escultura na obra de Carlos Rodrigues, bem como a actividade dos grupos musicais.</p>	<p><b>CULTURA E DESPORTO – DESPESAS MUNICIPAIS</b> As despesas em cultura e desporto no Concelho de Miranda do Corvo em 2007 são inferiores comparativamente com as despesas ao nível do Pinhal Interior Norte, Região Centro e a nível nacional.</p>
<p><b>VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL</b> O sector turístico de Miranda do Corvo encontra-se fortemente ancorado no património cultural e natural do Concelho, tendo sido desenvolvido um calendário anual de actividades.</p>	<p><b>DINÂMICA CULTURAL</b> Persistem níveis escassos de participação em eventos culturais.</p>
<p><b>ASSOCIATIVISMO</b> O Concelho de Miranda do Corvo caracteriza-se, entre muitos aspectos, por um associativismo bastante expressivo e dinâmico, o que constitui dado relevante e importante para o seu desenvolvimento e identidade.</p>	

Fonte: SPI, Junho 2009.

Importa também identificar os condicionalismos externos que influenciam positivamente o desenvolvimento do território, ou seja, as oportunidades:

**Tabela 43. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.**

OPORTUNIDADES
<b>QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL</b>
A diversidade institucional existente é uma fonte de possibilidades de cooperação e criação de redes em diversos domínios. Por outro lado, existe uma proximidade a centros de decisão e produção de conhecimento (Coimbra, Leiria e Castelo Branco). A existência da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte potencia a interação e cooperação entre os municípios na prossecução de objectivos comuns.
<b>INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>
O apoio generalizado a iniciativas tendentes a um desenvolvimento mais sustentável, evidente nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais: Estratégia de Lisboa, PNPT, PNAC e no principal documento de política regional (PROT-C), a que acresce o carácter transversal e integrador da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS).
<b>ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO</b>
O actual quadro de financiamento comunitário – QREN e os programas de cooperação interregional – privilegia iniciativas efectivas, pró-activas ou inovadoras que contribuam a redução do impacto ambiental e das disparidades sociais/territoriais.
<b>REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS</b>
Existem diversas instituições com incidência no território, nomeadamente organizações com objectivos económicos e/ou de valorização dos recursos endógenos e organizações com fins sociais. Esta diversidade pode ser útil no sentido da criação de redes e sinergias em diversos domínios do desenvolvimento sustentável, necessária para ganhar “dimensão crítica” para enfrentar os desafios da sustentabilidade.
<b>VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL</b>
Existe um reconhecimento crescente do papel que a valorização dos recursos naturais e do património cultural pode desempenhar como base de sustentação económica e de coesão territorial e social.
<b>ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE</b>
Assiste-se desde o final do século passado a uma crescente consciencialização e preocupação, tanto a nível local como a nível global, do impacto das actividades humanas sobre o ambiente, a saúde pública e a equidade e justiça social.
<b>NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b>
As mudanças climáticas, o envelhecimento da população, a globalização, a uniformização cultural etc. constituem desafios da nossa sociedade. Neste âmbito, têm sido aplicadas estratégias com algum sucesso nomeadamente da promoção da economia relacionada com a provisão de serviços sociais. A valorização da fileira florestal para a produção de biomassa e as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação para a resolução de desafios associados à dispersão territorial constituem outros exemplos a explorar.
<b>POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO</b>
Portugal possui uma vocação clara para aposta no turismo enquanto sector chave de actividade económica, tendo sido criado recentemente o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), principal documento de orientação do sector. Há ainda organismos recentemente criados que poderão impulsionar este sector, como sejam: o Conselho para a Dinamização do Turismo, a Comissão Nacional de Gastronomia e a Associação de Desenvolvimento do Turismo na Região Centro (ADTRC). O Turismo de Natureza é uma tipologia de turismo orientado para as áreas naturais, visando conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentada. Assiste-se actualmente a um aumento da procura desta tipologia de turismo que se encontra em consonância com os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

Fonte: SPI, Novembro 2009.

A envolvente também implica ameaças, ou seja, aspectos negativos exteriores que podem comprometer a estratégia de desenvolvimento sustentável do território:

**Tabela 44. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.**

AMEAÇAS
<b>CRISE ECONÓMICA</b>
A conjuntura desfavorável a nível nacional pode ter consequências ao nível da qualidade de vida, no agravamento das desigualdades sociais e no agravamento do êxodo populacional.
<b>QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN</b>
A sub-Região do PIN encontra-se sujeita a diversas polarizações geradoras de dissensões internas que poderão minar a criação de redes e parcerias interinstitucionais e conduzir à redução do poder negocial perante o Estado Central
<b>DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b>

A desconfiança relativamente às provas de mudança climática pode conduzir à desvalorização da necessidade de soluções de conciliação da actividade humana com o impacto ambiental.

#### **BUSINESS AS USUAL**

Pode verificar-se a continuação da tendência de ignorar ou desconsiderar o impacto das actividades humanas a curto prazo nos recursos naturais e na coesão social ou de longo prazo sobre as gerações futuras.

#### **CONCORRÊNCIA NA FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS**

A proximidade a pólos urbanos de escala regional – nomeadamente Coimbra e Leiria, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados.

Fonte: SPI, Novembro 2009.



Tabela 45. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA/PONTOS FRACOS
<p>SALDO MIGRATÓRIO</p> <p>REDE SOCIAL DE MIRANDA DO CORVO</p> <p>IPSS (ADFP, SANTA CASA SEMIDE, CASA DO GAIATO, CÁRITAS DIOCESANA, LAR DR. CLEMENTE DE CARVALHO)</p> <p>PROJECTOS COMPLEMENTARES DE APOIO SOCIAL</p> <p>SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>REDE DE CIDADES SAUDÁVEIS</p> <p>APOSTA MUNICIPAL NA ACÇÃO SOCIAL</p> <p>REDE NATURA 2000 DA SERRA DA LOUSÃ</p> <p>INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL</p> <p>BOA QUALIDADE DO AR</p> <p>BAIXOS NÍVEIS DE RUÍDO</p> <p>CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL</p> <p>ENERGIAS RENOVÁVEIS</p> <p>GESTÃO DE RESÍDUOS – RECICLÁVEIS</p> <p>CENTRO DA BIOMASSA PARA A ENERGIA</p> <p>AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO CENTRO</p> <p>CONDIÇÕES DO PARQUE ESCOLAR</p> <p>BAIXO ANalfabetismo</p> <p>CEARTE</p> <p>EVOLUÇÃO POSITIVA DA TAXA DE ACTIVIDADE -</p> <p>INSERÇÃO PROFISSIONAL DO GÉNERO FEMININO</p> <p>LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL</p> <p>RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO ACTIVA</p> <p>FRUTICULTURA (VIVEIROS)</p> <p>LOCALIZAÇÃO</p> <p>MOBILIDADE SUSTENTÁVEL</p> <p>ROTAS TURÍSTICAS ACESSÍVEIS – GONDRAMAZ</p> <p>REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA DE MIRANDA DO CORVO</p> <p>ADESÃO À SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE</p> <p>REDE DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS</p> <p>DINÂMICA DESPORTIVA</p> <p>OFERTA CULTURAL</p> <p>VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL</p> <p>ASSOCIATIVISMO</p>	<p>INSUFICIÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL A PESSOAS IDOSAS E INCAPACITADAS</p> <p>INSUFICIÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS</p> <p>OBSTÁCULOS À ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS</p> <p>INSUFICIÊNCIA NOS CUIDADOS DE SAÚDE</p> <p>COBERTO VEGETAL DOMINANTE</p> <p>ESCASSA BIODIVERSIDADE</p> <p>DESPESAS NA PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM</p> <p>ELEVADA EMISSÃO DE PARTÍCULAS E METANO - QUALIDADE DO AR</p> <p>INEFICIÊNCIA ENERGÉTICA – SECTOR DOMÉSTICO E DOS SERVIÇOS</p> <p>USO DA ÁGUA</p> <p>REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS:</p> <p>COBERTURA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</p> <p>GESTÃO DE RESÍDUOS - INDIFERENCIADOS</p> <p>GESTÃO DE RESÍDUOS – ORGÂNICOS</p> <p>SUB-DIMENSIONAMENTO DO PRÉ-ESCOLAR</p> <p>BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE</p> <p>INSUCESSO ESCOLAR</p> <p>ELEVADO NÍVEL DE DESEMPREGO</p> <p>MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA</p> <p>ESCASSO DINAMISMO EMPRESARIAL</p> <p>RENDIMENTOS DA MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA</p> <p>LACUNAS NA ESTRUTURA VIÁRIA SECUNDÁRIA</p> <p>INSEGURANÇA RODOVIÁRIA</p> <p>COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS</p> <p>IGUALDADE DE GÉNERO</p> <p>AFASTAMENTO DAS QUESTÕES POLÍTICAS</p> <p>CULTURA E DESPORTO – DESPESAS MUNICIPAIS</p> <p>DINÂMICA CULTURAL</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL</p> <p>INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</p> <p>ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO</p> <p>REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS</p> <p>VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL</p> <p>ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE</p> <p>NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</p> <p>POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO</p>	<p>CRISE ECONÓMICA</p> <p>QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN</p> <p>DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</p> <p>BUSINESS AS USUAL</p> <p>CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL</p>

Fonte: SPI, Novembro 2009.





A envolvente também implica ameaças, ou seja, aspectos negativos exteriores que podem comprometer a estratégia de desenvolvimento sustentável do território:

**Tabela 46. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.**

AMEAÇAS
<b>CRISE ECONÓMICA</b>
A conjuntura desfavorável a nível nacional pode ter consequências ao nível da qualidade de vida no Concelho, no agravamento das desigualdades sociais e no agravamento do êxodo populacional.
<b>QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN</b>
A sub-Região do PIN encontra-se sujeita a diversas polarizações geradoras de dissensões internas que poderão minar a criação de redes e parcerias interinstitucionais e conduzir à redução do poder negocial perante o Estado Central.
<b>DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b>
A desconfiança relativamente às provas de mudança climática pode conduzir à desvalorização da necessidade de soluções de conciliação da actividade humana com o impacto ambiental.
<b>BUSINESS AS USUAL</b>
Pode verificar-se a continuação da tendência de ignorar ou desconsiderar o impacto das actividades humanas a curto prazo nos recursos naturais e na coesão social ou de longo prazo sobre as gerações futuras.
<b>CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL</b>
A proximidade a pólos urbanos de escala regional – nomeadamente Coimbra e Leiria, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados.

Fonte: SPI, Novembro 2009.